

Semanário  
Director:  
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 782  
22 de Dezembro de 1988  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

# Reunião plenária do Comité Central aprovou resolução sobre a situação política económica e social

Págs. 1 a 7/Semana

## Encontros do PCP com partidos e organizações democráticas



Delegações do PCP, dirigidas pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, deslocaram-se na passada semana às sedes do Partido «Os Verdes», da Intervenção Democrática e da CGTP/Intersindical Nacional, para apresentarem aos seus dirigentes os resultados do XII Congresso do PCP. O camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC fez parte da delegação recebida pelo Partido «Os Verdes»; o camarada Luís Sá, da Comissão Política do CC, acompanhou Álvaro Cunhal no encontro com a Intervenção Democrática; da delegação que se encontrou com dirigentes da CGTP/IN, fazia parte, além de Domingos Abrantes, a camarada Rosa Rabiais, membro do Comité Central.

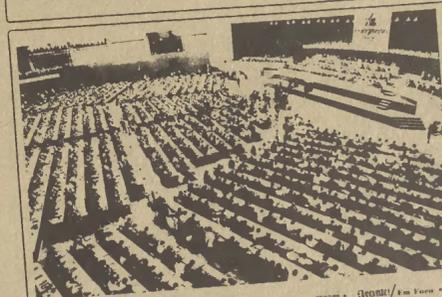


## Movimento sindical recusa «novo» pacote

• plenários  
por todo  
o País

Pág. 10/Semana

## Em Foco



### Geminação de Évora e Angra do Heroísmo Uma azinheira nos Açores com Angra no Alentejo



### SANTARÉM e o OE para 1989



## Saudações a Álvaro Cunhal

Por motivo da sua reeleição para o cargo de secretário-geral do PCP, o camarada Álvaro Cunhal recebeu mais as seguintes saudações:

Do camarada Heng Samrin, secretário-geral do CC do Partido Popular Revolucionário do Kampuchea.

Do camarada Nguyen Van Linh, secretário-geral do CC do Partido Comunista do Vietnam.

Do camarada H. Florakis, secretário-geral do CC do Partido Comunista da Grécia.

Do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho.

## Agenda

Fim de ano  
com o PCP

Convívio, amizade, alegria, boa disposição - este é o convite que as organizações do PCP importantes têm lançado para as tradicionais festas de fim de ano de fazer e a si, sem esquecer a Angónia - E! É no primeiro dia 31. Para não esquecer:



# ORÇAMENTO CONTESTADO POR TODA A OPOSIÇÃO

Págs. 8 e 9  
Semana

## O CC do PCP analisa a situação política nacional

Na sua primeira reunião plenária regular o novo Comité Central do PCP eleito no XII Congresso, acaba de proceder ao exame da situação política, económica e social do País neste final de 1988, um ano que termina ainda, para infelicidade do povo português, sob o «consulado» da direita no Governo e na Assembleia da República — no poder executivo e no poder legislativo.

Dizemos «consulado» com toda a propriedade. De facto neste país onde os monopólios não têm figura legal no ordenamento jurídico português, incrustou-se na hierarquia do Estado um autêntico «consulado» do capital monopolista sem pátria, cujos centros de decisão se situam algures no insondável universo das multinacionais, um «consulado» na verdadeira acepção da palavra com o seu «cônsul», os seus «válidos», mesmo até os seus «beleguins» em embrião...

De forma cada vez mais notória o governo PSD/Cavaco Silva assume expressão vincadamente personificada no seu chefe que com frequência se legitima com o «mandato democrático do povo português em 19 de Julho de 1987», reafirmado por ele ainda anteontem na posse da chamada Comissão de Acompanhamento das Privatizações, de facto, diz-se na Resolução do CC, «com uma base social de apoio que sempre foi extraordinariamente mais exigua que a sua base eleitoral», e que desde então se acentuou de maneira sensível.

Cavaco Silva e a sua «corte» de ministros (Cadihne, Penada, Mira Amaral, Nogueira, Barreto & C.), empenhados na restauração acelerada de um novo Estado monopolista, enchem frequentemente a boca com palavras altisonantes de exaltação da sua política de classe e do seu domínio na hierarquia do Estado.

«Desenvolvimento», «modernidade», «solidariedade social» e outros palavreos enchem habitualmente o discurso político do Primeiro-Ministro e dos seus subordinados no governo e na AR e fazem-no com particular sonância nesta quadra natalícia de 1988/89.

E entretanto, a realidade portuguesa actual desmente-os de maneira flagrante a cada passo, é a antítese de tudo isso. Seria difícil senão impossível, encontrar na história breve da administração estatal portuguesa após o 25 de Abril um tão profundo abismo entre o carácter tradicional humanístico e solidário da chamada «quadra festiva» do ano e a política concreta essencialmente desumana, antipolítica e anti-social do Governo PSD/Cavaco Silva neste final de 1988.

No plano social, no plano financeiro, no plano económico, no plano institucional o que inspira e move o governo é a rápida restauração no Portugal de Abril dos monopólios e dos latifúndios e do seu poder.

Difícilmente se encontraria paralelo nos últimos 15 anos para uma «consoada» como a que o Governo PSD/Cavaco Silva se prepara para «servir» ao povo português em 1988.

Aumento da carga tributária sobre os trabalhadores, agravamento do desequilíbrio a favor dos detentores do capital na distribuição dos rendimentos, nova tentativa para impor o «pacote laboral» que em massa os trabalhadores repudiaram em 1988, reedição de tectos salariais com base numa taxa de inflação que mesmo estatisticamente manuseada se radica numa mentira tecnocrática do Governo e do seu desacreditado ministro das Finanças. Cadihne previa fechar o ano com uma taxa de inflação de 6 por cento e na realidade vai fechar com 10 por cento.

É já roer o tecto que se pretende impor aos salários, o anúncio de novos aumentos de preços no início do ano para bens essenciais que se pretende ilusoriamente fixar em 4 por cento mas que as realidades da subida do custo de vida habitualmente desmentem e de que se exclui a habitação onde se projectam novos aumentos das rendas de casa.

A nova fixação de uma falaciosa taxa de inflação de 6 por cento vai afectar de maneira mais directa os trabalhadores do Estado já gravemente lesados com o chamado «equivalente» da subida da falsa taxa de inflação prevista para o ano que vai findar e que o Governo se prepara para pagar em dinheiro e ainda abaixo do valor real aos trabalhadores da Função Pública de remunerações mais altas.

Um modelo de política financeira de classe favorável aos grandes possuidores do capital é o Orçamento do Estado que acaba de ser aprovada exclusivamente pela maioria domesticada do PSD na Assembleia da República com um défice superior a 500 milhões de contos.

O Comité Central do PCP examinou os aspectos do Orçamento mais definidores da política financeira de classe do Governo cavaquista. A proposta de lei aprovada «vai traduzir em 1989 — diz-se na Resolução do CC — num aumento da carga fiscal e da tributação, a recair, no fundamental, sobre os rendimentos do trabalho e confirmou ao mesmo tempo que os benefícios fiscais aos rendimentos de capital se cifram em cerca de 70 milhões de contos (dos quais 50 milhões relativos a lucros)».

O Comité Central do PCP denuncia a subavaliação das receitas e a constituição de verdadeiros «sacos azuis», para serem usados nos períodos de pré-campanha eleitoral em benefício do PSD.

O Orçamento é um modelo de estrangulamento financeiro de serviços de eminente utilidade social e pública que o Governo em palavras con-

sidera prioritárias mas que em termos de dotação financeira o não são de facto. O Governo falseia os próprios conceitos da sua política financeira de maneira descarada. Para a Saúde, para o Ensino, para a Habitação, para a Segurança Social a realidade é a da baixa ou a gritante insuficiência de facto dos recursos financeiros atribuídos o que está provocando a indignação dos sectores afectados.

Ao Poder Local são atribuídos novos encargos sem contrapartidas financeiras.

No capítulo do crédito são introduzidas restrições de graves incidências sociais a que deve acrescentar-se a subida efectiva e indiscriminada das taxas de juro.

O crédito à habitação própria, o crédito aos agricultores afectados pelas intempéries e de uma forma geral o crédito às pequenas e médias empresas torna-se na prática ainda mais inacessível e mais caro nos planos financeiros do Governo.

Na perspectiva do embate do Mercado Único Europeu em 1992, em vez de fortalecer o sector público e nacionalizado e de garantir a base produtiva mais sólida e capaz de resistir ao assalto da concorrência sem freios dos parceiros mais fortes da CEE, o Governo PSD/Cavaco Silva intensifica a destruição das nacionalizações, a alienação, principalmente ao capital estrangeiro, das empresas públicas mais rentáveis, sem sequer esperar pelas alterações à Constituição que se prepara para introduzir com a cumplicidade inqualificável do PS.

O discurso de anteontem do Primeiro-Ministro no acto de posse da chamada «Comissão de Acompanhamento das Privatizações» é uma verdadeira declaração de guerra e de destruição generalizada a curto prazo do sector nacionalizado.

«O Governo persiste em centrar a sua política no leilão e saldo do riquíssimo património público» — diz-se na Resolução do CC.

Paralelamente multiplicam-se as cedências do Governo PSD/Cavaco Silva às exigências dos parceiros mais fortes da Comunidade.

O caso da energia assume aspectos de verdadeiro escândalo nacional. A Espanha, através de cujo território passa o transporte da energia importada, levanta obstáculos ao acesso e à utilização mais favorável aos interesses portugueses das fontes de energia importadas (electricidade, gasoduto, etc.) ao mesmo tempo que nenhuma medida é tomada para o aproveitamento dos recursos naturais do nosso país para a redução do défice energético.

O prático abandono do projecto do Alqueva, que garantiria uma produção de 300 milhões de KWh e em que já foram gastos 6 milhões de con-

tos é um autêntico crime contra a economia nacional.

A Resolução do CC dá relevo particular ao processo de revisão constitucional que já se encontra num plano avançado em sede da Comissão Parlamentar de Revisão Constitucional e em que se está revelando em toda a sua extensão o carácter vergonhoso do «acordo político de revisão constitucional» assinado entre o PS e o PSD.

A revisão constitucional ainda não está feita mas o que já veio a lume nas discussões da Comissão Parlamentar configura o mais grave atentado e a mais séria ameaça contra a ordem constitucional que enforma o nosso regime democrático. No Sector da Comunicação Social o grau das cedências do PS ultrapassa tudo.

«A aceitação pelo PS deste conjunto de alterações que diferem substancialmente e vão mesmo num sentido oposto ao do seu projecto de revisão, representa uma gravíssima cedência dos socialistas aos projectos de destruição do sector público da comunicação social» — diz-se na Resolução do CC. O pedido de adiamento da discussão deste problema pelo PS somente adiou uma decisão já acordada entre os dois partidos.

A luz destas inqualificáveis cedências assume uma descabelada ironia a declaração de um dos candidatos a secretário-geral do PS ao proclamar que «o PS está a 100% contra o PSD» (!!!)

O País real, em particular o mundo do trabalho, reage significativamente a esta política e a estes projectos antidemocráticos.

Neste quadro assume uma grande importância a decisão da CGTP-IN de organizar a resistência dos trabalhadores à nova imposição do pacote laboral, incluso encarando o recurso a uma nova greve geral.

A luta contra os despedimentos em massa; pela contratação salarial colectiva em termos reais da elevação do custo de vida; pela redução da jornada de trabalho; contra o trabalho precário mobiliza desde já em greves parciais importantes sectores da classe operária.

Ao mesmo tempo é significativo que sectores como os dos magistrados e trabalhadores judiciais, médicos e outros profissionais da Saúde, professores e alunos, trabalhadores da Função Pública, levistem o pendão da luta e também com recurso à greve se manifestem contra a política do Governo.

Nesta passagem do ano de 1988 para 1989 a degradação política da direita governante e dos seus aliados e o crescente recurso à luta de importantes massas e sectores sociais é o traço característico mais saliente da situação política nacional.

## 14 Quarta-feira

A adesão média à greve de 3 dias (que hoje terminou) dos magistrados do Ministério Público foi de 95 por cento — revela o sindicato. ■ O PCP considera na AR que o chamado imposto único está ferido de inconstitucionalidade, já que os códigos do IRS e do IRC foram alterados depois de expirar o prazo da autorização legislativa pedida pelo Governo. ■ O presidente da Associação Nacional de Municípios acusa o Ministério da Indústria e Energia de «entravar» a resolução do problema das dívidas das autarquias à EDP. ■ O Sindicato dos Professores da Região Centro anuncia uma campanha de Natal «de promoção do sucesso do Ministério da Educação», com a oferta de pacotes de leite. ■ Depois de uma série de demissões na direcção e gerência do «Diário de Notícias», o editor-chefe Fernando Pires passa a director interino; António Anjos é o presidente do CG. ■ Por proposta dos deputados comunistas, o Parlamento Europeu aprova uma resolução condenando a Indonésia pela prisão de cerca de 3 mil pessoas em Timor-Leste, por altura da visita do ditador Suharto a este território ocupado ilegalmente. ■ A primeira greve geral desde há 54 anos pára a Espanha, protestando contra a política económica e social do governo de Felipe Gonzalez. ■ O MNE vietnamita anuncia a retirada do Kampuchea, até ao fim do ano, de mais 18 mil soldados, completando assim o plano de saída de 50 mil efectivos anunciado em Maio. ■ Abre em Lisboa a 1.ª Feira das Indústrias da Cultura. ■ Depois de quase duas semanas de internamento, regressa a Angola o pintor espanhol Salvador Dalí.

## 15 Quinta-feira

O Governo anuncia a sua decisão de aumentar a partir de 1 de Janeiro os preços do pão, dos transportes, do gás, correios, telefones, água de Lisboa. ■ A CGTP-IN admite em conferência de imprensa a possibilidade de realização de uma nova greve geral contra a versão «remodelada» do pacote laboral. ■ Num intervalo do debate do Orçamento de Estado, deputados de todos os partidos da oposição dão uma conferência de imprensa em que «chumbam» a proposta do Governo; durante o plenário da AR trabalhadores da Função Pública lançaram das galerias panfletos contra a injusta dos aumentos salariais. ■ Após o funeral de um camarada assassinado, os taxistas de Lisboa manifestam-se contra a falta de segurança e a passividade do Governo. ■ O Encontro Nacional das ORT's dos transportes analisa a proposta de lei de bases dos transportes terrestres e a situação social nas empresas do sector. ■ Dirigentes, delegados e activistas sindicais enfermeiros protestam junto do Ministério da Saúde contra o não cumprimento das promessas do Governo. ■ Termina em Genebra, com um esmagador apoio à OLP e ao povo palestino, a sessão especial da Assembleia Geral da ONU sobre a Palestina. ■ O presidente da RPA coloca o comando da polícia sob a sua dependência directa e dá posse ao novo comandante geral, manifestando especial preocupação com «acusações feitas sobre a existência

## 18 Domingo

de forças especiais constituídas sem o seu conhecimento, sem decisão da direcção do partido ou recomendação da Comissão Militar do Conselho de Defesa e Segurança».

## 16 Sexta-feira

Apenas com os votos do PSD, é aprovada na AR o Orçamento do Estado para 1989. ■ Uma delegação do PCP, chefiada por Alvaro Cunhal, apresenta os resultados do XII Congresso à direcção da CGTP-IN. ■ Técnicos de manutenção de aeronaves aderem, numa percentagem superior a 95 por cento, a uma greve convocada para que o CG da TAP respeite os compromissos assumidos, particularmente em relação às carreiras profissionais. ■ A inflação em Novembro cifrou-se em 9,5 por cento (sem habitação), revela o INE. ■ A Associação Portugal/URSS realça os «excelentes» resultados da sua campanha de solidariedade para com as vítimas do terramoto na Arménia. ■ Centenas de milhares de pessoas manifestam-se em Madrid, festejando o êxito da greve geral e protestando contra a política do Governo de Gonzalez. ■ A URSS anuncia que vai convidar observadores estrangeiros para assistirem às reduções unitárias de efectivos e armamento anunciadas por Gorbatchov a 7 de Dezembro. ■ Após o isolamento em que se viu colocado na sessão da ONU em Genebra e o início de conversações entre os EUA e a OLP, Israel desencana um novo surto de violência nos territórios ocupados de Gaza e da Cisjordânia. ■ José Eduardo dos Santos chega a Cuba para uma visita oficial.

## 17 Sábado

Dois dias após a revelação de que foram inconclusivas as consultas para a revisão das contrapartidas dos EUA pela utilização da base das Lajes, Eurico de Melo reafirma que o Governo mantém as garantias que permitem a estados da NATO o rastreio de satélites a partir de território português. ■ O PR, Mário Soares, conclui uma visita à Grécia. ■ Em Vendas Novas realiza-se o 7.º Encontro da Jovens Operários Agrícolas do distrito de Évora. ■ Depois de admitir que a greve geral foi «um golpe duro», o governo espanhol rejeita a hipótese de se demitir ou convocar eleições antecipadas. ■ E legalizado o PAIS (Partido Alargado da Esquerda Socialista), que reúne membros de organizações e partidos democráticos proibidos pela ditadura chilena. ■ O Supremo Tribunal da URSS condena à pena capital Akhmed Akhmedov, acusado de homicídio e instigação à desordem em massa na cidade de Sumgait (Azerbaijão).

## 18 Domingo

Avolumam-se os protestos das organizações sindicais contra a nova versão do pacote laboral e o facto de ser posta à discussão pública no período de Natal e Ano novo. ■ A população da Granja (Porto) corta simbolicamente o trânsito na EN 109, exigindo da GNR e JAE medidas que reforcem a segurança, depois de ali terem ocorrido num dia dois acidentes mortais. ■ Eduard Chevardnadze inicia uma visita oficial ao Japão. ■ O Benfica vence o Sporting por 2-0, reforçando a sua posição no topo da tabela do campeonato nacional de futebol da 1.ª divisão.

## 19 Segunda-feira

A CGTP-IN promove em Lisboa um seminário denominado «1922 Mercado Interno — que dimensão social?». ■ A Comissão Justiça e Paz considera em comunicado que o novo regime fiscal prejudica as instituições de solidariedade e as associações de beneficência. ■ Magalhães Godinho, presidente da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, apresenta ao público um volume com a correspondência de Santos Costa para Salazar. ■ Jorge Sampaio comenta em conferência de imprensa o resultado da eleição de delegados ao 8.º Congresso do PS, entre os quais conta com cerca de 60 por cento de apoiantes. ■ Um grupo de emigrantes crederos da Caixa Económica Faijense encontra-se com o PR para protestar contra a falta de «vontade política do Governo» para resolver o pagamento da dívida. ■ Angola e Cuba têm pronto o acordo bilateral que estabeleça as condições e prazos de saída das tropas internacionais cubanas — revela o presidente da RPA no final de uma visita de 4 dias a Havana. ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da CEE confirmam a decisão de proibir a importação de carne bovina dos EUA com hormonas a partir de 1 de Janeiro; excepção é a carne destinada aos animais de estimação. ■ Pajiv Ghardi inicia uma visita oficial à RP da China; havia 34 anos que um primeiro-ministro indiano não pisava o território do país vizinho. ■ O governo austríaco anuncia, durante a visita de Yaser Arafat ao país, que a representação da OLP em Viena passa a ter estatuto de embaixada.

## 20 Terça-feira

A União dos Sindicatos de Lisboa denuncia, em conferência de imprensa, que «este pacote laboral recupera todos os aspectos a que os trabalhadores disseram não na greve geral». ■ O Secretariado dos Baldios do Distrito de Coimbra, divulga carta ao PR, presidente da AR e Primeiro-Ministro, em que manifesta preocupação pelos projectos-lei do PSD/CDS, que visam revojar a lei dos Baldios. ■ Faculdade de Ciências paralisa, por não ter sido previsto qualquer reforço de verba para a Universidade de Lisboa. ■ Delegações parlamentares portuguesa e espanhola exigem o cumprimento urgente de recomendações internacionais no que se refere à situação em Timor-Leste. ■ Em Israel, trabalhistas e bloco direitista Likud, chegam a um entendimento para formação de um governo de coligação. ■ O presidente cipriota Vassiliu, e o dirigente cipriota-turco, Denktaş, retomam conversações para a reunificação de Chipre. ■ Primeiro-ministro Ranasinghe Premadasa, vence eleições presidenciais no Sri Lanka.

### O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa  
COD. TEL. 76 83 45  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa  
COD. TEL. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
GDL Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais, Av.  
Santos Dumont, 57-2.º  
1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa  
COD. TEL. 32 19 16  
ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 — Venda Nova  
6-B — 1100 Lisboa. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA  
Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 57B —  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15  
Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 5 — 3000 Coimbra  
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B — 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heisk  
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205/88

# Semana

*Avante!*

Ano 58 – Série VII  
N.º 782

22 de Dezembro de 1988

2.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Resolução do Comité Central do PCP sobre a situação política económica e social



*O Militante* 

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO  
DO PARTIDO  
COMUNISTA PORTUGUÊS



## Natal

O Natal é uma quadra marcante no imaginário da cultura ocidental, convocando actos e atenções que transcendem o carácter religioso que lhe está na origem ou lhe serviu de suporte litúrgico. Carregada de simbologias, esta data invoca naturalmente conceitos tão profundos como a família, a paz universal, a fraternidade entre os homens e, além disso, encarna a própria definição de nascimento, o que lhe dá uma dimensão sem paralelo entre as efemérides que os homens e as culturas foram criando ao longo da História da Humanidade.

A carga simbólica do Natal é tão forte que o poder em geral, seja ele qual for, se vê compelido a reverenciá-lo publicamente, deixando assim clara a sua adesão e sintonia ao sentir maioritário das gentes. Há mesmo quem aproveite a oportunidade para coreografar e publicitar actos pessoais de carácter natalício, procurando com isso demonstrar que são pessoas como quaisquer outras, lá no alto dos privilégios ou por trás dos biombo do Poder. Como prenda de Natal esperam receber em troca a simpatia dos governados e subalternos, enternecidos com tão comovente, embora fugaz, democracia natalício-social.

Mas às vezes há mal-entendidos, como o de uma antiga professora de Português que me desvalorizou um texto alusivo ao Natal embora o considerasse o mais bem elaborado, e passou uma sarabanda à quase totalidade da turma pelo facto de a maioria de nós, adolescentes ribatejanos com referências socioculturais demasiado ásperas para serem elididas numa redacção natalícia, privilegiarmos nos escritos o frio, a fome e o desconforto que sabíamos estarem associados à época, em detrimento da paz e do bem-estar que, pela magia do Natal, deveria imperar no mundo e nos nossos verdes parágrafos.

É claro que os nossos governantes são de uma extração diferente desta minha antiga professora de Português, embora muitos deles tenham a mesma formação e às vezes a mesma idade dela. Os nossos governantes emergem do voto popular criado pelo Portugal de Abril, o que os torna uns democratas instantâneos e os apetrecha com outras prudências na abordagem do Natal.

Eles sabem que o Natal não acaba com as pensões de miséria, por isso têm o cuidado de distribuir umas centenas de escudos a mais por cada um dos quase dois milhões de reformados, embrulham-nas numas percentagens mirabolantes e depois sorriem felizes e serenos para o País inteiro, garantindo que puseram no sapatinho dos portugueses «mais justiça social». Sabem igualmente que o Natal não elimina o desemprego, a falta de habitação e de crédito para ela, tal como não constrói as escolas que faltam, não apetrecha hospitais, não melhora a segurança social, não acaba com a fome, etc, etc. Por isso vão passar a consoada com emigrantes ou nas cantinas das fábricas para mostrarem que estão atentos aos problemas, solidários com as dificuldades e prontos a resolver tudo lá mais para a frente. Depois cortam o bolo-rei e sorriem para a Comunicação Social, garantindo que haverá tolerância de ponto no dia seguinte.

Sensíveis às tensões sociais que todos os dias desaguardam nas ruas e nos ministérios em caudais de protestos contra a sua política, os nossos governantes chegam a requintes de delicadeza como o do sr. ministro da Educação que, sem dúvida muito educadamente, enviou cartões de boas festas para todas as Escolas desejando um novo ano de trabalho fecundo. Não conta, certamente, que os professores lhe retribuam com novas greves.

Entretanto e aproveitando a agitação das compras natalícias o Governo decreta nova subida de preços, impõe a aprovação de um Orçamento de Estado que é tão bom que desencadeou os protestos unânimes da oposição e o Primeiro-Ministro, ao ser incomodado na Assembleia da República com os protestos contra a sua política que os trabalhadores da Função Pública estavam a despejar das galerias sob a forma de papelinhos, perde a tramontana, exige que a polícia reprima o desacato e tem o topete de verberar o presidente da Assembleia da República em exercício, no caso o deputado Marques Júnior, por não ter acedido a tão violentas e pouco natalícias intenções. Na verdade o Natal tem muito que se lhe diga e às vezes provoca mal-entendidos.

É que uma coisa são os presentes de Natal e outra, bem diferente, é o Natal do nosso presente. Com isto só espero que nem a minha antiga professora de Português nem o professor Cavaco Silva leiam este papel: a primeira riscava-o de certeza, e o segundo era capaz de lhe pôr a polícia à perna.



Na conferência de imprensa foi sublinhado o apreço do PCP pelo contributo prestado pelas rádios locais para uma informação democrática

## Em conferência de imprensa

# Domingos Abrantes divulga resolução do CC

Ontem de manhã realizou-se no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes uma conferência de imprensa para dar a conhecer o essencial da reunião de 20 de Dezembro do Comité Central do PCP.

Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC — que estava acompanhado pelos camaradas Luís Sá, da Comissão Política, Carlos Carvalhas, suplente da Comissão Política e Aurélio Santos, do CC —, fez uma breve declaração.

Nesta primeira reunião do Comité Central após o XII Congresso do Partido — segundo informou o camarada Domingos Abrantes — foram debatidas fundamentalmente duas questões: a organização do trabalho de direcção à luz das decisões do Congresso e a análise dos mais importantes acontecimentos da

situação política nacional e internacional.

O CC «aprovou algumas normas relativas ao seu funcionamento e ao dos seus órgãos executivos, bem como ao estatuto e ao funcionamento das comissões e outros organismos junto do Comité Central».

Em relação à situação política, Domingos Abrantes expôs as conclusões essenciais da resolução aprovada pelo CC — e que o «Avante!» publica na íntegra nas páginas seguintes.

### Rádios locais

Ao analisar a situação po-

lítica nacional, o Comité Central — afirmou Domingos Abrantes — «considerou igualmente a situação criada às rádios locais pela aplicação de legislação imposta pelo Governo PSD e que forçará ao injustificável encerramento de todas as estações em funcionamento na noite do próximo dia 24 de Dezembro».

«Ao mesmo tempo que reafirma o elevado apreço que lhe merece o contributo já prestado pelas rádios locais para uma informação democrática e ligada às populações, o PCP chama de novo a atenção da opinião pública para que os moldes impostos pelo Governo para o concurso de atribuição de alvarás não só não dão quaisquer garantias de independência, antes fazendo prever novas operações de

satisfação de clientelas, como também põem em risco a sobrevivência de muitas rádios» — sublinhou Domingos Abrantes.

«O apoio às rádios locais e exigência de isenção na atribuição de alvarás constituem batalhas importantes do presente momento na defesa da liberdade de informação e de expressão de pensamento que constituem património inalienável do Portugal de Abril» — concluiu.

Seguiu-se um animado período de perguntas e respostas sobre alguns aspectos concretos da situação política e das posições do PCP, nomeadamente o próximo congresso do PS, a possibilidade de nova greve geral contra o pacote laboral, as eleições de 1989 para as autarquias locais, a actividade do PCP no futuro próximo.

**Revista Internacional**

problemas de paz e do socialismo  
A desobediência política  
A doutrina dos réus  
Perestroika na URSS  
Um preso político chamado Cristo  
A teologia da libertação e as ideias do marxismo

F. Muhri (Austria). Uma abordagem dos problemas globais  
N. Isa Conde (República Dominicana). Passou a época das verdades indiscutíveis  
A. Lajoine (França). A unidade popular é que decidirá o futuro  
A. Villanueva (Peru). Não queremos ser vassalos de ninguém!

**PELA SOBREVIVÊNCIA DA HUMANIDADE**  
Experiência diferente e original. Os comunistas e os problemas da Ásia e do Pacífico. Materiais de uma mesa-redonda  
O. Reinhold (RDA), E. Eppler (RFA). É perigosa a confrontação de ideologias? Comunistas e sociais-democratas respondem a esta pergunta  
B. Suchodolski (Polónia). Responsabilidade dos intelectuais humanistas

**PELA VIA DO DESENVOLVIMENTO DO SOCIALISMO**  
A essência da reforma política na URSS. Entrevista concedida pelo académico V. Kudriatsev aos membros do Conselho de Redacção  
V. Kunovkhávek (Checoslováquia). Forjadores da política e não seus meros comentaristas

**VIDA E EXPERIÊNCIAS DOS PARTIDOS**  
OS COMUNISTAS E AS ELEIÇÕES. M. Andrulakis (Grécia). Respondendo ao desafio da época  
Quando as pessoas são despojadas da sua terra, quando se destroem os seus lares. Entrevista com comunistas israelenses

**INTERCÂMBIO DE OPINIÕES/DEBATES**  
A perestroika na URSS e o movimento comunista internacional. Materiais de um debate em Praga  
R. Clarke (Grã-Bretanha). Será o ano 2013 o começo de uma nova era social?  
S. Mamóntov. Um preso político chamado Cristo. A Teologia da Libertação e as ideias do marxismo

**PAÍSES/ACONTECIMENTOS/COMENTÁRIOS**  
J. Rojas (Paraguai). No «vale de lágrimas» já vem vindo a aurora  
Reportagem política. G. van Houten (Canadá). A democracia turca no banco dos réus

PCP

# Resolução do Comité Central do PCP sobre a situação política económica e social

Na primeira reunião efectuada após o XII Congresso, o Comité Central do PCP apreciou os mais importantes acontecimentos da situação política, económica e social do País, bem como os mais recentes desenvolvimentos da situação internacional.

O Comité Central dedicou particular atenção ao processo de revisão da Constituição em curso na Assembleia da República onde o entendimento entre o PSD e o PS, traduzido no acordo celebrado entre os dois partidos em 14 de Outubro e em posteriores propostas conjuntas, confirma a ameaça de uma revisão desfiguradora do regime democrático-constitucional.

O Comité Central examinou igualmente o Orçamento de Estado para 1989 e as atitudes antidemocráticas do Governo e da maioria do PSD manifestadas durante a sua discussão na Assembleia da República, analisou o prosseguimento do processo de privatizações em benefício do grande capital e a intensificação da ofensiva de destruição da Reforma Agrária, bem como outras medidas, orientações e planos de carácter marcadamente antipopular (designadamente, o aumento de preços de bens essenciais, a nova tentativa de imposição de tectos salariais, e agravamento da carga fiscal e o «pacote laboral» agora posto à discussão pública). Estes aspectos recentes da actuação governamental inserem-se nos grandes objectivos estratégicos da contra-revolução que, como assinala a Resolução Política do XII Congresso do PCP, visam a restauração do capitalismo monopolista de Estado, o reforço da exploração dos trabalhadores e de todas as classes e camadas laboriosas e a perpetuação no poder dos partidos da direita que politicamente representam os grandes capitalistas associados ao capital estrangeiro e os grandes agrários.

Entretanto, as grandes lutas e movimentações mais recentes dos trabalhadores e de outros importantes sectores profissionais põem em evidência que a base de apoio social à política do Governo Cavaco Silva, que sempre foi extraordinariamente inferior ao apoio eleitoral obtido pelo PSD nas últimas eleições, continua a reduzir-se. Esta situação cria condições favoráveis à intensificação da acção convergente de todas as classes, camadas e sectores sociais lesados pela política da direita, ao desenvolvimento dos esforços tendentes à aproximação, convergência e unidade dos democratas e à luta por uma alternativa democrática.

O Comité Central renova o apelo do XII Congresso do PCP dirigido aos socialistas e a todos os democratas sem excepção, com vista a reforçar-se o diálogo, a aproximação, a convergência e a unidade das forças democráticas para enfrentar, conter e derrotar a política de direita e preparar uma viragem democrática na vida nacional.

## 1

### Perigos e ameaças na revisão da Constituição

O Comité Central apreciou o processo de revisão da Constituição no momento em que este passa a uma nova e decisiva fase com a respectiva Comissão especializada na Assembleia da República a encetar já as votações tendentes a indicar as futuras posições no Plenário relativamente a cada uma das alterações à Constituição que se encontram em debate.

O início das votações veio confirmar plenamente os perigos decorrentes do acordo político assinado pelo PS e o PSD. Como o PCP salientou, oportunamente, o acordo incide directamente sobre questões decisivas para a identidade do regime democrático e estabelece ainda o compromisso de futuros entendimentos para outras alterações.

A apresentação pelos dois partidos dos primeiros textos através dos quais pretendem dar concretização ao pacto celebrado revela que tal como o PCP preveniu, a execução excede e agrava os termos do acordo.

Verifica-se com efeito que as propostas agora apresentadas pelo PSD e o PS visam consumir uma profunda alteração

do quadro aplicável ao funcionamento dos órgãos de comunicação social e ao exercício do direito à informação em Portugal, revestindo os seguintes aspectos principais: a consagração da supressão da existência do sector público na imprensa; a quebra da exclusividade do serviço público de televisão. (Sem acautelar sequer regras tendentes e assegurar a defesa da televisão pública, prevenir o controlo do sector por grupos económicos privados e a degradação das emissões), a aceitação da já operada governamentalização da concessão de frequências da rádio e do leilão das empresas do sector público da comunicação social (que se prevê seja reduzido ao mínimo!), e a extinção do Conselho da Comunicação Social (eleito por dois terços pela Assembleia da República), substituído por uma Alta Autoridade para a Comunicação Social cuja composi-

ção, forma de eleição e poderes permitem ao PSD o controlo de todas as decisões.

A aceitação pelo PS deste conjunto de alterações que diferem substancialmente e vão mesmo num sentido oposto ao do seu projecto de revisão, representa uma gravíssima cedência dos socialistas aos projectos de destruição do sector público de comunicação social, viabilizando a entrega à gula dos grupos económicos capitalistas de empresas e equipamentos essenciais para a garantia da liberdade da expressão e do pluralismo, isenção e rigor da informação e programação transmitidas aos portugueses.

Os trabalhos da Comissão de revisão constitucional confirmam que o PSD e também o PS mantêm a intenção de consumir todos os pontos do acordo celebrado, de



## Resolução do Comité Central

cuja aplicação resultaria a viabilização dos objectivos essenciais do PSD e de toda a reacção, de acelerar a destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária, limitar a democraticidade do sistema político e obter novas armas para atacar importantes conquistas sociais dos trabalhadores e do povo português, como oportunamente o XII Congresso do PCP alertou.

O Comité Central entende necessário apelar de novo para a vigilância dos democratas relativamente ao acordo PSD/PS onde se salientam os aspectos mais negativos seguintes:

a) a eliminação das regras constitucionais que asseguram a irreversibilidade das nacionalizações efectuadas após o 25 de Abril e a concessão ao Governo de plenos poderes para desnacionalizar empresas sem limites ou regras relevantes;

b) a eliminação do conceito constitucional e de garantias essenciais da Reforma Agrária;

c) a redução de importantes conquistas sociais com a viabilização de legislação que lança sobre os doentes o pagamento dos encargos dos serviços da saúde;

d) a debilitação do quadro de defesa do exercício dos direitos dos trabalhadores;

e) a profunda alteração do quadro que preside ao funcionamento dos órgãos de comunicação social;

f) a limitação do princípio de representação proporcional com a redução imediata do número de deputados de 250 para um número entre 230 e 235 e com a futura alteração das normas relativas aos círculos eleitorais e a distribuição dos mandatos por círculo;

g) a rejeição das principais propostas de inovação constitucional em defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e dos trabalhadores constantes dos projectos do PCP e do PS.

O Comité Central alerta de novo para o facto de tendo o PS e o PSD celebrado o compromisso de «apreciar em conjunto outras propostas constantes dos respectivos projectos de revisão não directamente abrangidas pelo acordo» (designadamente as respeitantes aos princípios e expressões que definem a opção constitucional pelo caminho para o socialismo e as relativas aos limites matérias de revisão) há já indícios reveladores de que o PS se encontra disponível para aprofundar e alargar entendimentos tendentes a consumir outras alterações negativas além das acordadas em 14 de Outubro.

O acordo PSD/PS pela sua natureza atentatória de características essenciais da Constituição da República, não pode ser sustentado por quem se reclame defensor do regime democrático nascido do 25 de Abril. A nova direcção do PS que for eleita no seu próximo Congresso não pode alegar vinculações anteriormente assumidas para transferir as suas próprias responsabilidades na manutenção e aplicação do acordo com a direita.

O Comité Central, confirmando que o PCP manterá no processo de revisão em curso uma posição de defesa activa da Constituição, apela à participação popular tendente a impedir que a revisão seja convertida num produto de negociações e conciliábulo de bastidores em detrimento dos interesses e aspectos basilares do regime democrático conquistado com o 25 de Abril.

**A revisão da Constituição não está feita. Cabe ao povo português ter a palavra definitiva. Com este objectivo torna-se necessário inserir a luta em defesa da Constituição no conjunto da luta popular e unificar num mesmo caudal todas as iniciativas e esforços que têm em vista a defesa da Constituição.**

Como salienta a Resolução Política do XII Congresso: «O PCP lutará por uma vasta mobilização popular e pela mais ampla unidade democrática em defesa da Constituição de Abril».

## 2

### Orçamento e política económica ao serviço do grande capital

O Comité Central analisou também as consequências do Orçamento de Estado e aspectos recentes sobre a evolução da economia portuguesa.

O Orçamento do Estado para 1989 foi aprovado somente com os votos do PSD. Durante a sua discussão a maioria e o seu Governo, numa atitude antidemocrática, soberbeira e sectária, rejeitaram cega e sistematicamente toda e qualquer proposta importante da Oposição.

O PCP, fiel aos seus princípios, aos seus compromissos programáticos e eleitorais não poupou esforços para alterar ou minorar os aspectos mais gravosos daquela proposta de lei, apresentando diversas emendas, quer em relação às despesas, quer em relação às receitas. Tais emendas foram no sentido da introdução do rigor e transparência das contas públicas, da justiça fiscal e social, da melhoria das reformas e pensões, do cumprimento da lei das finanças locais, da eficiência das despesas, do reforço das dotações para sectores prioritários — saúde, habitação, ensino — sem aumento do défice.

**A discussão na Assembleia da República do Orçamento tornou ainda mais claro que aquela proposta de lei se vai traduzir em 1989, num aumento de carga fiscal e na duplicação de pagamento de impostos, e recair, no fundamental, sobre «os rendimentos do trabalho» e confirmou ao mesmo tempo que os benefícios fiscais aos rendimentos de capital se cifram em cerca de 70 milhões de contos (dos quais 50 milhões relativos a lucros).**

Ficou também provado que as receitas aí previstas estão subavaliadas, que estão constituídos verdadeiros sacos azuis, incluindo nos fundos e serviços autónomos para serem usados nos períodos de pré-campanha eleitoral.

Os trabalhadores da função pública terão mais um ano de diminuição dos seus salários reais, ao ser rejeitada pela maioria uma proposta de toda a oposição, com vistas a repor o poder de compra daqueles trabalhadores.

Ficou também claro que são insuficientes as dotações para a Habitação, Saúde, Educação e Segurança Social e que o Governo transfere novos encargos para as autarquias sem a transferência dos correspondentes recursos financeiros e que procura aumentar a ingerência no Poder Local. O Orçamento deixou sem resposta aspirações e reclamações concretas de regiões e de populações, que o PCP levou à Assembleia da República sob a forma de propostas de alteração e que o PSD rejeitou sistematicamente.

**Das diversas bancadas da oposição foram ainda levantadas sérias dúvidas quanto à constitucionalidade, quer de vários artigos da proposta orçamental, quer em relação ao «Imposto Único» (IRS).**

Apesar de se manterem factores externos extremamente favoráveis, continua a acentuar-se a vulnerabilidade da econo-



PCP

## Resolução do Comité Central



mia portuguesa. Durante este período foram tornados públicos novos dados sobre a balança comercial, a confirmar a continuação de uma grave situação negativa, nomeadamente nas relações com a CEE.

Também se confirmou que a taxa de inflação, variável estratégica do Governo, não irá apresentar este ano qualquer diminuição em relação a 1987.

A esfera financeira e especulativa continuou a prevalecer sobre a esfera produtiva, apesar do afundamento e do marasmo bolsista.

Os cortes de crédito e a subida das taxas de juro, registada após a sua actualização estão a criar sérias dificuldades nomeadamente em relação à habitação e ao sector das pequenas e médias empresas.

Em vez de preparar a economia portuguesa para o embate de «1992», o Governo persiste em centrar a sua política no leilão e saldo do riquíssimo património público. Avançam as avaliações num processo muito pouco transparente, com um banco privado, (BPI), interessado nas privatizações, a avaliar oficialmente outro banco, (BTA), ficando de posse de toda a informação deste. Ao mesmo tempo o Governo anuncia mais «privatizações» parciais de empresas.

Enquanto continuam algumas entregas de terras aos agrários na base da lei anterior, o que caracteriza a situação na Reforma Agrária é, sobretudo, a avançada preparação da aplicação da nova lei de bases, justamente denominada como lei da reconstituição do latifúndio.

As arbitrariedades, a submissão aos interesses dos grandes agrários, chegam ao ponto de o decreto regulamentador

da nova lei, recentemente publicado, atribuir aos antigos latifundiários o cálculo das pontuações das reservas que pretendem e a colheita dos frutos pendentes semeados pelos trabalhadores. Em coincidência com tais propósitos, o MAPA proíbe, ilegalmente, a passagem de guias de trânsito relativas a todo e qualquer gado das UCP's/Cooperativas, acelera processos de penhora, aumenta as medidas de intimidação, enquanto os agrários desenvolvem manobras de pressão. Mesmo UCP's/Cooperativas e agricultores com contratos de uso da terra estão a ser alvo de notificações e pressões para abandonar a terra.

Na Assembleia da República o PSD impulsiona a ofensiva contra a posse, fruição e administração dos baldios pelos povos, visando impor nova legislação gravemente atentatória dos direitos dos compartes e favorável aos projectos da direita e das multinacionais das celuloses, de florestação e, sobretudo, eucaliptização aceleradas do país. No mesmo sentido vai a tentativa do MAPA de retirar às Câmaras a competência para autorizar alterações ao relevo natural, ao solo arável e ao revestimento vegetal (eucaliptos).

O Governo mantém, face aos grandes prejuízos sofridos pela agricultura com as intempéries de Maio, Junho, Julho e Novembro, uma grave subestimação e alheamento, tendo o PSD rejeitado na Assembleia da República uma proposta do PCP para a inclusão de uma dotação com este objectivo no Orçamento do Estado. A linha de crédito, tardiamente anunciada, nem tem uma aplicação prática no presente ano agrícola, nem resolve a gravíssima situação de milhares de agricultores.

Em relação à CEE, as incorrectas orientações do Governo e a inexistência de regiões administrativas, para além da própria tramitação dos recursos financeiros a transferir da CEE, permitem particularmente no quadro da reforma dos fundos estruturais, uma maior ingerência no exercício do Poder Local e uma distribuição discricionária de verbas, ao sabor de clientelas e interesses eleitoralistas do PSD. Tais orientações do Governo e do PSD estão bem expressas na preparação do chamado «Plano de Desenvolvimento Regional», com o simulacro de consulta aos Municípios, sem debate público e na Assembleia da República e que se propõe entregar em Bruxelas no princípio do próximo ano.

A agora anunciada redistribuição de funções na Comissão da CEE confirma o papel subalterno reservado à representação portuguesa e evidencia a atitude capitulacionista do Governo e do PSD nas relações e no seio das instituições da CEE.

O Comité Central do PCP pronuncia-se a favor de uma definição de prioridades e de critérios transparentes e justos de distribuição de verbas do FEDER, com a intervenção do Poder Local e dos interessados, por uma gestão do Fundo Social Europeu que combata a fraude e se baseie nas necessidades reais da juventude e do país e pela aplicação de uma parte das verbas destinadas à formação profissional no reforço directo do componente profissional e profissionalizante do sistema oficial de ensino.

O Governo PSD/Cavaco Silva prossegue a nível económico o seu objectivo estratégico, a liquidação e subversão do regime constituicional, a entrega ao capital privado nacional e transnacional de sectores básicos da economia portuguesa, a reconstituição dos monopólios e do capital financeiro, a restauração do latifúndio e da concentração capitalista nos campos, a integração em termos de dependência dos interesses do capitalismo internacional.

### 3

#### Réplica social à política de direita

O Comité Central constatou que o Governo PSD/Cavaco Silva, prossequindo e acentuando a sua política ao serviço do grande capital, toma um conjunto de medidas que atingem duramente as condições de vida de largos sectores da população e muito particularmente os de mais baixos rendimentos, mas também sectores significativos das camadas médias.

Como salienta a Resolução Política do XII Congresso, nenhuma área socialmente importante fica fora da ofensiva da desforra social levada a cabo por este Governo.

Persistindo em não aceitar sequer a recomendação da OIT no sentido de fazer corresponder a pensão mínima a 55% do salário mínimo nacional, insistindo em critérios inadequados para os cálculos das pensões e decretando aumentos de pensões e reformas manifestamente insuficientes, o Governo prolonga e agrava as dificuldades de uma massa extraordinariamente carenciada, como é a maioria dos reformados e pensionistas.

O prosseguimento da orientação que visa a privatização dos serviços de saúde, inclusive ao nível da clínica geral e dos cuidados primários, o aumento do preço dos medicamentos, o fiasco da campanha contra o insucesso escolar, a degradação do parque habitacional, o aumento das rendas de casa com expressão brutal em bairros dependentes do IGAPHE (ex-Fundo de Fomento de Habitação), as medidas de restrição ao crédito para aquisição de casa própria, o agravamento da sise e o aumento, para além do previsto, de certas prestações de amortização dos empréstimos atingem gravemente serviços de grande impacto social.

O encarecimento generalizado de bens e serviços essenciais que o Governo acaba de decretar (pão, transportes e comunicações, gás, etc.) vão reduzir ainda mais os já baixos rendimentos da maioria das famílias e em particular dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas.

A insistência numa política de rendimentos centrada na imposição de tetos salariais inferiores às taxas de inflação, degrada cada vez mais os salários dos trabalhadores nomeadamente na Administração Central e Local e faz aumentar as desigualdades sociais, significativamente expressas na continuação e acentuada redução da parte do trabalho no rendimento nacional.

Aproveitando a quadra natalícia para apanhar os trabalhadores desprevenidos e tentar limitar ao máximo as possibilidades de discussão e resposta organizada, o Governo PSD/Cavaco Silva, retoma mais uma vez a ofensiva do «pacote laboral», fazendo pesar sobre os trabalhadores mais uma série e grave ameaça aos seus direitos.

O Comité Central concluiu que os projectos integrantes do «pacote laboral» agora postos à discussão pública e em particular o dos despedimentos, tal como os anteriores, visam os objectivos de sempre: legalizar e generalizar

## Resolução do Comité Central



a precaridade do emprego, colocar nas mãos do patronato instrumentos discricionários e repressivos, limitar os direitos dos trabalhadores e desarticular a sua capacidade de luta e resistência.

Eliminando a protecção aos representantes dos trabalhadores, tornando possível despedir quase sumariamente nas pequenas empresas, consagrando a possibilidade do despedimento com o pretexto da extinção do posto de trabalho, por razões económicas, de mercado, tecnológicas e estruturais, desresponsabilizando o Governo nos processos de despedimento colectivo e permitindo sempre a contratação a prazo quando se trata de jovens ou desempregados de longa duração, a lei sobre os despedimentos — núcleo essencial do «pacote laboral» — se viesse a ser aprovada constituiria um duro golpe nos direitos dos trabalhadores.

Como salienta a Resolução Política do XII Congresso, a política de restauração monopolista no plano social traduz, em toda a sua amplitude, a ofensiva de direita contra os trabalhadores, as massas populares e as conquistas democráticas.

Entretanto, uma política que fere cada vez mais os interesses e as condições de vida dos trabalhadores e das camadas médias, suscita contra si uma resistência crescente das massas, com particular destaque para os trabalhadores, mas aos quais se juntam, com reivindicações específicas sectores que em grande parte, objectiva e subjectivamente, se incluíram na base eleitoral de apoio ao Governo em 19 de Julho.

Nas últimas semanas, estiveram em luta milhares de trabalhadores por melhores salários, pela redução do horário de trabalho, por questões de carreira e de estatuto profissional, melhores condições de trabalho e defesa dos postos de trabalho, salientando-se os trabalhadores das empresas de limpeza da CP-Via Fluvial, da Setenave, da Alfândega dos TIR (Alver-

ca), do Chiado, os professores, os trabalhadores da Administração Central e Local, bem como os enfermeiros, os magistrados judiciais e do ministério público, os trabalhadores judiciais, os advogados, entre outros.

Algumas destas lutas, como é o caso dos magistrados judiciais e do ministério público, professores, advogados, assumem um carácter de confronto aberto com a política do Governo.

Estiveram também em luta, neste período, diversos sectores do campesinato, nomeadamente, compartes dos baldios contra a nova legislação que destrói os seus direitos, assim como produtores de vinho e outros agricultores fortemente atingidos pelas intempéries.

**As lutas em curso e as que se anunciam, fazem prever um novo fluxo na luta de massas, condição decisiva para fazer frente à ofensiva de direita contra as conquistas democráticas, as liberdades e as condições de vida das massas populares.**

Os trabalhadores e suas organizações de classe e os diferentes sectores democráticos, reforçando a cooperação, o entendimento e a unidade na acção, estão em condições de mais uma vez, desenvolver grandes acções contra o «pacote laboral».

As medidas anti-sociais decretadas pelo Governo, o prosseguimento da ofensiva contra as conquistas democráticas, a ameaça do «pacote laboral», não só tornam imperioso que se intensifique e aprofunde a luta popular de massas, como criam condições objectivas para que se alargue o campo social de luta.

O Comité Central constata um crescente descontentamento com a política de direita. É indispensável que o descontentamento e a luta social se transformem em oposição assumida

contra a actuação política do Governo. Como salienta a Resolução Política do XII Congresso do Partido, a poderosa frente social antimonopolista constituída pelos grandes movimentos sociais e organizações sociais pode influir de forma determinante, na evolução da situação política nacional.

O Comité Central saúda os trabalhadores e outras camadas sociais pela sua corajosa luta e apela a todos os membros do Partido para que com a sua actividade contribuam para o reforço da unidade dos trabalhadores e o desenvolvimento da luta de massas.

## 4

### Eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias, grandes batalhas políticas de 1989

As eleições dos deputados do Parlamento Europeu e as eleições dos órgãos das autarquias locais são grandes batalhas políticas do ano de 1989 que exigem o empenhamento de todo o Partido.

As resoluções do XII Congresso formulam as orientações essenciais necessárias para travar com êxito estas batalhas, em defesa dos interesses de Portugal, dos trabalhadores e das populações em geral.

O PCP prepara ou tem já em curso um importante trabalho de intervenção eleitoral e pré-eleitoral, por si e com os seus aliados da CDU, visando a prestação de contas do trabalho realizado, o aprofundamento com a mais larga participação do debate dos problemas e das propostas de soluções, a elaboração de programas eleitorais e o alargamento unitário da CDU.

**Em relação às eleições para o Parlamento Europeu**, na esteira do valioso trabalho realizado pelos deputados comunistas, eleitos nas listas da CDU, será prestada especial atenção às questões relacionadas com o desenvolvimento equilibrado do País e das diversas regiões, contra o domínio das alavancas essenciais da economia portuguesa pelas transnacionais e uma especialização produtiva baseada no recurso a mão-de-obra barata, de baixo valor acrescentado nacional, e em actividades lesivas do meio ambiente; à luta e às propostas para a igualização no progresso nas condições de vida e de trabalho, contra as políticas que visam realizar o «mercado interno» com sacrifício das conquistas sociais dos trabalhadores e dos povos; à luta em defesa do ambiente e pela restauração dos equilíbrios ecológicos, e em defesa dos interesses da juventude, das mulheres, dos pequenos e médios agricultores e da produção nacional face à CEE e à invasão do mercado nacional por produtos estrangeiros, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos emigrantes, do povo e do país em geral, em defesa da nossa soberania e por uma política que privilegie a solidariedade, a cooperação e a paz.

O Comité Central do PCP assinala a impotência do combate contra a tentativa por parte do PSD de introduzir alterações antidemocráticas à lei eleitoral para o Parlamento Europeu.

**Em relação às eleições para as autarquias locais**, o PCP, tomando como linha geral e fundamental de acção a concorrência às eleições autárquicas na coligação CDU em todos os concelhos e no maior número possível de freguesias, insistirá e prosseguirá as diligências para concretizar a mais ampla unidade democrática possível, sem prejuízo das posições da CDU, em particular na cidade de Lisboa e nas dezenas de municípios e centenas de freguesias em que a direita, apesar de minoritária, detém a Presidência da Câmara ou da Junta de Freguesia. **Não será por responsabilidade do PCP que nesses casos deixará de concretizar-se a unidade a que legitimamente aspiram largos sectores da população e os democratas em geral.**

O CC do PCP não pode deixar de chamar a atenção para o facto de o Partido Socialista admitir alianças contra a CDU com o PSD e outras forças de direita, ao mesmo tempo que, até agora rejeita alianças com o PCP e outras forças democráticas para enfrentar em comum a direita e defender os interesses das populações e de importantes municípios e freguesias.

Em qualquer circunstância, a CDU afirmar-se-á como alternativa à direita e ao PS, frequentemente em aliança com a direita, como a força política cuja intervenção nas autarquias se caracteriza pelo trabalho construtivo em defesa das populações, pela honestidade e competência, pelo estímulo à participação popular, pela prestação regular de contas, isenção e respeito pelos direitos legítimos dos trabalhadores e das populações.

**O PCP continuará a trabalhar intensamente para alargar a participação unitária nas listas da CDU, nas comissões coordenadoras concelhias e de freguesia, nas suas iniciativas e nos debates que promove.**

O CC do PCP chama a atenção para o vasto conjunto de iniciativas nacionais, regionais e concelhias do PCP e da CDU

## Resolução do Comité Central

previstas para os primeiros meses de 1989, muitas das quais no âmbito da jornada CDU a realizar em fins de Janeiro, com o objectivo de aprofundar a intervenção no Parlamento Europeu e nas autarquias locais, em particular para o Encontro Nacional de Comissões Coordenadoras e Activistas da CDU sobre as eleições para o Parlamento Europeu e as Autarquias e o Festival da Juventude da CDU que se realizarão em 19 de Março.

O CC do PCP alerta contra o facto de o PSD e o seu Governo pretenderem iludir e limitar as suas previsíveis perdas eleitorais, através da instrumentalização abusiva do Estado, da manipulação demagógica dos dinheiros públicos e dos fundos da CEE, do reforço do controlo e ingerências sobre a comunicação social e de inauguração de obras públicas que, sendo necessárias e carecendo de desenvolvimento em ritmo mais acelerado, resultam do funcionamento normal da Administração Pública e não devem ser objecto de inaceitável aproveitamento eleitoralista.

O Comité Central do PCP manifesta a sua confiança em que, com o empenho de todo o Partido e dos democratas em geral, as batalhas eleitorais de 1989 se podem traduzir em derrotas para a direita e na criação de melhores condições para o PCP e a CDU defenderem os interesses dos trabalhadores, das populações e do País.

O PCP é uma força sólida, profundamente enraizada na vida nacional, componente essencial de uma alternativa democrática ao poder da direita e do grande capital, o que será confirmado nas batalhas eleitorais de 1989.

### 5

#### Um ano de avanços na causa da paz e dos povos

O Comité Central apreciou os últimos desenvolvimentos da situação internacional que, confirmando as grandes tendências de evolução assinaladas na resolução política do XII Congresso, constituem novos e importantes sucessos das forças do progresso social e da paz e indicam a possibilidade de, pela luta, aprofundar a real viragem operada no clima internacional no sentido do desarmamento, do desanuviamento, da defesa da paz.

O Comité Central saudou as iniciativas e propostas da União Soviética anunciadas pelo camarada Mikhail Gorbachov, na Assembleia Geral da ONU, considerando-as como contribuições da mais alta importância para o avanço do processo de desarmamento, designadamente no respeitante à candente questão da redução das forças e armamentos convencionais na Europa. Ao mesmo tempo, confirmou ao PCUS e ao povo soviético os sentimentos do mais profundo pesar e fraternal solidariedade dos comunistas portugueses face à tragédia que atingiu o povo da Arménia Soviética.

O Comité Central sublinhou o extraordinário significado político da sessão da Assembleia Geral da ONU, transferida de Nova York para Genebra a título excepcional por recusa dos EUA em concederem visto aos dirigentes da OLP e assim poder acolher Yasser Arafat, presidente do Comité Executivo da OLP. Trata-se de uma grande derrota do imperialismo norte-americano e do sionismo e de uma grande vitória da OLP e do povo palestino, que cria condições favoráveis para a convocação de uma Conferência sobre a paz no Médio Oriente tendo como objectivo central assegurar ao povo palestino a constituição do seu próprio Estado independente e soberano. Reitérando a sua activa solidariedade à OLP e ao povo palestino, particularmente à «Intifada» (o heróico levantamento popular nos territórios ocupados), o PCP saúda a proclamação do Estado Palestino e reivindica o seu reconhecimento pelo Governo português.

O Comité Central exprime a sua satisfação pela assinatura do «Protocolo de Brazaville» e o anúncio da assinatura do Acordo correspondente no próximo dia 22 de Dezembro em Nova York e pelas perspectivas assim abertas à salvaguarda da independência e soberania da República Popular de Angola e à independência da Namíbia com base na resolução 435 da ONU. Confirmando ao MPLA-PT, à SWAPO e ao ANC a activa solidariedade dos comunistas portugueses à sua luta libertadora, o PCP prosseguirá a sua luta para que se desenvolvam as relações entre Portugal e a R.P.A. na base dos princípios do respeito mútuo, da não ingerência e reciprocidade de vantagens, exigindo que o Governo português ponha termo imediato à política de conciliação e conluio com os racistas da África do Sul e os bandidos da Unita.

O Comité Central valoriza altamente a luta que os comunistas e os trabalhadores dos países capitalistas da Europa desenvolvem para fazer face à política reaccionária e antipopular do grande capital, designadamente na perspectiva do «Mercado Único» em 1992, e saúda muito especialmente os trabalhadores de Espanha pelo seu êxito na recente greve geral.

Ao mesmo tempo o Comité Central do PCP alerta o povo português para o facto de os mais recentes desenvolvimentos da política externa e a defesa prosseguida pelo Governo do PSD irem completamente contra as tendências positivas da evolução mundial. As negociações com os EUA sobre facilidades militares em território português, a adesão à UEO e as declarações do Ministro da Defesa admitindo o estacionamento e trânsito de armas nucleares em Portugal, as votações na ONU contrárias à condenação e isolamento do regime do «apartheid», o não reconhecimento do Estado Palestino, são exemplos reveladores de uma política que viola frontalmente os interesses nacionais e compromete o nosso país na política dos círculos mais reaccionários do imperialismo.

Os últimos acontecimentos da vida internacional confirmam que o ano de 1988 foi globalmente favorável à causa da paz, da coexistência pacífica e à luta dos povos.

Os êxitos já alcançados e as perspectivas abertas para a resolução de conflitos regionais com dezenas de anos, no respeito pela opção dos povos, confirmam que vale a pena lutar e que apesar de todas as contradições e dificuldades, a evolução geral, como assinala a Resolução Política do XII Congresso, é favorável à causa dos trabalhadores e dos povos.

### 6

#### XII Congresso do PCP importante contributo para o reforço do Partido e da luta democrática

O Comité Central sublinha que a realização do XII Congresso do Partido, culminando um debate intenso, activo e democrático, constituiu um extraordinário êxito e um importante contributo para a coesão orgânica, política e ideológica do PCP.

O XII Congresso, pelas discussões efectuadas, pelas resoluções tomadas, confirmou ser o PCP um partido conhecedor da realidade nacional, atento aos novos fenómenos, virado para o futuro, confiante na luta e na actividade criadora da classe operária e do povo, um partido consciente da justeza dos ideais pelos quais luta, ideais de liberdade, de democracia, de progresso social, de socialismo, aos quais subordina toda a sua actividade.

Na situação presente, com o aprofundamento da ofensiva contra-revolucionária, quando estão ameaçadas importantes conquistas democráticas e se agravam as condições de vida das massas populares, o PCP mais uma vez é chamado a desempenhar um papel determinante na luta contra a política de direita, na salvaguarda do regime democrático e na acção pela unidade das forças democráticas.

O Comité Central apela a todas as organizações e militantes do Partido para que, prosseguindo o importante trabalho de dinamização do Partido e aprofundamento do estudo dos problemas nacionais, se empenhem na divulgação e aplicação das conclusões e resoluções do XII Congresso, estreitem a sua ligação às massas, com vista ao reforço da influência e da organização do Partido.

Os trabalhos, as conclusões e os documentos aprovados pelo XII Congresso, não apenas constituem um contributo fundamental para o reforço do PCP e a sua intervenção na vida nacional, mas arma também com valiosas análises, orientações e perspectivas políticas todas as forças de esquerda e democráticas.

A luta por «Uma democracia avançada no limiar do século XXI», uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural, tendo no horizonte o socialismo, proposta pelo PCP ao povo português, representa um grande objectivo dinamizador e integrador da luta diária por objectivos concretos e contra a política de direita e torna-se uma estimulante perspectiva na luta por uma alternativa democrática na política e no Governo de Portugal.

20 de Dezembro de 1988

O Comité Central do Partido Comunista Português



## Orçamento do Estado para 1989 e Grandes Opções do Plano

# Contestado por toda a oposição

## Orçamento aprovado apenas com os votos do PSD

Peça fundamental para a execução da política do Governo e da qual dependerá de modo efectivo no futuro próximo a vida dos portugueses, o Orçamento do Estado para 1989 foi aprovado faz hoje oito dias na Assembleia da República.

Após dois dias de debate em plenário para discussão na especialidade das receitas, chegada a hora da votação, sem surpresas, apenas a bancada do PSD se ergueu para acolher favoravelmente a proposta em apreço, optando a totalidade dos partidos da oposição, numa atitude responsável, por negar o seu apoio a um Orçamento mais próximo dos interesses dos grandes detentores de rendimentos do que dos interesses da generalidade dos trabalhadores, das populações e do País.

Guardiã acrílica do seu governo, a maioria do PSD voltou assim a funcionar com a eficácia que lhe advém do seu confortável peso numérico, indiferente às críticas dos partidos da oposição, insensível às propostas e sugestões por estes apresentadas, sur-

da aos anseios e reclamações dos mais diversos sectores e forças sociais e sindicais.

### Comportamento sectário

Esta fora, de resto, a postura já anteriormente assumi-

da pelos parlamentares do PSD ao longo de todo o debate, quer no plenário quer na Comissão de Economia, facto pelo qual foram justamente acusados de manterem um comportamento «fechado e sectário» e uma atitude «arrogante e sobranceira».

Com efeito, por mais estranho que pareça, a verdade é que nenhuma das centenas de propostas apresentadas pelos partidos da oposição mereceu o acolhimento da maioria, a qual, não satisfeita, resolveu ainda juntar a esta posição de auto-suficiência uma displicente falta de vontade de estabelecer um diálogo construtivo e em prestar esclarecimentos sobre questões consideradas fundamentais para a oposição.

Em face disto, se é certo que o PSD voltou a fazer chegar a água ao seu moinho, a verdade é que o conseguiu impondo uma vez mais sem apelo nem agravo a sua vontade e opções — independentemente da sua va-

### Agravamento da carga fiscal

Mas no rescaldo dos trabalhos, para lá da postura do PSD e dos membros do Governo — em flagrante contraste com a posição construtiva

foi unanimemente verberado o comportamento do Governo e da maioria e dadas a conhecer as análises de cada partido aos documentos em debate.

Na ocasião, João Cravinho, do PS, salientou o «forte

nhuma das propostas apresentadas pelos partidos da oposição.

Acusando o Governo de subavaliar as receitas, Silva Lopes, do PRD, afirmou por seu turno que o aumento dos impostos vai ser maior do

**Oposição condenou em bloco a postura sectária e sobranceira da maioria e do Governo e a sua incapacidade de estabelecer um diálogo construtivo.**



**O Orçamento para 1989 caracteriza-se por um aumento da carga fiscal, pela subavaliação das receitas, pela multiplicação de benesses para os grandes detentores de rendimentos.**

lia —, sacrificando o debate e desvirtuando regras essenciais do exercício do Poder em democracia e do próprio funcionamento do órgão de soberania Assembleia da República.

É, aliás, sintomático que no decorrer do debate em torno da parte do Orçamento relativa às receitas o deputado do PSD Vieira Mesquita — confrontado com propostas do PCP — tenha afirmado que «não vamos perder tempo com os comunistas», isto depois de na véspera, um colega da sua bancada se apressar a concluir, ainda mal a discussão se iniciara, que não havia oposição.

e responsável dos partidos da oposição —, importa também reter, em matéria de política orçamental como suas características fundamentais, o forte agravamento do peso dos impostos, a subavaliação das receitas e a falta de transparência que perpassa em geral a proposta de lei do Governo, designadamente quanto à ocultação do défice.

A este respeito, a coincidência de pontos de vista dos partidos da oposição foi praticamente total, facto evidenciado não apenas durante os trabalhos como também na conferência de imprensa concedida em bloco pelos quatro partidos da oposição — a segunda na presente Legislatura —, no decorrer da qual

que o declarado pelo Executivo, lembrando ainda que esse agravamento vai recair sobre os rendimentos do trabalho por conta de outrém enquanto que os outros rendimentos «escapam à tributação».

Em nome do CDS, Nogueira de Brito pôs em relevo por seu lado o aumento do esforço fiscal pedido aos portugueses (na ordem dos 20 por cento segundo as suas contas), manifestando simultaneamente a preocupação do seu partido quanto ao valor da dívida externa, em crescimento galopante e em relação à qual este Orçamento não dá resposta.

Digno de registo no debate foi ainda a detecção de algu-

### As verdadeiras opções do Governo

Mas é ainda na recusa sistemática do PSD em aceitar toda e qualquer proposta oriunda da oposição que poderemos melhor ajuizar quanto ao sentido e ao verdadeiro alcance das opções se decisões governamentais. Com efeito, não é desprovido de significado o facto de a maioria chumar implacavelmente propostas que visavam, por exemplo, contribuir para atenuar injustiças sociais ou para aumentar dotações para a educação, a saúde, a habitação, o ambiente ou a cultura, para aumentar os salários reais dos trabalhadores da Função Pública ou para fazer justiça às autarquias.

«Quem acredita que não houvesse uma única proposta correcta e passível de aprovação?», interroga-se a propósito Ilda Figueiredo, numa das várias intervenções que produziu ao longo dos trabalhos, para logo a seguir sublinhar ter agora o PSD de explicar aos agricultores as razões pelas quais recusou aceitar a inscrição de verbas para minorar as graves perdas sofridas por muitos deles em resultado das intempéries, explicações que devem ser extensivas às populações e instituições que vivem rejeitadas, por força dos votos do PSD, dezenas e dezenas de propostas de reforço de dotação ou inscrição de projectos no PIDDAC que correspondiam aos seus anseios e aspirações.

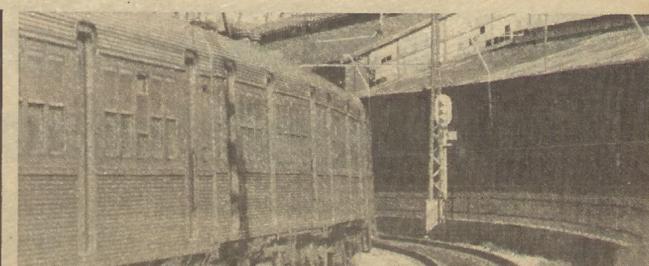
Digno de registo no debate foi ainda a detecção de algu-

mas inconstitucionalidades gritantes que perpassavam a proposta de lei do Governo e que este foi obrigado à última hora a remover. Fortes dúvidas persistiram no entanto quanto à questão da constitucionalidade do imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS).

### Inconstitucionalidades

A controvérsia foi suscitada pela bancada comunista através do deputado José Magalhães que levantou a questão da sua inconstitucionalidade devido à promulgação da lei depois do prazo estipulado pela autorização legislativa.

Depois de afirmar que o «cavaquismo tem na reforma fiscal um dos seus espinhos mais dolorosos e um dos seus fiascos mais evidentes», José Magalhães, dirigindo-se ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, resumizou o ponto de vista da bancada do PCP em quatro proposições. «Primeiro — garantiu — não há reforma fiscal nenhuma; segundo, a máquina fiscal não está preparada para reforma nenhuma; terceiro, a legislação que serve de base à pseudo-reforma fiscal é materialmente inconstitucional; quarto, a legislação que serve de base à pseudo-reforma fiscal é inconstitucional também porque caducou a autorização legislativa ao abrigo da qual foram preparados os códigos que, tarde e a más horas, o Governo fez publicar».



## Lei dos transportes terrestres

### Privatizar os lucros e socializar os custos

A discussão de uma proposta de lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres ocupou a totalidade dos trabalhos parlamentares de terça-feira última. No essencial, na perspectiva do Governo, trata-se de substituir a lei em vigor, datada de 1945, considerada obsoleta e desajustada às necessidades actuais, e constituir o enquadramento normativo e o ponto de partida para a reformulação do ordenamento legal e regulamentar dos transportes terrestres no País.

Interpretação diferente à iniciativa legislativa do Executivo foi entretanto dada pelos partidos da oposição. Provenientes de todos os quadrantes, as críticas não se fizeram esperar. Para o PCP, pela voz de Luís Roque, está-se em presença de uma solução conjuntural que mais não é do que um «remendo legislativo» e um «retrocesso em relação à situação actual», enquanto o PS acusava o Governo de com esta proposta gerar desigualdades e originar uma «situação de concorrência desleal», acentuando ainda esta iniciativa ferida de «grave obsessão mercantilista».

Em sentido idêntico foi, por sua vez, a posição do PRD, defendida por Rui Silva, chamando a atenção para o facto de esta Lei de Bases não responder «com a eficácia e justiça necessária ao confronto de 1992», e lamentando, dada a sua importância social e económica, não ter sido precedi-

da de um «amplo debate nacional» com a participação de todas as partes interessadas.

Mas seria da bancada comunista que partiriam as críticas mais cerradas à proposta em apreço. Luís Roque, considerava-las mesmo uma «solução de compromisso para servir certos interesses» bem determinados em detrimento dos interesses dos utentes e dos trabalhadores do sector.

Assim, no entender da bancada comunista, do que o País precisa, isso sim, é de um «Plano Nacional de Transportes», o qual, de acordo com a opinião expressa por Luís Roque, deveria permitir o melhor aproveitamento dos recursos existentes, responder ao desenvolvimento regional e local e uma «mais adequada satisfação das necessidades dos portugueses e do País em matérias de transportes».

Ora a verdade é que nada disso acontece com a presente Lei de Bases, como frisou o deputado comunista, para além de que nela não estão igualmente previstas as «formas de articulação entre os diversos transportes interiores», sendo ainda omissa quanto a transportes marítimos costeiros, ao transporte aéreo interior e ao transporte fluvial.

Nem tudo são, porém, omissões na presente Proposta de Lei. Como salientou Luís Roque, no seu articulado, a lei deixa também adivi-

nhar algumas orientações bem precisas para este sector.

É o caso, disse, do desmantelamento e posterior liquidação da RN em vez de procurar a sua consolidação e desenvolvimento, a privatização de outras empresas do sector, a entrega ao sector privado dum serviço público fundamental com atribuição de compensações económicas que hoje regateia ou nega às empresas públicas, a extinção de serviços não rentáveis, a transferência para o Poder Local de competências sem as correspondentes contrapartidas financeiras.

Sobre esta mesma matéria destaca merece entretanto o projecto de lei da autoria do PCP que adopta medidas tendentes a suspender o encerramento de linhas, ramais e estações e define as condições a que deve obedecer o dimensionamento da rede ferroviária nacional. A sua importância, como tratou de sublinhar Luís Roque, reside não apenas na circunstância de colmatar lacunas existentes na presente proposta de lei do Governo como ainda pelas medidas que adopta por forma a enfrentar alguns designios expressos pelo conselho de gerência da CP e pelo Executivo, como sejam o encerramento de 1500 km de linha e mais de 300 estações e a supressão de composições que afectam fundamentalmente a rede secundária e a complementar.

## As verdadeiras opções de Cavaco

Acelerar a concentração e centralização de capitais e restaurar fortunas e privilégios, criar sacos azuis para serem utilizados nos dois períodos pré-eleitorais que se aproximam, transferir mais encargos para as autarquias sem os correspondentes meios financeiros e fazer recair sobre os trabalhadores os custos da política cavacista, através designadamente do aumento de preços de bens essenciais e do agravamento da tributação, eis, em síntese, as verdadeiras opções que norteiam a acção do Governo, pese embora os artificios de linguagem e a verbosidade com que as procura mascarar.

Quem o garantiu foi o deputado comunista Jerónimo de Sousa na declaração final produzida em nome do Grupo Parlamentar do PCP, intervenção onde se falou também, entre outras coisas, da incapacidade do Executivo em aproveitar a favorável conjuntura externa, da manutenção de alguns flagelos sociais, das debilidades estruturais da nossa economia e do embate do Mercado Único em 1992.

De acordo com os resultados do debate, na perspectiva de Jerónimo de Sousa, as escolhas do Governo não são pois aquelas que ele procura camuflar com «floreios verbais» sobre o desenvolvimento mas sim as que o «Orçamento, a legislação do Governo e a sua prática lhe conferem».

Fundamentando a sua afirmação, aquele deputado comunista recordou o aumento recente de bens essenciais e a crescente redução dos salários reais e dos rendimentos disponíveis das camadas

médias e dos reformados enquanto que, por outro lado, apesar dos factores externos favoráveis à economia portuguesa, continuam a proliferar verdadeiras chagas sociais como sejam o trabalho infantil ou os salários em atraso.

A retoma do pacote laboral, mantendo no essencial as malfieitorias do anterior projecto, já vigorosamente repudiado pela totalidade das forças sindicais, constitui outra prova irrefutável, no entender dos parlamentares comunistas, das verdadeiras opções do Governo, ou seja, da sua intenção em pôr em causa direitos fundamentais dos trabalhadores.

Passando em revista o actual estado da nossa economia, numa alusão a 1992, Jerónimo de Sousa afirmou que as nossas «debilidades estruturais» não desaparecem com a «política-espectáculo ou com campanhas de marketing», acentuando ainda que não é assim que se «prepara a economia portuguesa para o embate do Mercado Único».

«A fragilidade da nossa economia é um facto, como é um facto o peso crescente dos produtos de indústrias tradicionais nas nossas exportações, em perda no mercado mundial», sublinharia a este propósito Jerónimo de Sousa, acrescentando que o Governo não tem aproveitado a conjuntura externa favorável para «modernizar e fortalecer o nosso aparelho produtivo», o qual, asseverou, é cada vez mais «presa fácil do capital estrangeiro que pouco a pouco vai dominando importantes sectores da economia portuguesa».

Referindo-se depois à prevista duplicação dos fundos estruturais até 1992, Jerónimo de Sousa salientou que tais verbas não podem «comprar o silêncio do Governo ou o seu voto positivo à total liberalização de capitais para Portugal», querendo o deputado comunista com isto dizer que tais fundos não podem, por exemplo, comprar a aceitação de acordos da CEE com países terceiros lesivos da nossa indústria têxtil e das nossas pescas ou comprar a aceitação de transformar a coesão social num mero conjunto de boas palavras. «A coesão social exige medidas concretas — friso — exige o nivelamento por cima, embora gradual, das principais conquistas sociais obtidas em cada país pelos sindicatos e forças do progresso».

Objecto de análise na intervenção do parlamentar comunista foi ainda o tratamento dado nas GOPs às questões sociais e à educação. Relativamente às primeiras, salientou a ausência de qualquer resposta às reivindicações dos trabalhadores e das populações, sendo ainda sintomático, a seu ver, a manifestada insuficiência das dotações orçamentais para o Serviço Nacional de Saúde. Quanto à educação, põe em relevo a diminuição do investimento no sector (passa de 12,64% em 1988 para 12,10% em 1989) números que desmentem a afirmação governamental de que é um sector prioritário e que terão como consequência um acréscimo de dificuldades na aplicação da Lei de Bases do Sistema Educativo e na realização da Reforma Educativa.

## As propostas que a maioria recusou

### • Só o PCP apresentou mais de 200

A sistemática recusa em aceitar toda e qualquer proposta proveniente dos partidos da oposição — facto marcante ao longo de todo o processo de discussão orçamental — constituiu seguramente um dos aspectos mais lamentáveis da postura assumida pela bancada da maioria no debate do Orçamento para 1989.

Irredutível quanto às suas próprias e exclusivas opções, insensível aos argumentos e propostas dos partidos da oposição, numa gratuita demonstração de força, a maioria PSD voltou a evidenciar o seu estilo auto-suficiente, com frequentes laivos de arrogância, revelador no fim de contas de concepções pouco compatíveis com o normal funcionamento democrático das instituições.

No total, foram centenas de propostas, elaboradas afinal com o único intuito de minorar alguns dos aspectos mais gravosos contidos na proposta de lei, preencher la-

cunas, responder ao sentir e às reclamações das populações, instituições, forças sociais e sindicais.

Neste contexto, referência especial merece entretanto a acção dos deputados comunistas, que, ao longo do de-

bate, quer em sede de comissão quer em plenário, apresentaram mais de 200 propostas de alteração ao

Orçamento do Estado.

Entendendo que o que estava verdadeiramente em causa na discussão do Orçamento era sobretudo toda a política económica, financeira e social do Executivo, os parlamentares comunistas não quiseram todavia, com um alto sentido de responsabilidade, deixar de apresentar um largo conjunto de propostas concretas, grande parte delas elaboradas na sequência de um trabalho preliminar no decorrer do qual se multiplicaram os contactos com os mais diversos sectores, desde autarquias à universidade, passando por organizações de bombeiros ou de reformados.

Desse vastíssimo e rico rol de propostas apresentadas pelos deputados comunistas — e na impossibilidade de as enumerar de forma exaustiva — destacamos a inclusão de uma verba no valor de 20 milhões de contos no Orçamento da Segurança Social desti-



Nem mesmo a existência de pensões e reformas abaixo do mínimo de subsistência sensibilizou a maioria e o Governo para aceitarem propostas do PCP tendentes a contribuir para a dignificação das condições de vida dos reformados, pensionistas e idosos

nada a contribuir para a dignificação das condições de vida dos reformados, pensionistas e idosos e a «corrigir valores de manifesta pobreza das pensões e reformas», na sua maioria abaixo do valor mínimo de subsistência.

Segundo Apolónia Teixeira, a quem coube a apresentação desta proposta, tal verba tinha em vista aumentar a pensão mínima do regime geral da Segurança Social e dos regimes a ele associados para um valor não inferior a 55 por cento do montante mais elevado do salário mínimo nacional. O aumento das pensões de invalidez e velhice do regime transitório da Segurança Social dos trabalhadores agrícolas bem como as do regime não contributivo (pensão social) para um valor não inferior a 55 por cento da remuneração mínima garantida aos trabalhadores do sector agrícola, constituía outra das áreas contemplada na referida proposta do PCP.

## Em Janeiro, por iniciativa do PCP

### Interpelação ao Governo sobre questões de bem-estar e desenvolvimento

Foi já agendada para o dia 24 de Janeiro, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, uma interpelação ao Governo sobre questões de bem-estar e desenvolvimento, designadamente sobre o desenvolvimento regional, a regionalização e o reforço do Poder Local.

Justificando a sua proposta, o PCP considera que uma política de bem-estar e desenvolvimento passa obrigatoriamente pela defesa e reforço do Poder Local e pela existência de estruturas de poder regionais, dinâmicas, que contribuam, com a sua acção, para a distribuição equilibrada da actividade eco-

nómica e da riqueza e para a melhoria da qualidade de vida das populações em áreas tão sensíveis como, por exemplo, as do emprego, da educação, da habitação, da saúde e da cultura.

Com efeito, como salienta uma nota do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP, a regionalização adquiriu uma nova e mais exigente dimensão com a adesão à CEE, sendo não só necessário como urgente que o País responda de forma adequada às necessidades do desenvolvimento regional, às questões do ordenamento do território e da preservação do

ambiente, utilizando com eficácia os fundos estruturais.

Obstaculizando na prática o processo de regionalização e reforçando inúmeros mecanismos e órgãos de ingerência nas autarquias locais, a política do Governo, na opinião do PCP, tem assim conduzido a um bloqueio permanente da descentralização e da democratização das estruturas do Estado, dificultando e impedindo deste modo a «prossecução de acções de desenvolvimento que corrijam as desigualdades e assimetrias existentes e permitam o progresso integrado e equilibrado do País».

## Trabalhadores

# Contra a nova agressão do «pacote» Plenários por todo o País

Embora sem confirmarem, mas admitindo a possibilidade de uma nova e forte acção nacional de luta contra o «novo» pacote laboral do ministro Peneda, as principais organizações sindicais do País marcaram para esta semana grande número de plenários para análise da situação político-sindical, com re-

levo para a CGTP que hoje prossegue com a reunião do seu Conselho Nacional.

Recorde-se que a anterior versão do mesmo pacote laboral foi declarada inconstitucional pelo Tribunal respectivo, depois das lutas conduzidas pelo movimento sindical e pelas forças democráticas, com relevo para as jornadas

de 17 e 28 de Março, dia da greve geral.

A direcção da CGTP encontrava-se entretanto com os jornalistas, depois de audiências com os ministros das Finanças, Miguel Cadilhe, e do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda. O pacote laboral era considerado pelo movimento sindical

como contendo «as mesmas intenções de sempre».

Por um lado, o Governo procura despedir e despedir sempre, «mesmo por motivos alheios ao comportamento dos trabalhadores», como assinala a União dos Sindicatos de Lisboa. Por outro, submete à discussão pública, uma série de projectos legislativos, «procurando rodear a inconstitucionalidade existente», precisamente na época do Natal, sem dúvida para evitar uma melhor e mais participada discussão.

Por sectores de actividade e por regiões, as organizações intermédias e outras estruturas do movimento sindical unitário e não unitário têm convergido na necessidade de uma verdadeira discussão ampla e participada dos projectos de diploma apresentados pelo ministro Silva Peneda fora do âmbito do Conselho Permanente da Concertação Social.

A União dos Sindicatos de Lisboa, à semelhança de muitas outras, considera que

o Governo procura rodear a inconstitucionalidade existente. A USL designava mesmo de «artimanha saloia» a apresentação prematura — sobretudo através da televisão — dos novos projectos destinados a melhor concretizar os objectivos principais do Governo contra os sindicatos e a sua capacidade de intervenção.

Mas na agricultura, no comércio e serviços, nas indústrias extractiva e transformadora, na indústria naval, na Função Pública, nos médicos, incluindo os mais jovens, nos grandes sectores da Administração Central, Regional e Local o «novo» pacote não só tem sido muito mal acolhido como tem provocado nítidas posições de rejeição.

Preparar a luta tem sido a tônica central das intervenções públicas dos sindicatos e das outras organizações representativas dos trabalhadores.

Metalúrgicos e mineiros, por exemplo, aprovaram uma

moção rejeitando globalmente os projectos de legislação laboral. No entender da Federação sindical do sector (FSMMMP) essa posição baseia-se no facto de o «novo projecto» cavaquista manter intocável e mesmo reforçar a possibilidade de o patronato (e não só) «poder despedir quem quiser, quando e como entender».

O mesmo se passa com a generalidade do movimento sindical por todo o País. Um exemplo é o de Évora, onde hoje se reúne a Comissão Executiva da USDE — União dos Sindicatos do distrito, ao mesmo tempo que em Lisboa se reúne como dissemos o organismo dirigente da CGTP-IN.

Como sucedeu em Março, embora não afaste a necessidade de rever disposições legais porventura ultrapassadas, a esmagadora maioria do movimento sindical está profundamente empenhada em derrotar os projectos legislativos deste Governo para a área laboral.



Anteontem em Lisboa contra o pacote laboral

## Protesto dos taxistas

A Comissão Coordenadora para a Segurança e Defesa dos Motoristas de Táxi, formada no âmbito da Festru (Federação sindical do sector dos transportes) e de outras organizações representativas, após reunião efectuada quinta-feira, 15, com o secretário-geral do ministro da Administração Interna, frisou publicamente os quatro pontos de uma proposta entregue naquele Ministério e que se destina principalmente, segundo a Festru, ao «reforço da vigilância nas zonas consideradas de alto risco».

Recorde-se que a reunião

de quinta-feira foi apoiada na rua pelos motoristas de táxi, depois da profunda consternação — assinala ainda a Festru — pelo assassinio de mais um taxista em Sintra no passado dia 13. A Comissão Executiva da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU) apresentou publicamente as suas condolências aos familiares da vítima e enviou para os órgãos da comunicação social um comunicado onde ergue mais uma vez «o seu mais vivo repúdio pelo facto de as autoridades portuguesas continua-

rem a fazer ouvidos de mercador às sucessivas propostas que os profissionais do sector e as suas organizações representativas têm feito ao longo dos anos».

A Coordenadora e organizações como a Antral, Festru, Fecoopserve, Autocoop, Retalis, Teletaxis reclamam na proposta apresentada ao Ministério da Administração Interna:

- O patrulhamento das saídas de Lisboa, nomeadamente Ralis, Portas de Benfica, Monsanto, Pontinha, Algés, Calçada de Carriche, etc.;

- Alterações ao artigo 24.º do Regulamento dos Transportes;

- Fomento de associações de radiotáxis, em colaboração com as estruturas do sector;

- Formação técnico-profissional, em colaboração com as estruturas representativas.

A concluir um comunicado sobre o assunto, a Festru considera, que «duma vez por todas o Governo deve assumir as suas responsabilidades e não se limitar a prometer reuniões, o que já vem a acontecer há vários anos» — há sete especifica a Festru.



Mais um taxista assassinado (foto de arquivo)

### «1992-Mercado Interno»

Com a participação do deputado comunista ao Parlamento Europeu, Barros Moura, a CGTP anunciou para 19 e 20 do corrente a realização de um «Seminário» sobre a «dimensão social» do Mercado Interno no âmbito da CEE. Segundo o departamento de informação da Central, que anunciou a iniciativa quinta-feira passada, além do camarada Barros Moura, com a sua intervenção prevista para o último dia dos trabalhos, estes últimos contam com a participação do dr. Paulo Martins, representante da CEE, e de Danilo Beretta, sindicalista membro do Comité Económico e Social da CEE.

### Acção social escolar

Segundo a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, os técnicos de acção social escolar viram aceites pelo respectivo Ministério (ME) «algumas das justas reivindicações apresentadas quanto à reactivação da carreira». De acordo com o Departamento de educação da FNSFP, «não foi aceite a revalorização da carreira para o nível quatro», como exigiam os sindicatos, para os quais não colhe a desculpa ministerial da reforma geral de carreiras protelada para a Função Pública. Daí a firme intenção sindical de «prosseguir a luta».

### Trabalhadores espanhóis

A CGTP-IN e algumas das suas organizações intermédias, como a União dos Sindicatos de Lisboa, manifestaram publicamente a sua solidariedade para com os trabalhadores espanhóis em greve geral de 24 horas

na quarta-feira da semana passada. Conforme se sabe, aquela acção de luta — um inegável êxito — foi convocada pelas duas principais organizações de sindicatos do país vizinho (CCOO e UGT) e «apoiada, segundo a CGTP, por várias outras organizações sindicais». A Central portuguesa enviou às «centrais sindicais da Espanha» uma «saudação muito calorosa e fraterna a todos os trabalhadores espanhóis», refere o departamento de informação da CGTP-IN.

### Subsídio de Natal

O subsídio de Natal «deve ser pago conjuntamente com o ordenado de Novembro», como determina o contrato colectivo de trabalho da metalurgia e metalomecânica, salienta a direcção do respectivo Sindicato em Vieira de Leiria. Os dirigentes sindicais vieram a público com o assunto porque aquela determinação contratual não foi respeitada nas três fábricas de limas de Vieira de Leiria. Ao mobilizarem os «trabalhadores para acções comuns», os dirigentes metalúrgicos exigiram que as administrações das mesmas fábricas corrigiam a situação na primeira quinzena de Dezembro.

### Povo arménio

Num telegrama para a sua congénere soviética, a CGTP-IN manifestou a sua «total solidariedade para com os trabalhadores e o povo arménios» atingidos pelo terramoto de 7 de Dezembro. Através do CCSS (Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos), a Central portuguesa endereçou «as suas mais sentidas condolências a todos os familiares das vítimas» da catástrofe, acrescenta o departamento de informação da CGTP que, em comunicado aparte, dá conta também da sau-

dação por altura (10 do corrente) da comemoração do Dia Internacional dos Direitos do Homem, que coincidiu este ano com o 40.º aniversário da respectiva Declaração Universal.

### Resolução da FCT

A Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações (FCT) aprovou recentemente num importante plenário uma resolução político-sindical onde, entre outras reivindicações a que voltaremos noutra oportunidade, exige para o sector uma política que garanta, conforme sublinha, «o estatuto de empresas públicas; os postos de trabalho; formação profissional adequada às novas tecnologias; o fim das adjudicações nos CTT/TLP».

### Sindicalismo e emigração

Após encontros com personalidades ligadas aos problemas dos emigrantes portugueses, designadamente o secretário de Estado da Segurança Social, Luís Filipe Pereira, a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore, que recebeu a seu convite uma delegação do Sindicato suíço dos mesmos ramos de actividade (FOOB), destaca num comunicado referente à visita que, «depois destes encontros, as duas organizações (sindicais) pensam que chegou a hora de o Governo português encetar negociações com as autoridades suíças para, de uma vez por todas, resolver os problemas dos emigrantes portugueses». Além do encontro com o secretário de Estado, as delegações sindicais portuguesa e suíça avistaram-se também com a dr.ª Maria Rita A. Gomes, vice-presidente do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Por-

Trabalhadores

Irresponsabilidade de Governo e gestores

# Anunciadas greves no Metro no Natal e Ano Novo

## • Novas paralisações na via fluvial da CP

Intensificam-se a movimentação e a luta sindical no sector dos transportes. Além de plenários e outras acções nas empresas, incluindo a TAP e o STCP (Serviço de Transportes Colectivos do Porto), são de destacar esta semana as greves anunciadas para o Metropolitano de Lisboa e a continuação das paralisações na via fluvial da CP.

No que respeita ao Metro, estão anunciadas greves de 24 horas para os próximos dias 24 e 29 do corrente. Segundo a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (Festru), a greve da próxima quinta-feira resulta principalmente da falta de pagamento de trabalho extraordinário e do não cumprimento do horário de quarenta horas semanais.

### Razões da greve do dia 29

De acordo com a Comissão Executiva da Festru, os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa afectos à área de exploração (comboios e estações) aprovaram a greve de quinta-feira pelas seguintes razões:

- Muito embora esteja estabelecido o horário de 40 horas semanais, os trabalhadores são obrigados a trabalhar 7 dias seguidos, perfazendo portanto 56 horas semanais sem qualquer compensação monetária;

- Essa situação é insustentável, pois já desde 1980 que os trabalhadores têm vindo a apresentar propostas para a resolução do problema, inclusive durante os processos de negociação do AE (acordo de empresa), sem encontrarem da parte do CG (conselho de gerência) qualquer tomada

de posição favorável aos trabalhadores;

- Apesar de a empresa já ter sido condenada em tribunal a pagar a um trabalhador todas as horas feitas em excesso, o CG continua a assumir a mesma posição de intransigência;

- No entanto, demonstrando incoerência e uma atitude discriminatória, o CG/Metro está a pagar a um pequeno grupo de trabalhadores as 16 horas que fazem a mais;

- Os trabalhadores não podem aceitar que, tendo o CG/Metro chegado a acordo com as associações sindicais em Julho de 1988 a fim de resolver o problema, tenha depois dado o dito por não dito, recusando-se a cumprir os compromissos assumidos.

Recorde-se que, entretanto, o Sitra, um dos sindicatos que representa trabalhadores da empresa, marcou 24 horas de greve para 24 do corrente, véspera de Natal.

### Nova greve no Tejo

Depois de várias paralisações parciais nos últimos dois meses, com adesões de 100 por cento e tendo recorrido a outras formas de resolver o conflito, os trabalhadores da via fluvial da CP no rio

Tejo voltaram às paralisações entre as 5 e as 9 horas a partir de anteontem. Na base do conflito, que os trabalhadores e os seus sindicatos continuam a tentar resolver pela via do diálogo e da negociação, encontram-se as escalas de serviço, que os sindicatos querem repor dentro da legalidade e a falta de cumprimento do protocolo de 25 de Abril de 1986 referente, segundo a Federação (FNSTFP), «à negociação do regulamento de carreiras».

Tanto o conselho de gerência da CP como o Governo continuam a alhear-se da solução do conflito pela via da negociação.

Entretanto e voltando ainda ao Metro, o conselho de gerência daquela empresa pública anunciava como publicidade paga na Imprensa de

anteontem os serviços mínimos que serão das 7 e 30 às 9 e 30: 11 comboios; 8, das 9 e 30 às 17 e 30; e 11, também entre as 17 e 30 e as 20 e 30, no período da greve anunciada para depois de amanhã. O CG do Metro confirma, ao mesmo tempo, que a greve no Natal decorre entre as 2 horas da madrugada e as 14 do próximo domingo.

Sabia-se entretanto que as gerências das duas empresas públicas, CP e RN deixavam acumular mercadorias em estações ferroviárias do Norte do País, na tentativa de impor «drásticas reduções» no pessoal do sector, afirma-se numa moção aprovada em plenário pelos trabalhadores da RN do Porto.

Ainda nesta cidade, em

dois plenários efectuados na semana passada, o pessoal do STCP exigiu do CG e do

Governo a «correção dos salários», tendo em conta o aumento da inflação.



## CGTP-IN recebe PCP

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, juntamente com os camaradas Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e Rosa Rabiais, do CC, reuniram-se sexta-feira passada na sede da CGTP-IN em Lisboa com uma delegação da Central sindical composta por Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva, e Manuel Lopes, Fernando Loureiro, Maria Emília Reis e Florival Lança, todos membros daquele organismo de direcção da CGTP.

O objectivo do encontro, a pedido do PCP, como refere o departamento de informa-

ção da Central numa nota de sexta-feira, foi a apresentação das conclusões do XII Congresso do PCP. Ainda segundo aquele departamento (DIF) da CGTP, «foi também analisada a situação político-sindical portuguesa».

No final da reunião, ouvidos por jornalistas, os camaradas Álvaro Cunhal e Manuel Carvalho da Silva destacaram o respeito e a defesa da unidade dos trabalhadores para o avanço do regime democrático como está consagrado na Constituição em benefício não só dos interesses directos da classe operária mas de todos os trabalhadores, integrados no interesse geral do País.

## Vence a unidade na CT dos Estaleiros de Viana

Como sucede invariavelmente desde 1981, a lista de unidade venceu mais uma vez por margem folgada as eleições para a Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Ao transmitir aos órgãos de comunicação social o mapa pormenorizado dos resultados eleitorais do passado dia 16 em 5 mesas de voto, in-

cluindo a delegação de Lisboa, a CT eleita contra uma outra lista adianta que os 7 em 9 membros venceram por 924 votos contra 290, tendo votado 1276 eleitores dos 1610 inscritos nos cadernos eleitorais. Registe-se a elevada participação nas urnas que atingiu os 80,6 por cento, como salientava a CT na passada segunda-feira.

tuguesas, e com o director-geral de trabalho, dr. Amadeu Dias. A delegação suíça esteve em Portugal entre 11 e 14 do corrente.

### Atrasos na Indep

Sob o lema «Salários em atraso não/Viabilização sim/Destruição não», a Comissão de Trabalhadores da Indep referia recentemente que em 5 do mês em curso a empresa ainda não tinha pago os salários de Novembro aos cerca de 1500 trabalhadores, «não se sabendo ainda quando tal possa vir a acontecer». Segundo a CT «todos os meses se repete essa situação» pela qual responsabiliza o Governo e a comissão executiva que dirige aquela empresa do sector estatal. A CT «exige o pagamento imediato dos salários em atraso, bem como a tomada de medidas de reestruturação que permitam a manutenção dos postos de trabalho».

### Stal/Marinha Grande

Num extenso comunicado dirigido aos trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande, a Comissão Sindical do Stal-Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local critica principalmente e lavra o seu protesto face à «estranha conjugação de esforços dos deputados municipais (Assembleia Municipal) do PSD, PS, PRD e MDP/CDE» que impediram, «com a posição contrária dos deputados da CDU», que «fosse aprovado o quadro de pessoal e a estrutura orgânica, remetendo-os para posterior discussão». Das pormenorizadas análises e críticas do Stal retenha-se que aquele adiamento foi votado «sem argumentos válidos», como explica pormenorizadamente a Comissão Sindical no seu comunicado.

## Setúbal

### A cor dos despedimentos

A União dos Sindicatos de Setúbal (USS) ao chamar recentemente (e mais uma vez) a atenção para a redução extraordinária do volume do emprego no distrito, assinala ao mesmo tempo o crescimento do emprego precário e dos despedimentos «cor-de-rosa», oficialmente designados por «mútuo acordo».

Segundo um serviço de Imprensa deste mês, a USS, citando estatísticas oficiais incluindo as do INE (Instituto Nacional de Estatística), sublinha que «entre 1981 e 1985 o emprego no sector da indústria transformadora sofreu uma redução de 17,5 por cento, o que representa a destruição líquida de 11 031 postos de trabalho».

Grande parte dessa diminuição, tendo em conta o sector referido, afectou o dis-

trito de Setúbal, onde como é sabido se situam algumas das maiores unidades industriais do País, incluindo a Quimigal, Setenave, Lisnave, etc., etc.

No entanto e ainda segundo aquela fonte, o distrito de Setúbal, naquele mesmo período de 1981 a 1985, «apresentou a maior taxa de crescimento da produtividade global do trabalho na indústria transformadora do Continente e a maior taxa de agravamento da exploração da mão-de-obra».

O índice de produtividade global do trabalho aumentou 39,5 por cento, enquanto que o peso das remunerações no valor acrescentado bruto desceu de 72,8 por cento para 59,5 por cento, sublinha ainda aquela União sindical.

## Informática Encontro em Janeiro

Por não ter chegado a tempo de entrar na edição anterior do «Avante!», quinta-feira passada, damos hoje publicidade ao adiamento do Encontro dos Trabalhadores de Escritório Utilizadores de Informática que, contrariamente ao que tinha sido anunciado pela FEP-CES em 7 do corrente, foi adiado para 28 de Janeiro, um sábado.

A Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, com sede em Lisboa, em nota do seu Secretariado, não indica qualquer alteração ao local de realização do mesmo Encontro, que deve decorrer a partir das 10 e 30, como estava previsto para 17 do corrente e como anunciámos na passada quinta-feira.

O local anunciado por nós nesse dia é o auditório do CESL, na Rua Almirante Barroso, à Estefânia, em Lisboa.

Recordam-se os principais temas do debate: Funções, categorias, carreiras profissionais e formação profissional; vínculo laboral, salários, duração e condições de trabalho; integração na CEE; sindicalização e participação na actividade sindical.

PCP

## Aveiro

# Distribuição da riqueza cada vez mais desfavorável aos trabalhadores do distrito

Os trabalhadores da região de Aveiro continuam a ser dos mais mal pagos do País, principalmente se forem levados em linha de conta o peso da produção e a sua produtividade em comparação com os dos restantes distritos — quem o afirma é o Executivo da Comissão Distrital de Aveiro do PCP em nota agora divulgada aos órgãos de Comunicação Social.

De acordo com os dados disponíveis — sublinha aquele organismo do PCP — a média salarial global dos trabalhadores industriais do distrito apenas se situa em 10.º lugar no conjunto do País, atrás, por exemplo, dos distritos de Viana do Castelo, Leiria, Portalegre, da Região Autónoma da Madeira e do distrito de Coimbra. Isto, enquanto Aveiro continua a ser considerado entre os quatro ou mesmo entre os três primeiros distritos do País relativamente à importância industrial e à produtividade.

Os comunistas de Aveiro chamam a atenção para a in-

justiça que ali se acentua, «assistindo-se ao aumento do desequilíbrio na redistribuição da riqueza produzida no distrito, ficando o trabalho com uma fatia cada vez menor e o capital cada vez mais favorecido».

Acrescenta a CDA do PCP: «A injustiça e a imoralidade tornam-se ainda mais gritantes quando todos reconhecem que a produtividade tem crescido bastante, devendo-se isso, em grande parte, à capacidade dos trabalhadores do distrito. De facto, o próprio investimento privado na indústria, quer de capitalistas nacionais quer estrangeiros, continua a apostar em empresas

de mão-de-obra intensiva, preterindo o desenvolvimento tecnológico e a criação de boas ou razoáveis condições de trabalho, higiene e segurança nas empresas.»

## Falências e desemprego

Abordando exclusivamente questões de actualidade no panorama socio-laboral da região, a Comissão Distrital de Aveiro do PCP refere mais adiante nesta nota divulgada aos jornalistas:

«Regra geral aumentam os ritmos de trabalho, com a generalização de produção cronometrada e a exigência de níveis de qualidade cada vez mais elevados.

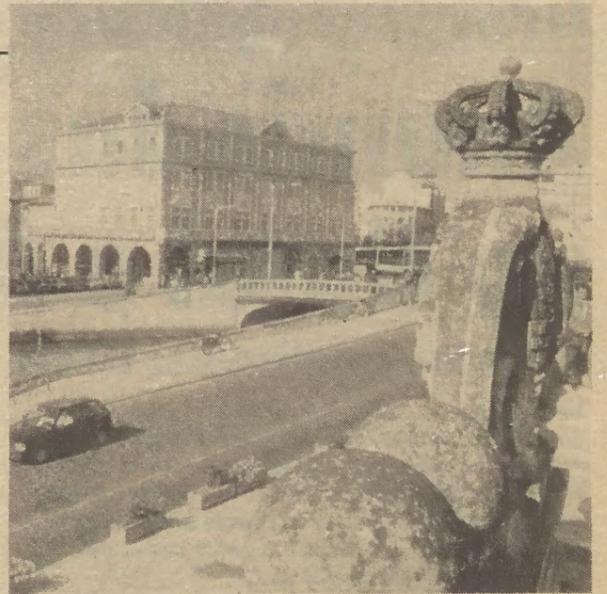
«Os exemplos mais flagrantes da injustiça e imoralidade na redistribuição da riqueza em desfavor dos trabalhado-

res encontramos-os na indústria transformadora de cortiça, no sector do calçado e cerâmica e na construção, que no momento beneficiam de uma boa conjuntura sectorial, muito favorável à obtenção, pelo patronato, (sobretudo pelo grande patronato) de lucros muito elevados, por vezes espectaculares.»

E acrescenta logo de seguida:

«Além disso, muitos empresários do distrito, face a novas condições que começam a fazer-se sentir nos mercados, não conseguem levar a bom porto as suas gestões, muitas vezes capitulando em absoluto perante as dificuldades, demonstrando também completo desrespeito pelos trabalhadores.

«A comprová-lo regista-se uma nova onda de falências e consequentes encerramentos, de que se destacam os casos



da «A. Paulo Amorim» (cortiça da Feira), que colocou no desemprego 195 trabalhadores, e da «UIC», de César, que abandonou à sua má sorte os 83 trabalhadores que ainda resistiam. Outras empresas se aproximam perigosamente da falência (caso da «Manuel Lima», Feira) e outras ainda terão que dar mostras de grande dinamismo se não quiserem ir pelo mesmo caminho.»

Infelizmente as coisas não ficam por aqui. Também «noutros aspectos» se degrada a situação laboral no distrito. O Executivo do PCP recorda alguns:

- Cresce a tendência para o aumento da precariedade do trabalho, com acuidade especial para os contratos a prazo, mas consubstanciando-se noutras formas de trabalho precário;

- Mantêm-se casos de exploração de mão-de-obra infantil;
- Aumenta a repressão e as discriminações salariais e profissionais em muitas empresas;

- Voltaram a surgir os salários em atraso — na Confeccções «Zina» e nas Confeccções «Guibel» (em Oliveira de Azeméis), já há 4 meses que se não pagam ordenados.

## Espinho

# Cobertura política ao Governo toca o extremo do ridículo...

Na última reunião da Assembleia Municipal de Espinho, os eleitos locais da maioria PSD votaram contra uma «moção» apresentada pelo PCP em que se protestava pela insuficiência das verbas a transferir do Orçamento de Estado (OE) para as autarquias. Onde pode chegar a cobertura política ao Governo Cavaco!...

O concelho de Espinho, em dois anos, recebe um aumento total de apenas 11%,

o que dá 5,5% ao ano, e o que é, sem dúvida, muito pouco, tendo em conta a in-

flação e as novas responsabilidades a cargo do Município.

O PSD local apenas se preocupou em dar cobertura à má política autárquica do seu Governo e desprezou os legítimos interesses dos espinhenses, o que já não é

novo, sublinha a Comissão Concelhia do PCP em comunicado dirigido à opinião pública.

O PCP apresentou ainda um «voto de protesto» contra a posição do presidente da Câmara, «Lito» de Almeida, que, por sistema, manda arrancar a propaganda política que o PCP afixa na cidade.

Também em relação a esse protesto a quase totalidade dos eleitos do PSD fez o frete de votar contra e deu desta vez, cobertura aos desmandos do «seu» presidente.

Da ordem de trabalhos desta reunião da AM constavam a discussão e aprovação do «Orçamento e Plano de Actividades da Câmara para 1989», o que não foi feito porque os membros da AM receberam os documentos respectivos em cima da hora sem possibilidades de os estudarem. Discussão por isso adiada para Janeiro, o que coloca a Câmara Municipal em situação de ilegalidade, salientam os comunistas.

Entretanto, o presidente da Câmara faltou de novo à AM sem qualquer justificação o que é já um hábito e uma ilegalidade. Esperamos que o Dr. Ferreira de Campos, na sua qualidade de presidente da AM, tome todas as medidas no sentido de chamar à responsabilidade e ao cumprimento da Lei o seu colega de partido, «Lito» de Almeida. Assim o exigem a legalidade democrática e os interesses do concelho de Espinho, comenta a Comissão Concelhia do PCP.

## Coimbra

# Novos aumentos dos transportes

Majoria da Câmara insiste no erro e na injustiça. É assim que a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP caracteriza a recente decisão camarária de aumentar novamente o preço dos transportes colectivos, entre os 4 e os 16,7 por cento.

Apenas com os votos contra dos dois vereadores da CDU (José Carlos Viana e Beatriz Rosa), a CM de Coimbra volta assim a alinhar no estafado argumento do défice de exploração, ponto de parte a revindicação ao Governo de tratamento igual, para os transportes de Coimbra e optando pela solução mais fácil e injusta: descarregar para cima dos utentes um novo agravamento de preços. Aprovaram estes aumentos os vereadores do PSD/CDS, PS e PRD.

## CM desrespeita AM...

Como sublinha a Concelhia do PCP, esta solução mais fácil está envolvida, desta vez, por duas agravantes:

1. Já em Setembro deste ano tinha entrado em vigor um aumento dos transportes, a pretexto dos passes inter-

modais para a margem direita e Cernache, aumento que foi dos 4 aos 10%.

2. A Câmara desrespeitou totalmente a Assembleia Municipal, que, em Abril deste ano, decidira por unanimidade exigir à Câmara uma proposta global de política tarifária, antes que houvesse novos aumentos. Até à data, tanto a CMC, como os dois Serviços Municipalizados ignoraram esta decisão.

Para cúmulo, faltam agora nos postos de venda os bilhetes pré-comprados de uma zona (situação existente no dia 15).

Conclui a Concelhia do PCP:

«Os utentes, os milhares de homens, mulheres, trabalhadores, jovens e reformados que necessitam dos transportes colectivos no seu dia-a-dia protestam com razão contra esta política de aumentos.»



## DORL do PCP

# Solidariedade neste «Natal de silêncio» com as rádios locais

Em breve nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social no passado dia 14, a Direcção Regional de Lisboa (DORL) do PCP solidariza-se com «o movimento das rádios locais».

No telex enviado para as redacções pode ler-se que a DORL «segue com preocupação os efeitos do «presente de Natal» do Governo de Cavaco Silva às rádios locais: o seu silenciamento a 24 de Dezembro com as consequências que as próprias rádios têm vindo a manifestar publicamente.

«A DORL do PCP manifesta a sua profunda solidariedade ao movimento das rádios locais na sua luta por definição de critérios rigorosos e isentos na atribuição de frequências.»

## Rumores...

«A DORL do PCP considera desde já como muito graves alguns rumores que correm no meio e que justificam a atribuição de frequências a partir do seguimento

político em relação ao Governo, ignorando critérios de audiência-real, importância relativa das rádios em número de postos de trabalho e em impacto regional da própria rádio.

«O movimento das rádios locais pela afirmação das questões regionais, pelo número de jovens e outros profissionais que hoje mobiliza, pela aprendizagem constante de ligação aos problemas específicos das populações que serve, exige solidariedade activa.

«A DORL do PCP envia neste «Natal de silêncio das rádios locais» uma saudação de solidariedade a todo o movimento e trabalhadores das rádios locais. Em particular, cabe-nos salientar que encontramos nas rádios locais do nosso distrito um espírito aberto e compreensivo para os problemas das populações que servem», conclui a nota da DORL.

PCP

## A DORT do PCP e a nova estrada do Marão (IP-4)

# No calor da alegria e da festa três considerações necessárias

Caminho essencial para o necessário e urgente desenvolvimento das terras transmontanas e durienses — é assim que a DORT do PCP encara a nova estrada do Marão, a IP 4, recentemente inaugurada. Os comunistas de Trás-os-Montes e Alto Douro saúdam vivamente «a porta agora aberta», que «concretiza aspirações e lutas seculares» e que «perspectiva a máxima concretização das nossas potencialidades naturais e humanas». Mas, no calor da festa e da alegria, os comunistas não perdem o sentido das realidades, a necessidade da análise e da reflexão objectiva. E, assim, avançam três ordens de considerações.

1.

A primeira é o atraso que atinge o conjunto da via, designada IP 4, que ligará o Porto a Bragança. Quando em 1980 este projecto foi lançado era peça central da campanha eleitoral da AD, anunciou-se então, com gráficos nos jornais, a conclusão da obra para Agosto de 1985! Nesta mesma data seria acabada a passagem do Marão. Após uma série interminável de visitas e inaugurações fantasmas por membros de sucessivos governos, a conclusão da obra foi adiada para 1989. Agora, fala-se em 1992, mas há quem no Ministério do Planeamento garanta que «só deverá ficar pronto (...) em finais de 1995». É para aí que aponta o corte de cerca de 30% nos investimentos da JAE para 1989 no presente Orçamento de Estado.

Por outro lado, são também significativos os atrasos nas outras vias complementares, com particular realce para a chamada IP 3, que fará a ligação longitudinal Chaves-Vila Real-Figueira da Foz.

2.

Outra questão é saber se com a actual política governamental, e repetindo a oportuna interrogação de um técnico do «planeamento e ordenamento do território», a IP4 «vai funcionar como eixo de desenvolvimento ou se,

pelo contrário, funcionará como um eixo de escoamento»? Isto é:

- Se vai contribuir para a localização de novas indústrias e reanimação de antigas unidades industriais encerradas, para o progresso da agricultura e um florescimento do turismo, com a criação de infra-estruturas que suportem a exploração equilibrada do nosso património natural e histórico, ou se, pelo contrário, vamos assistir ao agravamento de desequilíbrios e ao surgir de novas assimetrias.

- Se vamos assistir a uma maior e mais rápida saída de matérias-primas minerais e agrícolas regionais, com a sua transformação e ganhos de valor acrescentado a ficarem noutras regiões — de que são exemplos o vinho do Porto, as águas minero-medicinais, o encerramento das instalações da Sogrape, da Tabopan, etc, servindo a IP4 apenas para diminuir os custos e, portanto, engrossar os lucros de empresas, que nem os impostos pagam localmente...

- Se vamos assistir a um turismo que assente nas infra-estruturas de outras regiões, nos visita em passeios de fim-de-semana, e justificando a manutenção de Trás-os-Montes como um «museu vivo da economia», à semelhança do decreto de um ministro PSD que transformou a linha do Corgo em «componente viva do futuro

museu dos transportes», servindo a IP4 para alargar as áreas de intervenção e os lucros de agentes turísticos do litoral ou espanhóis...

- Se vamos assistir à fixação da população activa, natural de Trás-os-Montes, incluindo aquela que agora adquire habilitações académicas e profissionais na UTAD e noutros estabelecimentos, quebrando a endémica sangria de mão-de-obra capaz e jovem e a crónica evolução demográfica, ou se pelo contrário vai crescer essa corrente migratória, agora com saídas facilitadas através da IP4...

3.

A nova passagem do Marão agora aberta e o conjunto da IP4 e vias complementares são de grande importância regional. Mas as suas extraordinárias potencialidades para a região não serão materializadas por um Governo e uma política de direita que, exacerbando a recuperação capitalista, agudiza todos os problemas de um desenvolvimento desigual:

- Um Governo e uma política que avança com a liquidação do Sector Empresarial do Estado e a banca nacionalizada, alavancas fundamentais para a intervenção do Estado na correcção dos desequilíbrios de localização industrial ou da realização dos investimentos públicos e privados;

- Um Governo e uma política que continua a recusar aos pequenos e médios agricultores os apoios que urgentemente necessitam para melhorar as suas lavouras, ou mesmo tão só para sobreviverem, como é o caso do alheamento oficial face aos vultuosos prejuízos ocorridos com as chuvas do início do Verão;

- Um governo e uma política que fazem todo este alarido com a inauguração da estrada do Marão, enquanto li-

quidam ao mesmo tempo o conjunto das vias férreas transmontanas (Sabor, Tua, Corgo, Tâmega), transporte ferroviário que continua (e pode continuar) a desempenhar um papel significativo no desenvolvimento regional;

- Um Governo e uma política que fazem dos fundos da CEE um saco azul para apiguados e grandes capitalistas, dando migalhas ao povo e às cooperativas, e cujo balanço na distribuição nacional permite um crescer de desigualdades, desfavorecendo Trás-os-Montes, relativamente a outras regiões?

- Governo e política que

depois de terem permitido que a CEE estrangulasse o grande sonho do desenvolvimento que era a exploração dos ferros de Moncorvo, não utilizou minimamente os mecanismos de salvaguarda permitidos pela CEE para proteger a mineração do volfrâmio e a metalurgia do silício. Pelo contrário, foi com o santo nome da CEE na boca que justificou a liquidação da Vicominas e Milnorte, e o fecho das minas da Borralha e Vale das Gatas;

- Um Governo e uma política que voltaram ao ataque contra os direitos dos trabalhadores, com a reposição do

repudiado «pacote laboral», e que sem justificações económicas aceitáveis acabam de decretar aumentos em bens e serviços essenciais — pão, leite, gás, etc.

A DORT do PCP, renovando a saudação pelo importante melhoramento conquistado por Trás-os-Montes e Alto Douro, não pode por isso participar nas festividades da inauguração, ao lado de membros de um Governo que, usando e abusando dos dinheiros públicos para a sua própria promoção eleitoral, prossegue uma política ruíno-sa para a região e para o País.



## Câmara de Leiria a tapar os «buracos» do Governo

Nem um tostão está contemplado no Orçamento do Estado (OE) 1989 para o combate à poluição da bacia do Liz e para a recuperação do Centro Histórico de Leiria, com programa há muito aprovado e a aguardar financiamento — o alerta é dado pela Comissão Concelhia de Leiria do PCP em nota informativa recentemente divulgada.

Reunida em 15 de Dezembro, aquela Concelhia analisou a situação política e social em Leiria, particularmente a proposta do OE para 1989 do Governo PSD.

«Mais um ano vai passar sem que o Governo dê cumprimento às mais sentidas reivindicações e aspirações do concelho, apesar das promessas de ministros e secretários de Estado e do próprio Primeiro-Ministro, nas suas festivas e demagógicas visitas ao nosso concelho», sublinham os comunistas de Leiria, que referem a dado passo:

«Assume foros de escândalo o adiamento sinéide da construção do novo Hospital de Leiria, sem verbas no plano até 1992, bem como, entre outros, o adiamento da recuperação do sistema do vale do Liz que também não se vê contemplado com qualquer verbas».

A Concelhia do PCP chama a atenção para o compor-

tamento da Câmara Municipal, que, numa manobra de cobertura política do Executivo Cavaco, «assume cada vez mais competências em áreas da exclusiva responsabilidade do Governo, desviando verbas do Município que acabam por inviabilizar muitas obras do seu próprio Plano de Actividades, algumas aguardando concretização há mais de três anos».

Acrescenta a Comissão Concelhia do PCP:

«Apesar da intervenção municipal ser num ou noutro caso justificável pela necessidade e urgência de dar resposta a problemas reais das populações, a crescente e passiva aceitação de novos encargos acaba por dar cobertura à campanha em curso do Governo que, visando empurrar para as autarquias competências sem que transfira legalmente os respectivos meios financeiros, sufoca assim o Poder Local e abre caminho à generalizada política

dos «sacos azuis» que o Governo vai utilizando indiscriminadamente ao sabor das suas conveniências eleitorais.»

**Muita parra, pouca uva**

Noutra passagem, os comunistas leirienses destacam:

«Lembra-se também neste momento quanto demagógico e ilusório foi o OE para o presente ano de 1988. Depois do empolamento desusado e bastante badalado, a sua concretização prática esteve, como era de prever, muito aquém dos 700 000 contos prometidos para Leiria. Um Orçamento com muita parra, mas com pouca uva.

«Com a exiguidade das dotações no OE para 1989 para serviços eminentemente sociais como a Saúde, Habitação, Segurança Social e Ensino, crescem ao mesmo tempo os impostos e os preços dos bens essenciais, o que revela quanto hipócrita é a política do Governo Cavaco Silva, que, beneficiando de uma conjuntura internacional favorável e de avultados meios financeiros da CEE, continua a agravar a vida das populações em favor da criação de grandes fortunas.»

Juventude

## Lisboa prepara 3.º Congresso da JCP

A Direcção Distrital de Lisboa da Juventude Comunista Portuguesa começou já as actividades preparatórias do 3.º Congresso da JCP, marcado para 15 e 16 de Abril de 1989.

O trabalho preparatório, de acordo com as conclusões da última reunião daquele organismo divulgadas pelo gabinete de imprensa da JCP, desenvolver-se-á nas seguintes vertentes:

- O envolvimento alargado na discussão e debate de grande número de jovens, tocando questões relacionadas com os trabalhadores-estudantes, a juventude trabalhadora, o associativismo juvenil,

a Paz e o 13.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes;

- O estudo e a análise profunda da transformação das mentalidades e do reflexo que provocou a nível das artes, da comunicação social e **movimentos dispersos**, entre outros (para a análise destas questões estão previstas grandes iniciativas no distrito);

- A promoção do convívio e da festa como forma de privilegiar a amizade entre os jovens e o envolvimento destes na preparação do Congresso;

- A propaganda com o objectivo de trazer para a

rua o Congresso, visando o reforço e o prestígio da JCP;

- A imprensa, com o objectivo de esclarecer e divulgar as propostas da JCP para a resolução dos problemas da juventude, bem como para informar acerca de todo o trabalho preparatório que se vá realizando.

Na reunião da Direcção Distrital de Lisboa da JCP, realizada nos dias 10 e 11, foi sugerido que os documentos a discutir na organização estejam concluídos antes de Março; fez-se ainda uma recolha de opiniões que se prendem com os critérios a adoptar para a eleição dos delegados ao 3.º Congresso.

## Nacional

## Em conferência de Imprensa

# CDU da Câmara de Cascais discute urbanismo e património

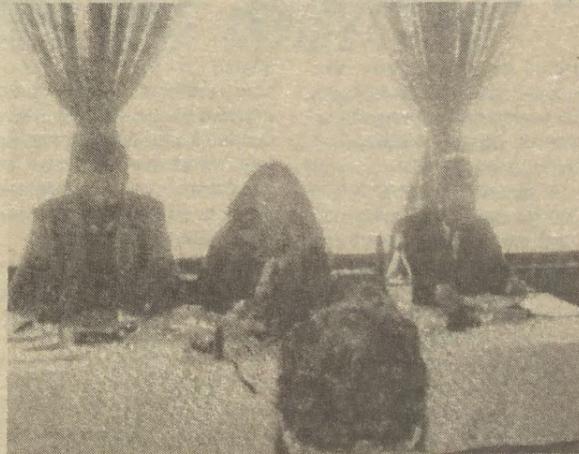
Os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Cascais (Carlos Manuel Rosa Sota, Maria Jacinta de Oliveira Vital, João Pedro Carmo e Cunha de Oliveira Nobre), promoveram uma conferência de imprensa no passado dia 14 de Dezembro sobre política de Urbanismo, Ambiente e Património no Concelho de Cascais.

Ao analisarem a política urbanística da actual maioria, os vereadores da CDU ilustraram, com numerosos exemplos, a inexistência de uma política coerente em matéria de Urbanismo. Esta indefinição não só conduz à permeabilidade, às operações especulativas imobiliárias, como origina a sistemática destruição de zonas verdes e de lazer, que vão sendo substituídas por «caixotes de cimento», na expressão utilizada pelo vereador Oliveira Nobre.

Foram dados numerosos exemplos de que destacamos o Loteamento do Abano, que a ser aprovado implica a destruição da Área de Paisagem Protegida Sintra/Cascais na versão aprovada pela Secretaria de Estado do Ambiente e Câmara Municipal de Cascais.

A gestão da actual maioria foi particularmente criticada por manter «em elaboração» desde 1981 o Plano Director Municipal, enquanto sem tomar medidas cautelares, vai aprovando novos loteamentos. Isto é, pratica aquilo a que o vereador Oliveira Nobre, qualificou de política «de terra queimada em matéria urbanística». Pois, as aprovações pontuais e isoladas de projectos, sem qualquer enquadramento, criam factos consumados desordenados, que comprometem a qualidade de vida actual e futura do município.

Os vereadores da CDU, em resposta a perguntas colocadas pelos jornalistas presentes, sobre a sua posição em matéria de política urbanística, apresentaram um conjunto de objectivos e instrumentos de gestão urbanística, que deverão ser aceites,



Os vereadores da CDU da Câmara Municipal de Cascais, durante a conferência de Imprensa

se se pretender garantir níveis de qualidade de vida aceitáveis, tanto no presente como no futuro.

Citaram como exemplo a definição e criação de pólos paisagísticos de lazer que a par da conservação do património Natural, Arquitectónico e Cultural, identifiquem os municípios com o seu concelho.

Reafirmaram igualmente a necessidade da recuperação de áreas degradadas e de perímetros urbanos de qualidade, designadamente o Casco Velho de Cascais.

O Plano Director Municipal,

como instrumento estruturante de desenvolvimento urbano equilibrado, foi considerado como indispensável, não só numa perspectiva de imperativo legal, como e principalmente, como instrumento de gestão urbanística.

Os vereadores da CDU, referiram ainda a necessidade de tomada de medidas cautelares, até à aprovação do plano Director, tendo enunciado um conjunto de medidas que a serem tomadas implicariam o fim da actual «política de terra queimada», beneficiando os actuais e futuros municípios.

# Propostas em defesa de Matosinhos

Analisado o projecto de Plano de Actividades da Câmara de Matosinhos para o próximo ano e considerando que não se estava perante um documento objectivo e realista, já que privilegiava as acções propagandísticas e desprezava, uma vez mais, os grandes problemas do concelho, a CDU/Matosinhos decidiu apresentar, conforme o anunciado em conferência de imprensa realizada no passado dia 16, nove propostas que, a serem aceites, modificariam significativamente a política proposta pelo presidente da Câmara (PS), Narciso Miranda, para o próximo ano. A quase totalidade do proposto foi aceite e, por isso, a CDU votou favoravelmente o Plano e Orçamento para 1989.

Em comunicado de imprensa divulgado após a realização da Assembleia Municipal de segunda-feira passada, a CDU destaca as principais questões apresentadas, que passam, nomeadamente, pelo aumento das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia em cinquenta por cento, o que significa um aumento de cerca de 29 mil contos; a criação de um gabinete para a legalização e recuperação dos núcleos de habitação clandestina, sendo afectada orçamentalmente uma verba que permita o desenvolvimento dos trabalhos; a retomada da venda de lotes para autoconstrução, sendo postos à venda no próximo ano um mínimo de 50 novos lotes.

No que respeita ao saneamento, a CDU propôs e foi aprovado que sejam lançadas em 1989, e não em 1990 como estava previsto inicialmente, obras que permitam que esta carência tão grave (oitenta por cento da população do concelho de Matosinhos não beneficia da rede geral de saneamento) comece a ser resolvida.

O desenvolvimento de acções e o reforço de investimentos no sector de limpeza «de forma a que seja alterada a imagem degradante que caracteriza o concelho», e «uma maior objectividade na atribuição dos apoios às colectividades e demais estruturas populares», bem como o significativo reforço da verba prevista para o pavilhão gímnico municipal, com

vista à abertura já em Março do próximo ano do concurso público para a realização da obra, foram outras tantas propostas da CDU incluídas no Plano e Orçamento para a Câmara de Matosinhos.

Também o problema da distribuição de água ao concelho mereceu a atenção da CDU que defendeu a sua prioridade e a realização urgente das obras necessárias, designadamente «as que respeitam à construção dos reservatórios de água previstos no plano».

Embora no que respeita à tarifa de salubridade não tivesse sido aceite a proposta de sua revogação, a CDU compromete-se retomar o problema em próximas reuniões ordinárias da Câmara e a estudar «as formas de pôr cobro a tal tarifa que continua a considerar ilegal e imoral».

A gravidade dos problemas existentes exige uma outra planificação, uma outra definição de prioridades, uma outra política, como desde sempre defendeu e cuja justeza a realidade vivida em Matosinhos confirma», diz a CDU. Assumindo na discussão do Plano de Actividades e Orçamento uma atitude responsável, «com o propósito exclusivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população», a CDU/Matosinhos afirma no comunicado de imprensa, a disposição de continuar atenta ao seu cumprimento e de denúncia de «quaisquer intenções de proterramento ou inviabilização das propostas aprovadas».

## PCP

## Nota da SIP

# Os aumentos de preços e a vida dos portugueses

No passado dia 16 a Secção de Informação e Propaganda (SIP) do PCP divulgou a seguinte nota aos órgãos de Comunicação Social:

1. Os aumentos de preços de bens e serviços essenciais ontem anunciados pelo Governo não podem deixar de constituir mais um motivo de séria apreensão para a generalidade da população e

uma nova contribuição governamental para a degradação das suas condições de vida. 2. Com efeito, é necessário afirmar com toda a clareza que, contrariamente à persistente demagogia governa-

mental, o ano que está a terminar fica assinalado no plano social, entre outros aspectos, pelo acréscimo das dificuldades da generalidade das famílias, designadamente por força da taxa de inflação registada e dos consideráveis aumentos da carga fiscal. 3. Só mesmo um Governo constituído por pessoas profundamente distanciadas das

reais condições de vida da maioria da população, pode continuar a apresentar uma versão risonha e promissora da política social do Governo PSD/Cavaco Silva.

4. Uma vez que o número de produtos, bens e serviços com preços de fixação administrativa é hoje muito diminuto, importa não esquecer que aos aumentos agora decretados pelo Governo há que somar a (menos falada mas inteiramente comprovada pela quotidiana experiência dos cidadãos) subida constante ao longo de cada ano de muitos outros produtos, bens e serviços de largo consumo e com assinalável peso nos orçamentos familiares.

5. O agravamento das condições de vida da população laboriosa não é nem um acidente nem uma fatalidade. É antes, parte integrante de uma política deliberada que se caracteriza ao mesmo tempo por favorecer e beneficiar escandalosamente o grande capital e por estar vitalmente empenhada na reconstrução das grandes fortunas e na acentuação das desigualdades e injustiças sociais.

16.12.88  
A SIP do PCP



O nosso jornal tem estado representado com este pavilhão na I Feira das Indústrias da Cultura, certame que encerra hoje ao público na FIL, em Lisboa. O stand do órgão central do PCP, que tem suscitado o interesse de muitos visitantes, mostra equipamentos e materiais das tipografias clandestinas e um vídeo com espectáculos da Festa do Avante!, distribuindo ao público um suplemento especial com informações de interesse sobre o nosso jornal



Canções, poesia, teatro com crianças de apenas 4 anos, distribuição de brinquedos e muita alegria em clima de fraternidade e convívio assinalaram a Festa de Natal do PCP no Centro de Trabalho da cidade de Seia. Cerca de 70 crianças e 160 adultos estiveram na Festa, promovida pela Concelhia local do PCP, com a colaboração de democratas da cidade que emprestaram aparelhagens, microfones e outros equipamentos. O espectáculo foi transmitido em directo por rádios locais

## Internacional

## Sudoeste Africano

## Um acordo decisivo para a Paz

Hoje, dia 22, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, será dado um passo histórico rumo à paz no Sudoeste Africano, é assinado o acordo, entre Angola, Cuba e África do Sul, que abre caminho para a aplicação da Resolução 435 das Nações Unidas para a independência da Namíbia, e que inclui a garantia da não-agressão a Angola por parte da África do Sul e a retirada das tropas cubanas de território angolano num período de 27 meses.

Ninguém pensa naturalmente que agora os caminhos da paz e do desenvolvimento fiquem livres de escolhos. Bastará lembrar aqui a posição assumida pela nova administração norte-americana de continuar a apoiar grupos fantoches angolanos, e concretamente a Unita, quando se impõe que cessem todas as ingerências externas, para que finalmente os angolanos possam em paz resolver os seus problemas. Mas para o povo de Angola, para o povo da Namíbia, e os outros povos da zona — é uma outra época histórica que se abre, um quadro político mais favorável ao desenvolvimento dos países da zona.

Esse novo quadro foi particularmente sublinhado pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, no fim das conversações ao mais alto nível, realizadas em Havana.

«Pensamos que a independência da Namíbia irá exercer uma influência grande no interior da África do Sul», disse Eduardo dos Santos, sublinhando que na sua opinião ela abrirá portas para a resolução da questão do «apartheid» e da desestabilização da região Austral da África pelo regime de Pretória.

Em Cuba, as delegações chefiadas por José Eduardo dos Santos e Fidel Castro, centraram os debates nos problemas e perspectivas de evolução da situação na África Austral e finalizaram o texto do acordo bilateral sobre a retirada em 27 meses das tropas internacionalistas cubanas de Angola, agora assinado em Nova Iorque conjuntamente com o acordo tripartido sobre a solução pacífica do conflito no Sudoeste Africano, por Angola, Cuba e África do Sul.

Ainda em Havana, e num encontro com o corpo diplomático africano, o presidente de Angola abordou diferentes questões ligadas ao processo de paz agora iniciado.

Trata-se, antes do mais, do processo de independência da Namíbia.

## Namíbia que independência?

O processo de independência da Namíbia vai ter o seu início no próximo dia 1 de Abril, com a concentração das forças sul-africanas em duas bases da Namíbia ocupada, após o que se reti-

rarão em três meses para o sul do rio Orange, permanecendo em território namibiano 1500 elementos.

As eleições gerais e livres serão realizadas cerca de 7 meses após o início da implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU sobre a independência da Namíbia.

José Eduardo dos Santos é de opinião que «toda a África, em bloco, deve apoiar a SWAPO». Com o início do processo de independência, o movimento de libertação do povo namibiano vai defrontar-se, no terreno eleitoral, com grupos fantoches da África do Sul que naturalmente Pretória irá apoiar.

Esta é uma questão política maior. Para o presidente angolano, na nova situação criada — «uma vitória para o nosso continente e para as forças amantes da paz» — os países africanos deverão seguir uma estratégia no seio da OUA que leve «ao aumento da cooperação com as forças patrióticas que lutam pela independência total do continente».

## Perspectivas para Angola

«Alcançada a paz no interior de Angola teremos as condições indispensáveis para o relançamento da economia», disse o presidente angolano, de passagem pela ilha cabo-verdiana do Sal, a caminho de Havana. E sublinhou que a Repú-



Refugiados namibianos. Chegou a hora do regresso

blica Popular de Angola defronta um problema maior, o saneamento económico e financeiro, que abarca quer o saneamento das contas internas e externas, quer o relançamento da produção material.

Tudo isto exige paz. O cessar das hostilidades sul-africanas constitui um passo neste processo de paz. Mas ainda não é a paz, na medida em que a África do Sul «apoia um agrupamento armado em Angola».

O presidente angolano manifestou entretanto o seu optimismo e confiança na capacidade de Angola, através da sua política interna, avançar também na solução desse problema.

José Eduardo dos Santos disse estar convencido de que a partir de 1 de Abril do próximo ano muitos mais cidadãos angolanos vão aderir à política de clemência e harmonização nacional. «Quando começar a implementação da Resolução 435 muitos angolanos que integram a Unita, incluindo responsáveis, quererão regressar ao seu país.»

Note-se que a política de harmonização nacional está a ser complementada com uma lei de amnistia que em breve será aprovada pela Assembleia do Povo.

No que respeita às relações com Cuba, tenderão a assumir agora uma outra dimensão.

Foi a acção unida de An-

gola e Cuba, no campo militar e diplomático, nomeadamente na histórica batalha de Cuito Canavale, em 1987 — que contribuiu de forma decisiva para os acordos de paz que hoje foi possível assinar.

Mas esta cooperação nunca se restringiu ao plano político-militar. Ao longo destes 13 anos a contribuição cubana na reconstrução nacional tem-se feito sentir nos mais variados domínios, tanto na área produtiva como de prestação de serviços, da saúde ao ensino.

Num futuro de paz para o povo angolano, ambos os países tenderão naturalmente a reforçar e alargar as relações de cooperação no interesse do bem-estar dos respectivos povos.

## Socialismo em notícias

## PC da Checoslováquia debate questões económicas

O Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia realizou, a 15 e 16, uma reunião para debate dos progressos económicos registados este ano e do plano para 1989.

Durante a reunião, o CC tomou conhecimento do pedido de demissão de Vasil Bilak, membro do Presidium do PCCh. Vasil Bilak foi responsável até Outubro último pelas relações internacionais do PPCh e pelas questões da esfera ideológica.

De salientar aqui, que o actual governo da Checoslováquia considera como tarefas fundamentais o cumprimento do plano económico nos restantes anos do actual plano quinquenal (1986-1990), melhorar o abastecimento do mercado interno, elevar o nível da política social, intensificar a economia nacional e melhorar a participação da Checoslováquia na divisão internacional do trabalho, antes do mais no âmbito do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME).

Actualmente a eficácia das novas regras económicas está a ser testada em cerca de 25 por cento das empresas. Durante os próximos dois anos — o período de transição — serão aplicadas de forma combinada as directivas e as novas regras económicas. A partir de 1991 toda a economia nacional entrará na primeira etapa de realização da reestruturação do mecanismo económico.

De momento os mecanismos de mercado apenas serão utilizados parcialmente, para evitar o agravamento dos desequilíbrios económicos. A sua plena aplicação só será possível depois da superação desses desequilíbrios, para evitar a inflação e outros efeitos negativos.

## Bulgária, etapa importante da reestruturação

O plenário do CC do Partido Comunista da Bulgária, deu a sua aprovação ao relatório apresentado pelo

secretário-geral, Todor Jivkov. O relatório apresenta um programa amplo de realização das ideias da reestruturação, com particular destaque para as questões económicas. Prevê-se que as associações de produtores económicos venham a tornar-se unidades económicas autogestionárias, que funcionarão nas condições de concorrência no mercado interno e internacional com facilidades máximas garantidas por parte do Estado.

Desenvolve-se simultaneamente a reestruturação do sistema político, no quadro de uma reestruturação integral da superestrutura jurídica. O objectivo é garantir direitos e responsabilidades às organizações autogestionárias que as transforme em comunidades sociais realmente vivas.

A 16 de Dezembro, o Parlamento búlgaro aprovou o plano de desenvolvimento técnico-científico e socioeconómico do país e o orçamento do Estado.

De acordo com os planos, o rendimento nacional búlgaro deverá aumentar de 6,2 por cento em 1989 em relação a 1988, a produtividade do trabalho em 6,4 por cento, o rendimento real da população de 4% e os bens de raiz de 7,7%.

Terão prioridade no desenvolvimento, sectores como a electrónica, a indústria biotecnológica e química, alguns ramos da metalomecânica, o complexo agro-industrial e a indústria ligeira.

## «Neues Deutschland», um socialismo forte

«O nível e o ritmo do desenvolvimento das forças produtivas decidem sobre as posições do socialismo e as suas possibilidades» — sublinha-se em recente editorial do mais importante jornal da RDA.

No artigo, que trata das tarefas a cumprir pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), até ao próximo Congresso (1990), considera-se indispensável

garantir uma paz segura também através do exemplo de um socialismo forte pelos seus êxitos, em particular no plano socioeconómico.

«Temos de acelerar o nosso desenvolvimento, aumentar consideravelmente a produtividade do trabalho, conseguir um alto crescimento do rendimento nacional para garantir e aumentar o nível de vida actual e no futuro» — afirma-se no «Neues Deutschland» — «Com a concretização da nossa estratégia social provamos a superioridade histórica do mundo do socialismo, na sua variedade e simultaneamente na sua unidade».

## URSS, relações entre nacionalidades

A soberania para a Estónia não significa a saída da União Soviética, realçou, num «briefing» em Moscovo, o presidente do Conselho de Ministros daquela República, comentando — isso «é inconcebível». Nas suas palavras, o que a Estónia contesta é a «excessiva regulamentação dos aspectos económicos, culturais e outros da vida das Repúblicas federadas, territórios e regiões pelos órgãos centrais e o menosprezo pelos seus interesses».

Na Arménia, Viktor Erive, primeiro vice-ministro do Interior, considerou que as actividades extremistas do grupo «Karabakh», após a tragédia do terramoto, o descreditou aos olhos do povo.

O grupo «Karabakh» chegou mesmo a divulgar «a ideia provocatória de que a evacuação de crianças (na sequência do terramoto) se integra num suposto programa de deportação dos arménios».

Entretanto iniciou-se por toda a União Soviética o processo de formação das comissões eleitorais em cada círculo, tendo em vista a realização de eleições para o Congresso dos Deputados do Povo, marcadas para 26 de Março do próximo ano.

Internacional

## Espanha

# 14-D, um não que ninguém poderá ignorar

«É a resposta sindical e cívica à política económica e social do PSOE nestes últimos 7 anos, submissa aos interesses da direita. Uma política que canalizou todo o aumento da riqueza nacional para aumentar os lucros da banca, dos grandes empresários encabeçados pela CEOE e do capital especulativo estrangeiro, mas não para reduzir o desemprego, elevar substancialmente os salários, as pensões, os serviços públicos».

Esta uma apreciação do PCE, em vésperas da esmagadora jornada de luta que foi a greve-geral de 14 de Dezembro em Espanha — o 14-D como é conhecido.

Uma jornada a que aderiram 7 856 000 dos 8 200 000 assalariados e 2 800 000 dos 3 500 000 outros activos, números globalmente reconhecidos, mesmo pela imprensa da direita que entretanto, ainda não há muito (a 1 de Dezembro), aquando da jornada de protesto da juventude, tinha tentado reduzir uma manifestação com centenas de milhar de manifestantes à de dezenas de milhar — num difícil confronto com as fotografias!

O êxito é tanto mais de assinalar — os números dispensam quaisquer apreciações adicionais — quanto contra esta greve geral foi movida uma autêntica guerra de ameaças e chantagem.

Para o presidente da «patronal», a CEOE, José María Cuevas, «a convocatória da greve geral é o mais grave atentado à estabilidade social e à credibilidade do sistema democrático».

Alguns meios de comunicação social, em particular a televisão, recorreram a velhos fantasmas, mesmo com referências à guerra civil...

O presidente das CCOO (Comisiones Obreras), Mar-

celino Camacho, comentou a propósito: «nunca conhecemos na nossa história uma situação em que os ministros socialistas realizassem uma cruzada contra uma greve. É a primeira vez que isto sucede. Claro que neste país, os ministros tornam-se banqueiros e os trabalhadores fixos, precários».

Nas semanas anteriores à greve geral, registaram-se importantes lutas. As greves dos funcionários públicos e dos trabalhadores da saúde obtiveram taxas de adesão de 70% e 85%, respectivamente. Cerca de 200 000 jovens participaram na marcha de 1 de Dezembro.

Como os próprios números indicam, os apoios à greve abarcaram os mais diversos sectores profissionais. Em Madrid, cerca de dois mil artistas e intelectuais assinaram um texto de apoio à greve. Mesmo entre a polícia se registaram apoios. As ruas vazias de Madrid no dia da greve testemunham também do encerramento generalizado do comércio.

Mas um facto de particular importância a assinalar nesta jornada de luta — para além da participação e da multipli-

cidade de apoios, e interligando-se com estas realidades — é a convocação conjunta da greve geral pelas Comisiones Obreras e pela UGT (ligada ao PSOE). De há 50 anos para cá é a primeira vez que isto acontece.

## A partilha da tarte

«Para discutir seriamente sobre a partilha da tarte é preciso saber qual é a tarte e quanto é possível fazê-la crescer». As palavras são do primeiro-ministro, Felipe Gonzalez. Que aliás parece saber muito bem como é e como cresce a «tarte», e sobretudo a favor de quem partilhá-la.

Na verdade, para Gonzalez «A economia espanhola progrediu consideravelmente». O patronato espanhol partilha desse optimismo: «os lucros das empresas registam um nítido aumento».

Mas é bem outra a perspectiva dos trabalhadores. E as razões para isso são bem objectivas. No primeiro semestre de 1988, os lucros das grandes sociedades aumentaram de 45%. Nenhum novo posto de trabalho foi criado, e boa parte dos lucros obtidos saiu de Espanha. Entretanto o país conta com 3 milhões de desempregados e 8 milhões de pobres.

Segundo as próprias estatísticas da CEE, recentemente divulgadas em Bruxelas, a Espanha tem o maior índice de desemprego (no quadro da CEE) entre jovens com idades inferiores a 25 anos: 40,1% no passado mês de Outubro, atingindo de forma particularmente brutal as raparigas (quase 50%). Mais: dois em cada três jovens são contratados a prazo. O que



A juventude está particularmente presente no movimento de protesto. Dia 1 cerca de 200 mil jovens estiveram na rua, contra a política de Gonzalez

concretamente significa — para além da instabilidade do emprego — que os seus salários são em cerca de 20% inferiores aos dos trabalhadores com um emprego fixo.

O mundo do trabalho paga muito caro os crescentes lucros reconhecidos pelo próprio patronato. 20% da população activa espanhola está no desemprego. O nível de vida tem vindo a baixar a longos destes últimos dois anos, e há regiões inteiras, particularmente no Sul, muito atingidas no plano socioeconómico. O contestado «plano para o emprego dos jovens» financia o patronato para dar postos de trabalho aos jovens. O projecto prevê subsídios de 250 000 a 300 000 pesetas e isenção de impostos por cada posto de trabalho concedido a um jovem. Assim os patrões ganham a dois carrinhos. As regalias oferecidas pelo governo somam os menores custos com o trabalho dos jovens (mais mal pagos).

É fácil de ver a quem cabe a parte de leão da tarte.

## No plano político

Nas palavras de Camacho, dirigente das CCOO, a greve-geral teve como objectivo «a mudança da política económica e social do governo». E acrescenta: «Face à agressão contra o mundo do trabalho, decidimos, com a UGT, uma resposta unitária e nacional. Nunca, desde há cinquenta anos tínhamos obtido uma tal unidade, uma tal mobilização dos trabalhadores e um tão amplo apoio de todas as categorias da população».

Em vésperas do 14-D, «El País» afirmava: «É também

a base social do Partido socialista que desce às ruas». O que os factos sem dúvida viriam a confirmar.

As rupturas no PSOE tornaram-se visíveis ainda antes da jornada de luta. A sua corrente crítica, a Esquerda Socialista, apoiou a greve geral. A UGT — parte convocante da greve — admite mesmo a possibilidade de recomendar aos seus militantes que não votem nos candidatos socialistas nas eleições europeias que se vão realizar no próximo Verão, em Junho.

«Neste momento da luta de classes cada um ocupa o seu lugar», diz Anguita, secretário-geral do PCE, na reunião do CC que antecedeu a greve-geral.

O governo socialista já de há muito vem a mostrar, e também aos olhos dos que o levaram ao Poder, de que lado está. O PSOE faz a política de direita.

O 14-D demonstrou que contra tal política era possível construir a mais ampla unidade, em amplos movimentos de massas.

Em termos de poder político as coisas são naturalmente mais complexas. Trata-se de construir alternativas. Nas palavras de Camacho, «A IU (Esquerda Unida) é a esperança de reconstruir a alternativa de esquerda».

Sem dúvida que se trata de bater caminhos que nada têm de linear. Mas uma coisa é certa — em vésperas de Natal, a Espanha já não é sequer o que era no princípio deste mês de Dezembro. O não popular à política de Gonzalez foi de uma clareza tão evidente que ninguém — mesmo que o queira — o poderá ignorar.

«A inclusão de Portugal no Pacto do Atlântico não se explica, como os fascistas pretendem fazer crer, pela necessidade da sua defesa mas, sim, para pôr o nosso país e as suas riquezas ao serviço dos fomentadores de guerra americanos.

O jornal «New Herald Tribune» coloca descaradamente o problema enumerando as vantagens conseguidas pelos Estados Unidos com a adesão de Portugal à NATO. Em primeiro lugar destaca os portos portugueses, principalmente o de Lisboa, não só pela grandeza como pelo valor estratégico. Em seguida as bases aéreas dos Açores e Madeira e as colónias de Cabo Verde e Guiné, que, pela sua posição no Atlântico, «possibilitam uma valiosa protecção às linhas de comunicação entre a Europa e a América».

Quanto a matérias-primas e recursos naturais de utilidade militar, o «New Herald Tribune» salienta que Portugal continental é o maior produtor de volfrâmio e tem uma produção notável de crómio-magnésio; que se está tornando pouco a pouco um produtor de equipamento militar.

A respeito de Angola e Moçambique, o jornal salienta a importância dos portos de Luanda, Lobito, Lourenço Marques e Beira, «saídas naturais de materiais estratégicos provenientes do Congo Belga, Transval, Rodésia do Norte e do Sul e Niassalândia», assim como as próprias riquezas em matérias-primas destas colónias.

(...) Tudo é citado pelo «New Herald Tribune» como se estivesse a descrever as qualidades de qualquer coisa que os Estados Unidos tivessem comprado (...).

(«Portugal base militar e colónia americana» — «Avante!», VI Série, n.º 194, Dezembro 1954).

**AVANTE!** INDEPENDÊNCIA DE FOMOS OS TRABALHADORES

«Todos nós, portugueses, recebemos com satisfação a notícia de ter sido admitido na Organização das Nações Unidas um bloco de 16 países, entre os quais Portugal, embora lamentemos que os delegados do nosso país não sejam representantes de Portugal democrático.

A entrada desses países dá à ONU um carácter mais representativo e universal e reforça ali as posições dos países democráticos e dos povos coloniais (...), permite à ONU contribuir melhor para a solução pacífica dos problemas em litígio e facilita os contactos entre novos governos e entre os povos e novos países.

O «Século» afirma num artigo de 16 de Dezembro que a entrada de Portugal na ONU corresponde ao reconhecimento e ao prestígio do regime salazarista. Nada mais falso. Quando foi criada, por países que esmagaram Hitler e Mussolini, a ONU não admitiu a entrada do nosso país porque Salazar foi aliado fiel dos carrascos que sonhavam com o esmagamento da democracia no mundo. Hoje, dadas as modificações internacionais destes 10 anos, quando o espírito de coexistência pacífica, de negociação e de boas relações entre os povos deve prevalecer acima de tudo para salvar a Paz, Portugal de Salazar e a Espanha de Franco foram admitidos na ONU, embora continuem a ser governos fascistas, usurpando o poder contra a vontade dos seus povos.

(...) Esta situação cria novos deveres às forças democráticas e patrióticas portuguesas e é mais um imperioso motivo para se apressar a unidade destas forças numa ampla Frente Nacional Antifascista».

(«Portugal na ONU» — «Avante!», VI Série, n.º 207, Dezembro 1955).



Contra a política económica do governo socialista, a greve geral de dia 14 teve uma expressão de massas, mobilizando a grande maioria dos trabalhadores espanhóis

# Em Foco

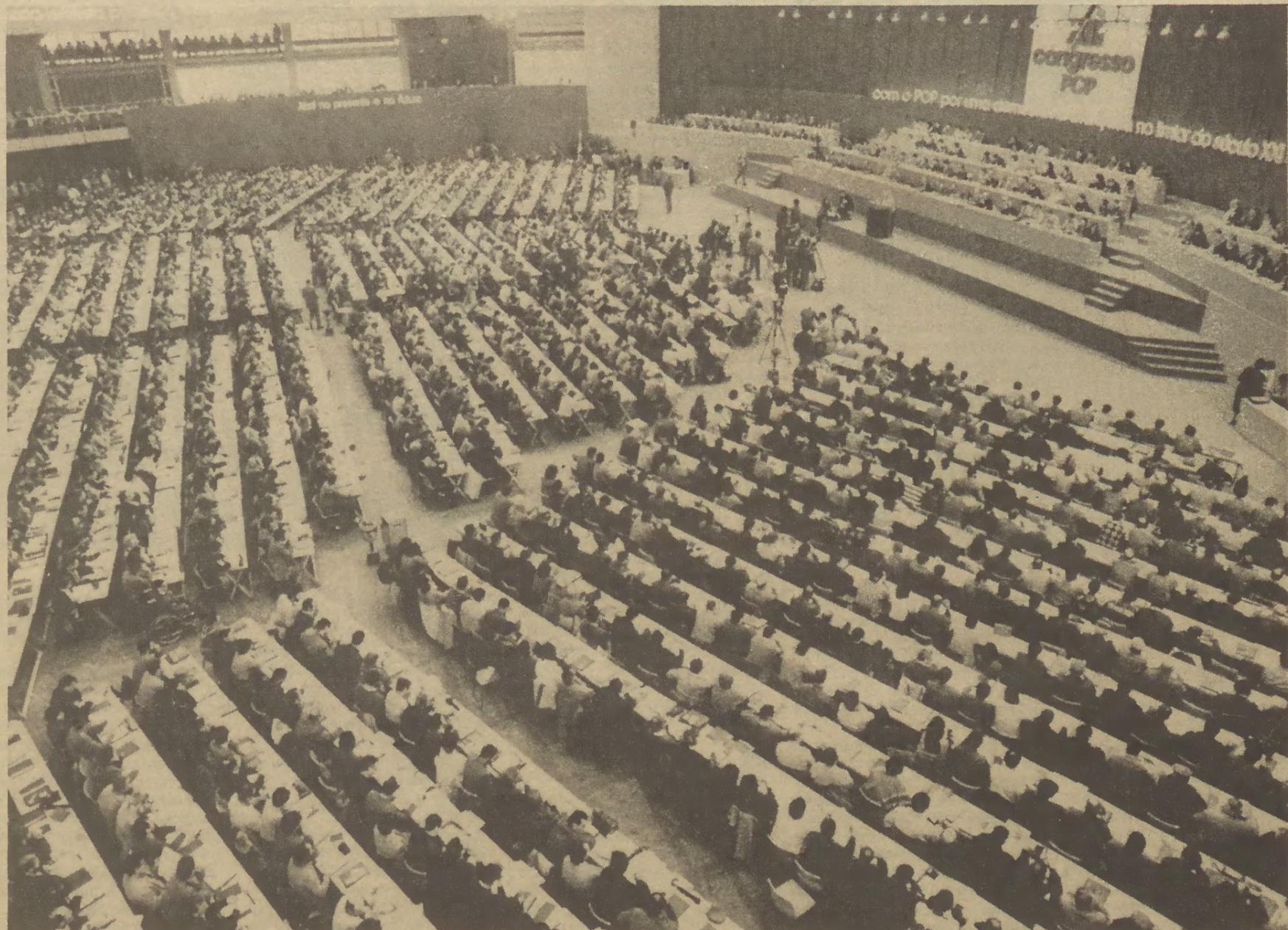
Avante!

Ano 58 – Série VII  
N.º 782

22 de Dezembro de 1988

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



  
congresso  
PCP

## *Entrevistas/Depoimentos*

- Palestina** – sobre a importância da Declaração de Argel  
● **Israel** – cada vez mais se fala de negociações de Paz ●  
**Irão** – apelo à solidariedade internacional ● **Iraque** – a luta  
contra a ditadura continua

**XII**  
congresso  
PCP  
com o PCP  
por uma  
democracia  
avançada  
no limiar  
do século  
XXI

## David Khenin — Israel

# Cada vez mais se fala de negociações de paz

**A** maioria da população israelita ainda não acredita na possibilidade de coexistência pacífica de dois Estados (Palestiniano e Israelita) na região, devido às campanhas dos sucessivos governos sionistas; mas o que é novo e importante no nosso país é que cada vez mais figuras públicas afirmem abertamente a necessidade de negociações de paz.

As palavras são do camarada David Khenin, membro do Bureau Político e do Secretariado do Partido Comunista de Israel, que num breve depoimento caracterizou a situação naquele país à luz dos resultados das últimas eleições gerais.

Segundo o camarada Khenin, os resultados eleitorais traduzem a polarização política existente na sociedade israelita, bem como o fortalecimento dos partidos de direita e extrema direita devido à actuação do Partido Trabalhista.

Os trabalhistas, recorda o dirigente comunista, dizem defender uma solução política para a região, mas ao mesmo tempo apoiam a repressão nos territórios árabes ocupados; falam de paz, mas recusam negociações com a Organização de Libertação da Palestina; falam de paz, mas recusam o regresso às fronteiras de 1967; falam da necessidade de uma conferência internacional, mas não tomam nenhuma medida para a tornar possível.

O Partido Likud, por seu turno, também afirma desejar a paz para Israel, mas recusando qualquer negociação com a OLP e insistindo na sua política agressiva.

No fundo, considera o camarada David Khenin, não existem grandes diferenças entre os dois partidos, pelo que a coligação de ambos a nível governamental tem sido contrária aos interesses e aspirações da população israelita, privilegiando o aumento das despesas militares, que ascendem já a 30 por cento do orçamento, e contribuindo para o agravamento da dívida externa, superior a 30 mil milhões de dólares.

Para aquele responsável do Partido Comunista de Israel, o fenómeno mais significativo das últimas eleições é que todas as forças políticas foram forçadas a reconhecer

que a maioria da população é a favor de uma alteração política em Israel e da resolução do problema palestino, ainda que através de diferentes alternativas.

Há alguns anos, afirmou o camarada Khenin, o PCI era o único a colocar esta questão, que está de resto contemplada no nosso programa. Agora, várias forças abordaram o problema da paz e dos palestinos durante a campanha, havendo mesmo quem abertamente defendesse a necessidade de negociações com a Organização de Libertação da Palestina, como é o caso do Mapam, do Movimento para os Direitos Civis e do Movimento Paz Agora. O levantamento popular nos territórios ocupados, a declaração de Agel (incluindo a proclamação do Estado Palestino independente), a evolução da situação interna em Israel, são factores que contribuem para mudanças significativas no nosso país.

De salientar, a propósito, que nas últimas eleições o PCI reforçou a sua posição, conquistando mais cerca de vinte por cento de votos em relação às anteriores, cerca de 84 mil votos. Como salientou aquele camarada, votar comunista em Israel é uma manifestação de grande coragem política, já que o partido é «acusado» de apoiar a OLP e a retirada dos territórios ocupados.

### A paz é possível

Nesta complexa situação, e apesar de todas as dificuldades, o PCI manifesta confiança no futuro, tendo manifestado a sua disposição em apoiar um possível governo trabalhista que estivesse disposto a participar numa conferência internacional de paz para o Médio Oriente e a reconhecer a OLP. Para os comunistas israelitas, a persistir o actual clima de desanuviamento internacional, aliado à luta dos palestinos e

### Entrevistas Depoimentos



dos que desejam a paz em Israel, é possível criar as condições para a paz na região.

Para o camarada Khenin, a exemplo do que se passa noutras regiões do mundo, é cada vez mais importante a resolução dos problemas do Médio Oriente, um dos mais antigos, que afecta mais amplas regiões e onde se jogam importantes interesses regionais e internacionais. A sua resolução é fundamental para a defesa da paz no mundo.

Salientando que se assiste actualmente a uma mudança de posições da opinião pública nos EUA (onde as propostas extremistas dos partidos mais reacçãoários foram mal aceites) e em Israel, traduzida já em manifestações de apoio ao fim dos confrontos, em publicidade paga nos jornais a favor da recusa dos soldados israelitas em irem para os territórios ocupados, a favor de negociações com a OLP e da autodeter-

minação palestina, o camarada considera que há perspectivas reais para a solução do conflito israelo-árabe.

Finalmente, sobre a sua participação no XII Congresso do PCP, o camarada David Khenin manifestou-se impressionado com a profundidade da análise feita no relatório de actividades, bem como nas diferentes intervenções, que testemunham a intensa actividade do PCP, a sua ocupação com os problemas que afectam o nosso povo e o empenhamento em traçar as perspectivas de futuro. Não conheço nenhum outro partido, disse a propósito, que o faça com tal profundidade.

Aquele camarada referiu ainda o apreço do PCI pelas tradições revolucionárias do PCP e pelas suas características internacionalistas, valorizando a participação de tantas delegações estrangeiras no XII Congresso. ■

## Siamak — Partido Tudeh do Irão

# Apelo à solidariedade internacional

**O** camarada Siamak, representante do Partido Tudeh do Irão ao XII Congresso do PCP, vive ainda numa situação de clandestinidade imposta pelas duras condições repressivas em vigor no seu país, pelo que não podemos publicar a sua fotografia. Mas no breve depoimento que concedeu ao «Avante!» aquele camarada iraniano deixou bem claro a necessidade da solidariedade internacional com o povo iraniano, na sua luta pela paz e a democracia.

Recordando as grandes dificuldades que se têm colocado à realização de conversações entre representantes oficiais do Irão e do Iraque para pôr termo à guerra entre os dois países — tempos houve em que nem sequer era possível sentarem-se à mesma mesa, sendo as posições de parte a parte tratadas apenas por intermédio do secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar — apontou como um facto importante a decisão de se aceitar negociar com base na resolução 598 das Nações Unidas, deixando de fora os aspectos em que não havia qualquer acordo.

Foi assim, disse, que a partir de

dado momento foi possível, por exemplo, avançar na troca de prisioneiros de guerra, ao mesmo tempo que se aceitava estabelecer tréguas nos confrontos. Recentemente, no entanto, o Irão cancelou a troca de prisioneiros, o que levou o Iraque a fazer outro tanto, aumentando as possibilidades de um novo recrudescimento dos confrontos. A intervenção de Perez de Cuellar parece ter conseguido até ao momento evitar o pior, mas o perigo de uma escalada na guerra não está afastada.

Para o camarada Siamak, o maior problema que se coloca nestas negociações deriva do facto de o Irão (tal como acontece com o Iraque),

não estar realmente interessado na paz. Com o fim da guerra, diz, o governo iraniano enfrenta sérios problemas de reconstrução, que não está em condições de resolver.

Neste momento, as autoridades iranianas necessitam de gastar cerca de 15 mil milhões de dólares por ano na importação de alimentos essenciais, estimando-se em pelo menos 7 mil milhões de dólares as necessidades imediatas para a reconstrução de forma a estabelecer um simples nível normal de vida. Acresce ainda que, caso as negociações de paz avancem, os problemas actuais se agravarão com o regresso dos militares à vida civil, uma vez que o desemprego, que afecta já cerca de 5 milhões de iranianos, ou seja, vinte por cento da população activa, aumentará ainda mais, com todas as suas consequências.

Os cerca de 4 mil milhões de dólares por ano que o Irão retira da venda do petróleo não chegam para atender às enormes dificuldades que hoje o país enfrenta.

O Partido Tudeh considera por

tudo isto que o governo não está realmente interessado na paz, preferindo arrastar a situação num impasse enquanto procura, através de contactos com o Japão e a RFA, entre outros, estabelecer acordos que levem à abertura do mercado iraniano às multinacionais.

Uma «solução» que nada tem a ver com os reais interesses do povo iraniano, como facilmente se percebe.

O camarada Siamak salienta, por outro lado, o facto de a repressão interna estar de novo a ser intensificada, já que as autoridades pretendem calar toda a oposição interna. É assim que voltaram a prender os opositores políticos que tinham libertado há dois ou três anos, para abafar toda a contestação e impedir a organização política das forças que lutam pela democracia e a paz.

Mais do que nunca, o povo iraniano necessita da solidariedade internacional. Os comunistas, como todos os democratas, não deixarão certamente sem resposta este apelo. ■



## Mahmoud Shukair — PC da Palestina

# A importância da Declaração de Argel

**Partido Comunista Palestino considera a Declaração de Argel do Conselho Nacional Palestino como a mais realista e a mais concreta proposta política jamais feita para possibilitar ao nosso povo a concretização dos seus objectivos de paz e independência e como a mais susceptível de conjugar a solidariedade internacional de partidos e países ocidentais que até agora não têm estado a favor da causa palestina.**

As palavras são do camarada Mahmoud Shukair, membro do Comité Central do PC da Palestina, que representou o seu partido nos trabalhos do XII Congresso do PCP.

Para aquele camarada, a Declaração de Argel deixa o governo israelita e a administração norte-americana sem outra alternativa que não seja o reconhecimento dos direitos do povo palestino à autodeterminação e independência. Até agora, afirma, tentaram ignorá-los a pretexto de que os palestinos não reconheciam o Estado de Israel e não eram a favor da paz, mas depois de Argel tudo se alterou, uma vez que a Declaração contradiz em absoluto o propalado pela propaganda israelita e norte-americana.

Esta Declaração, afirma o camarada Shukair, não veio facilitar as posições daqueles dois países, já que preferiam apresentar a Organização de Libertação da Palestina (OLP) como uma organização terrorista, sem força e sem um programa capaz de contribuir para a paz no Médio Oriente. Ora, de forma muito clara, nós vimos afirmar que queremos a coexistência pacífica de dois Estados na região, o Estado Palestino e o Estado de Israel, o que lhes retira credibilidade e campo de manobra junto da opinião pública mundial.

Os comunistas palestinos, sublinha, já tinham defendido há muito

a existência dos dois Estados, com a aceitação da Resolução 181 do Conselho de Segurança da ONU. Agora, com a sua adopção pela OLP, consideramos que o nosso povo, o seu movimento nacional, está pronto a aceitar uma paz justa na região, com respeito pelas decisões da ONU, bem como as iniciativas mundiais em prol da paz, em especial da URSS, que procuram a resolução política dos problemas regionais.

Para os comunistas palestinos, os resultados das recentes eleições em Israel não vêm contribuir para alterar a posição israelita em relação à causa palestina. Tanto o Likud como o Partido Trabalhista, diz o camarada Shukair, são contra a independência e autodeterminação dos palestinos e podemos ver que desde o levantamento nos territórios ocupados, os trabalhistas, com o seu ministro da Defesa, reagiram tal como o Likud. De salientar ainda que após a declaração de Argel ambos tiveram a mesma reacção, ou seja, recusaram as nossas propostas.

Agora, recorda o camarada Shukair, a extrema-direita está a fazer chantagem com os dois partidos, embora a nossa opinião seja a de que o Likud não está em condições de fazer cedências às suas exigências, porque isso levaria a divisões dentro do próprio partido. Assim, é muito provável que venham a fazer de novo uma coligação com os trabalhistas, ainda que não num sistema de alternância como até agora, o que dará ao Likud maior capacidade de decisão.

De qualquer modo, considera aquele camarada, os resultados eleitorais não foram a favor da paz. A única luz que vemos neste imenso

### Entrevistas Depoimentos



túnel está no facto de o Partido Comunista de Israel ser a favor das nossas posições e a favor da paz. Acreditamos ainda que, num futuro próximo, outras forças progressistas israelitas venham a formar uma frente com os comunistas, bem como sectores mais realistas do Partido Trabalhista, o que permitiria pôr termo à actual política agressiva de Israel e levar ao reconhecimento dos direitos do povo palestino, avançando na realização de uma conferência internacional de paz sob a égide da ONU com a participação de pleno direito da OLP.

Entretanto, nos territórios ocupa-

dos, continuará o levantamento popular, já que consideramos que a luta interna e externa é fundamental como factor de pressão sobre Israel e os EUA e essencial para continuar a mobilizar a solidariedade internacional para com a causa palestina. A Declaração de Argel representa neste âmbito uma nova arma nas mãos do nosso povo para a resistência contra a ocupação e fundamental para que os nossos aliados e amigos nos ajudem a pressionar Israel e os EUA a aceitar a realização de uma conferência internacional de paz que dê resposta às justas aspirações do povo da Palestina. ■

## Abdul Al-Safi — Iraque

# A luta contra a ditadura continua

**O governo iraquiano está a aproveitar as tréguas na guerra com o Irão para lançar as forças militares contra o seu próprio povo, na tentativa de consolidar o seu poder ditatorial, ao mesmo tempo que através de declarações e medidas demagógicas procura criar uma nova imagem a nível internacional.**

Quem o declara é o camarada Abdul Razzak Al-Safi, membro da direcção do Partido Comunista do Iraque, que participou como convidado nos trabalhos do XII Congresso do PCP.

Para o camarada Al-Safi, cuja fotografia não publicamos por compreensíveis razões de segurança, a situação que se vive no Iraque é particularmente complexa.

Por um lado, afirma, o perigo da guerra não está completamente afastado, já que os governos dos dois países, ao contrário dos respectivos povos, não estão interessados na paz. A guerra, fruto da política reaccionária das forças no poder, fez com que passasse para segundo plano a realidade da guerra civil existente no Iraque antes do desencadear dos confrontos com o Irão.

Mas os problemas não foram resolvidos, nem os governantes iraquianos desistiram de tentar aniquilar a oposição interna das forças que se batem pela democracia. E

tanto assim é que, nas tréguas actualmente em vigor (não foi assinado nenhum acordo de paz e as negociações estão num impasse, mas os confrontos tomaram-se esporádicos), as forças militares têm estado a reprimir brutalmente o povo iraquiano.

O camarada Al-Safi recorda a propósito o genocídio levado a cabo no Kurdistan, onde os militares iraquianos utilizaram todo o tipo de armamento, incluindo armas químicas, contra os patriotas kurdos, forçando ao êxodo de mais de cem mil pessoas para a Turquia em condições verdadeiramente dramáticas.

Na sua opinião, as autoridades iraquianas debatem-se com a real incapacidade de fazer face aos graves problemas internos ocultos pela

guerra, como a falta de liberdades, a existência de milhares de presos políticos, a falta de produtos de primeira necessidade, a inflação galopante, o aumento constante da dívida externa que ronda já os cem mil milhões de dólares. Sem o pretexto do esforço de guerra, não há forma de impedir os protestos populares, por isso se continua a recorrer sistematicamente à repressão.

Incapaz de levar a cabo a reconstrução nacional e dar resposta satisfatória às justas reivindicações das massas populares, as autoridades iraquianas apostam na política repressiva, cujo alvo preferencial são os comunistas, os seus mais consequentes opositores.

O Partido Comunista do Iraque, lembrou o camarada Al-Safi, luta pela unidade das forças democráticas e pelo fim da ditadura, batendo-se pela formação de uma coligação democrática e patriótica que dê viabilidade a um governo em que participem todas as forças progressistas. Tal governo deverá ter como principal objectivo o fim da guerra com o Irão e a defesa de uma paz duradoura com os países vizinhos, a re-

solução dos problemas provocados pela guerra e o desenvolvimento de uma política de unidade que assegure o respeito pelos direitos humanos e o reconhecimento do direito do povo kurdo a uma real autonomia.

Os comunistas defendem igualmente a instauração de uma democracia pluralista, a realização de eleições livres e a institucionalização de um Estado de direito que ponha fim ao ciclo das ditaduras no Iraque.

No seu depoimento ao «Avante!», o camarada Al-Safi agradeceu ainda a oportunidade de participar no Congresso do PCP, que lhe permitiu conhecer melhor e aprender com a experiência da organização e luta dos comunistas portugueses.

Realçando as relações de amizade e solidariedade que ligam o PCP ao PC do Iraque, que espera se consolidem e aprofundem no futuro, aquele camarada manifestou a sua confiança de que os comunistas portugueses saberão vencer os desafios que enfrentam e avançar com sucesso na concretização do seu lema por uma democracia avançada no limiar do século XXI. ■

# • Geminação de Évora e Angra do Heroísmo Uma azinheira nos Açores com Angra no Alentejo

A ilha da Terceira (como o arquipélago dos Açores) é de uma beleza deslumbrante onde a vegetação em geral e as árvores em particular ressumam frescura e fascinam o olhar mais desatento com paisagens que o imaginário continental e o cinema a «technicolor» pintam com pinceladas de paraíso exótico. Por isso ninguém esperará encontrar numa cidade como Angra do Heroísmo uma árvore tão a despropósito como uma... azinheira.

Pois surpreenderam-se: a partir de agora há uma azinheira em Angra do Heroísmo, concretamente no Bairro de Santa Luzia, plantada com intervenção directa das autoridades autárquicas locais e garantida, na sua autenticidade de boa e rija raiz alentejana, por responsáveis da Câmara Municipal de Évora, a mais importante autarquia alentejana, presente no acto e ofertantes da jovem árvore ao município de Angra.

Se a azinheira, agora património angrense, se adaptará ou não às frescuras atlânticas da Região Autónoma dos Açores, é incógnita irrelevante a que apenas o tempo e a Natureza poderão dar resposta. O que, de certeza, já floresceu e irá dar frutos é a geminação das duas cidades — **Évora e Angra do Heroísmo** — concretizada no passado dia 8 de Dezembro num encontro de delegações autárquicas ao mais alto nível na cidade açoriana, tendo como motivação próxima a qualidade de «património mundial» atribuída pela UNESCO a ambas as cidades. Tal facto abriu caminho quer à geminação, agora concretizada, quer à descoberta de muitas outras afinidades que aproximaram as duas cidades e respectivas populações para uma colaboração que se espera frutuosa e dinamizadora. «na certeza de que a defesa do património mundial pode constituir um poderoso instrumento para a aproximação e a intensificação das relações de amizade entre os povos», como se sublinhou no acto oficial do acordo.

A delegação do município de Évora que se deslocou a Angra do Heroísmo para, no passado dia 8, formalizar o acto de geminação entre as duas cidades, era chefiada pelo presidente da Câmara Municipal de Évora, **Abílio Fernandes**, e integrava 75 pessoas — representantes de todas as estruturas autárquicas do concelho eborense, bem como de todas as estruturas sindicais e patronais, de organizações ligadas ao património e à cultura, do Grupo Pró-Évora, da Igreja Católica, da FENCA e ainda uma selecção de futebol dos dois clubes da cidade, integrados na 2.ª divisão (Lusitano e Juventude).

Recebida condignamente, a delegação eborense participou em iniciativas, estabeleceu contactos e trocou experiências com os seus congéneres de Angra do Heroísmo de que a cerimónia do plantio de uma azinheira foi apenas um dos exemplos bem dispostos e fraternos, culminando o encontro com a assinatura da geminação pelos dois presidentes de Câmara, **Abílio Fernandes**, de Évora, e **Joaquim Vasconcelos Ponte**, de Angra do Heroísmo, nos Paços do Concelho do município angrense e na presença de importantes individualidades desta cidade.

Surgindo um ponto de partida significativo para o estreitamento e aprofundamento das relações e da cooperação entre as duas cidades e respectivos municípios e populações, o acordo de geminação do passado dia 8 constituiu, além do mais, nova amostra da vitalidade e dinamismo do Poder Local democrático, como, de resto, foi salientado na cerimónia.

sentar com autenticidade a população alentejana de Évora e em seu nome saudar, na pessoa de V. Ex., a população de Angra do Heroísmo. É uma saudação tão quente quanto a terra alentejana, tão viva quanto o seu povo, e consagra a formalização de um acordo entre duas cidades unidas por um conjunto de similaridades, históricas e outras, só aparentemente difíceis de encontrar».

Após enunciar essas similaridades — matéria que destacamos ao lado — o autarca eborense recordou que «a história teceu laços curiosos entre as duas cidades, desde que, estando o rei D. João III em Évora, em 1534, concedeu a Angra do Heroísmo o foral de cidade. Ambas foram também, durante períodos determinados, capitais do reino. Angra foi a primeira cidade portuguesa a ver o seu nome inscrito pela UNESCO na lista do Património Mundial; Évora seguiu-lhe a passos em 25 de Novembro de 1986».

Esta coincidência «marcou o despontar de um interesse mútuo e do desejo de aproximação face à distinção que lhes era comum. E a realização que em Évora, em 1987, da iniciativa «Évora, os Povos e as Artes» possibilitou o reforço do propósito de aproximação e colaboração entre as duas cidades, através dos contactos então havidos com a representação de Angra». E mais:

«Possuindo ambas um património de valor universal excepcional, a troca de experiências, a colaboração e cooperação em projectos análogos, nomeadamente em matéria de recuperação e conservação de centros históricos, só podem enriquecer uma e outra parte.»

## Há que ir mais longe

E o orador prosseguiu: «Estamos conscientes de que ao recebermos a classificação de património mundial, passamos também a ter obrigação de preservar os bens que foram reconhecidos como detentores de um raro valor universal. Sabemos que temos nas nossas



Ao alto, dois momentos da cerimónia da assinatura do acordo de geminação, com **Abílio Fernandes** no uso da palavra e, depois, oferecendo um capote alentejano ao seu homólogo, **Joaquim Vasconcelos Ponte**. Na foto de baixo os dois presidentes quando se preparavam para a plantação de uma azinheira alentejana no bairro de Santa Luzia, na bem atlântica cidade de Angra do Heroísmo!



## Do Alentejo ao Atlântico na rota das caravelas

Como recordou **Abílio Fernandes** no seu discurso durante a cerimónia de geminação, do ponto de vista histórico, Évora e Angra do Heroísmo têm características semelhantes: Angra, «cidade transatlântica», criada em função das grandes rotas marítimas do tempo da navegação à vela, testemunha um período fundamental da História do mundo, que neste momento celebramos no nosso País — a época dos Descobrimentos. Por aqui se cruzaram as naus nas suas viagens entre Oriente e Ocidente. Por aqui passaram as rotas entre a Velha Europa e o Novo Mundo.

Foi este papel histórico, aliado ao seu conjunto urbano transatlântico, que esteve na base da sua distinção pela UNESCO.

Paralelamente, no Continente, e na mesma época, Évora acolhia a corte, tornando-se o centro de decisão, por onde passavam marinheiros a caminho das «Índias e das Américas», filósofos, cientistas e artistas que deixaram as suas marcas na cultura do tempo, o que iria reflectir-se em todo o conjunto urbano.

A UNESCO considerou que Évora constitui o melhor exemplo da idade de ouro portuguesa e, por outro lado, só a paisagem urbana de Évora permite compreender actualmente a influência que a arquitectura portuguesa exerceu em outras partes do mundo.

Constituem, assim, as duas cidades as duas faces de uma mesma moeda: a época dos Descobrimentos Portugueses.

Uma, Évora, a matriz continental reproduzida em diversas zonas de colonização; e a outra — Angra do Heroísmo —, o modelo atlântico de ocupação portuguesa. Duas cidades que foram lugares de partida e de regresso, de despedidas saudosas, de reencontros triunfais.

De Évora, recebeu Vasco da Gama ordem do rei

para partir para a Índia; e de regresso, deixa sepultado em Angra do Heroísmo, seu irmão Paulo da Gama.

De Évora, pela mão do rei D. João III, recebe Angra do Heroísmo, em 1534, o seu foral de cidade.

Ambas partilham ainda um passado heróico de apego à liberdade. Se em Évora é a revolta de 1383/85, Angra protagoniza a revolta liberal de 1830/32 e é local de promulgação das leis constitucionais.

É este amor à liberdade que granjeia às duas cidades títulos e distinções análogos: Évora é a Mui Nobre e Sempre Leal Cidade, agraciada com a Grã-Cruz da Torre e Espada; e Angra a Mui Nobre e Sempre Constante Cidade, agraciada com a Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito.

Após longos anos de estagnação, «inserindo-se as duas cidades em regiões votadas ao esquecimento durante longo período pelo Poder Central, iniciaram actualmente o seu processo de renascimento através da consagração do Poder Local novo, o mesmo Poder Local que agora pretende unir as duas cidades, e conjugar esforços no sentido de preservar dois testemunhos de uma mesma época», como frisou **Abílio Fernandes**, que concluiu:

«Os Descobrimentos possibilitaram o surgimento de um conjunto de povos que contam com evidentes pontos de contacto, fundamentados numa cultura, numa língua e até em interesses comuns. Transformar esse conjunto de Povos numa comunidade de povos é um objectivo estratégico fundamental, em que Angra do Heroísmo e Évora poderão ter um papel a cumprir, pela importância que assumiram nesse passado, e pelo facto de constituírem exemplos de «habitats» humanos tradicionais representativos da cultura matricial, estabelecendo uma ponte para um encontro de igual para igual com outros povos e culturas.»

mãos um exemplo do que de mais belo há no mundo e que, como tal, deve permanecer intacto para as gerações futuras.

«Há, pois, que ir mais longe.

«A projecção externa e mesmo internacional das nossas cidades dependerá, no entanto, da consciência, da vontade e da determinação dos seus órgãos municipais.

«As trocas de experiências, as dificuldades vividas, as soluções encontradas poderão constituir um importante contributo para a definição de vias individualizadas de preservação de um património que, num sentido mais lato, nós é comum.

«Comum também a necessidade de reivindicação junto do Governo e de outras entidades do apoio que é necessário.

«O próprio emblema do Património Mundial simboliza, na sua forma circular, a necessidade de protecção, que não pode ser imputada apenas aos responsáveis locais, mas também às autoridades nacionais e à própria UNESCO, cuja responsabilidade não se pode esgotar no acto de classificação.»

E a terminar:

«Neste dia em que é assinado o acordo de geminação entre Angra do Heroísmo e Évora, saúdo especialmente todas as Câmaras Municipais da Região Açoriana e a popula-



Évora levou a Angra uma saudação tão quente quanto a terra alentejana



Edifícios das Câmaras Municipais de Évora (ao cimo) e Angra do Heroísmo



ção da Ilha Terceira que, com a grande coragem que a caracteriza, tem mantido ao longo da história um forte apego à sua terra de origem, apesar de todos os circunstanciaisismos históricos e geográficos.

«Aos angrenses e eborenses, transmito a minha certeza que nos não-de secundar na tarefa que nos foi legada pelos nossos antepassados de transmitir às gerações do futuro um património excepcional, sem com isso esquecer as necessidades do homem presente.»

## O teor do acordo

É o seguinte, o teor do Acordo de Geminação entre as cidades de Évora e Angra do Heroísmo, assinado pelos respectivos presidentes de Câmara, **Abílio Fernandes** e **Joaquim Vasconcelos Ponte**, no passado dia 8 de Dezembro:

A classificação de Angra do Heroísmo e de Évora pela UNESCO como Património da Humanidade criou condições favoráveis para a existência de laços de cooperação entre as duas cidades, nomeadamente no campo da preservação do seu património reconhecido como detentor de um valor universal excepcional, e na defesa da paz, na certeza de que a defesa do património mundial pode constituir um poderoso instrumento para a aproximação e a intensificação das relações de amizade entre os povos.

Para contribuir para o reforço da colaboração entre o povo de Angra do Heroísmo e de Évora no estabelecimento de relações amigáveis e de cooperação entre as duas cidades.

Assim propõem-se:

— Contribuir para o desenvolvimento da cooperação técnica e

científica entre os Municípios de Évora e Angra do Heroísmo, nomeadamente na área da defesa do património arquitectónico e ambiental.

— Cooperar com as associações de defesa do património existentes nas duas cidades por forma a valorizar o seu papel de sensibilização das populações para a importância da conservação do património.

— Contribuir para um conhecimento mais estreito dos valores culturais, etnográficos e sociais de cada uma das cidades.

— Incentivar o intercâmbio entre os diferentes agentes económicos, sociais e culturais das duas cidades.

As duas cidades desenvolverão os seus laços de amizade e de cooperação através dos meios de que dispõem nomeadamente:

— Troca de delegações de representantes das duas cidades;

Intercâmbio entre especialistas de

diferentes ramos da vida social, grupos turísticos e desportivos e ainda representantes da ciência, da técnica, da arte e da literatura.

— Troca de informações sobre a vida das populações destas cidades e sobre a sua actividade autárquica com o objectivo de contribuir para um enriquecimento mútuo na organização da vida local, nomeadamente nos campos da cultura, do ensino e das aquisições técnicas sobre preservação e recuperação do património arquitectónico e ambiental.

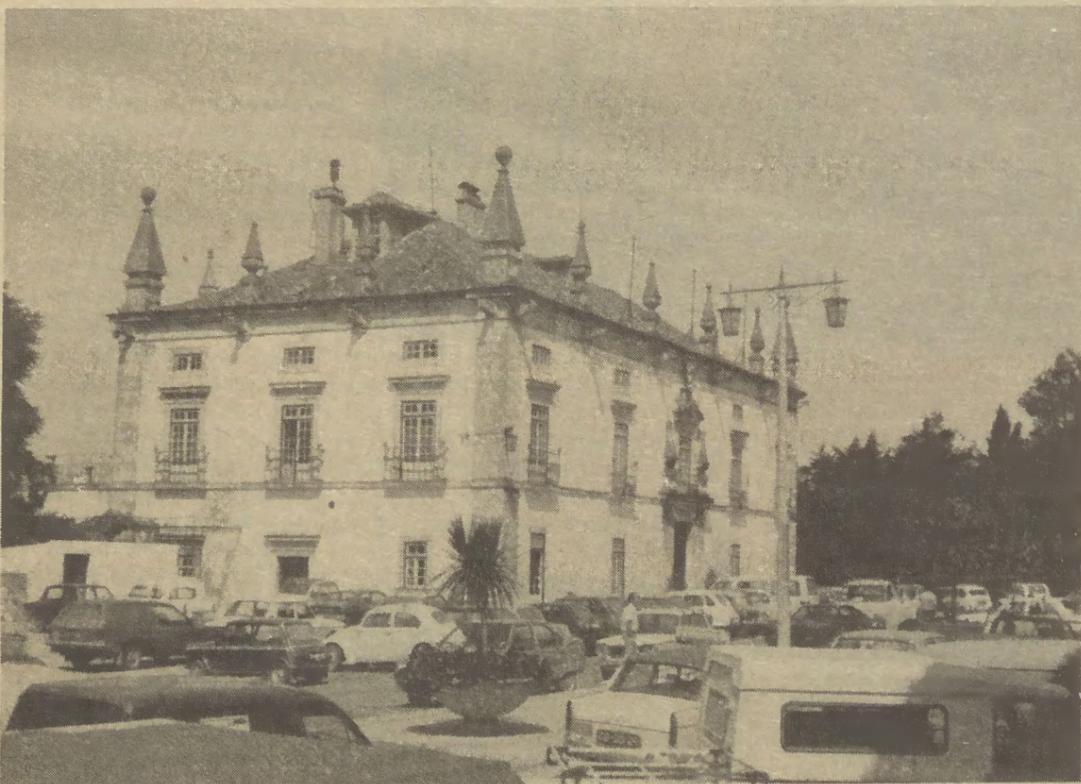
— Conjugação de esforços no sentido da obtenção de um aumento de competências do Poder Local e de reforço dos seus meios financeiros, como forma de mais eficazmente levar à prática os objectivos da recuperação dos seus Centros Históricos.

— Insistência conjunta junto das autoridades competentes na necessidade de reforço dos mecanismos de cooperação internacional, sobretudo nos domínios técnico e financeiro, com vista à obtenção de auxílio à protecção do património mundial.

# SANTARÉM

## e o OE para 1989

Partido Comunista Português tem, em diferentes ocasiões e oportunidades, apresentado a sua caracterização do distrito de Santarém, através da sua Direcção de Organização Regional (DORSA). Particularmente o fez, e de forma sistematizada, na



CM de Santarém

iniciativa **Debates com o PCP — Distrito de Santarém — que futuro?**, realizado em Fevereiro do ano passado. No entanto, não se trata de, a partir daí, nas diferentes ocasiões e oportunidades, retomar — repetindo — as análises e as propostas feitas. Com base num conhecimento que se quer sempre actualizado da situação do distrito, pretende-se, em cada nova ocasião e oportunidade, fazer análises novas e apresentar novas propostas com a adequada hierarquização das recomendações já apresentadas, algumas tendo ganho entretanto, maior pertinência e urgência.

Este é um primeiro aspecto que se quer sublinhar, esclarece o apontamento agora enviado ao «Avante!» pela DORSA do PCP. É significativo como, ao longo dos anos, algumas condições concretas, alguns problemas económicos e sociais mais graves do distrito se mantêm, não inalterados porque sempre se agravando, não com a mesma importância porque a situação em que se inserem não cessa de se alterar.

Procurando sempre confrontar as condições concretas do distrito, o PCP, pela sua DORSA, ao mesmo tempo que se baseia nos trabalhos e análises anteriores, fá-lo sempre não repetindo fórmulas ou discursos mas aproveitando e sobretudo actualizando estudos realizados e adequados às suas posições de fundo — essas, sim, sempre as mesmas, as que defendem os trabalhadores e os interesses económicos regionais e nacionais — às condições concretas sempre em mutação. ■

### Os números falam por si...

## Um distrito claramente desfavorecido!

Tal como no OE anterior, o distrito de Santarém é, no OE para 1989, região evidentemente desfavorecida, o que é tanto mais grave quanto a região tem sido das mais atingidas pelo impacte negativo da adesão de Portugal à CEE, com alguns dos seus produtos a sofrerem situações de adaptação e de concorrência muito difíceis.

Não se trata de qualquer competição de tipo «bairrista» que leva o PCP a denunciar esse desfavor relativo e a fazer dessa denúncia um responsável acto político. Ao revelar-se que as intervenções regionais e as operações integradas que estão no Programa de Investimentos e Despesas da Administração Central (PIDDAC) abrangem praticamente todo o território menos a região em que o distrito se integra, não quer isso dizer que essas outras regiões tenham a mais o que falta ao distrito.

### Nenhuma intervenção nenhuma OID...

A nossa concepção de economia nacional, global, planificada, só tem verdadeira expressão no quadro de uma estratégia de desenvolvimento descentralizada, regionalizada. Poderá, por isso, considerar-se que, a outro nível, é escasso o que está consignado no PIDDAC. No que ao distrito diz respeito, o que se sublinha e considera significativo é que **nenhuma** intervenção, **nenhuma** operação integrada de desenvolvi-

mento lhe seja dirigida, enquanto ao resto do território têm sido e continuam a ser dirigidas acções e são-lhe consagradas verbas.

Nas **operações integradas de desenvolvimento** estão a da península de Setúbal e a do Norte Alentejano. Nos **programas integrados de desenvolvimento regional** estão:

- O projecto de desenvolvimento rural integrado de Trás-os-Montes;
- O PIDR da Cova da Beira;
- O PIDR do Baixo Mondego;
- O PIDR de Entre Mira e Guadiana;
- O PIDR do Nordeste Algarvio;
- As acções preparatórias do PIDR de Trás-os-Montes e alto Douro;
- As acções preparatórias do PIDR do Alto Minho;
- PIDR da Ria Formosa.

Na verdade, parecem faltar só as áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa e as regiões que lhes são periféricas ou satélites. O que, para o distrito de Santarém, se considera de recusar liminarmente.

No entanto, ainda se poderia pensar que a não inclusão do distrito nas intervenções e operações integradas regionais pudesse ser compensada por uma maior afectação

de verbas que respeitam ao PIDDAC sectorial, que, com as intervenções regionais, compõe o chamado PIDDAC tradicional.

Concelho a concelho, esse PIDDAC tradicional tem, para o distrito, as seguintes verbas globais orçamentadas para 1989:

	milhares contos
• Abrantes	207,5
• Alcanena	235,5
• Almeirim	47,0
• Alpiarça	—
• Benavente	47,6
• Cartaxo	38,0
• Chamusca	6,7
• Constância	8,5
• Coruche	91,0
• Entroncamento	42,0
• Ferreira do Zêzere	2,0
• Golegã	10,0
• Mação	5,0
• Rio Maior	564,1
• Salvaterra de Magos	8,5
• Santarém	1 635,5
• Sardoal	47,5
• Tomar	267,7
• Torres Novas	137,6
• Vila Nova da Barquinha	2,1
• Vila Nova de Ourém	95,4
• Distrito	200,2

O total para o distrito de 3 699,4 mil contos representa 1,9% do PIDDAC total (que inclui **investigação e apoio**), 2,4% do PIDDAC tradicional e 2,6 do PIDDAC sectorial.

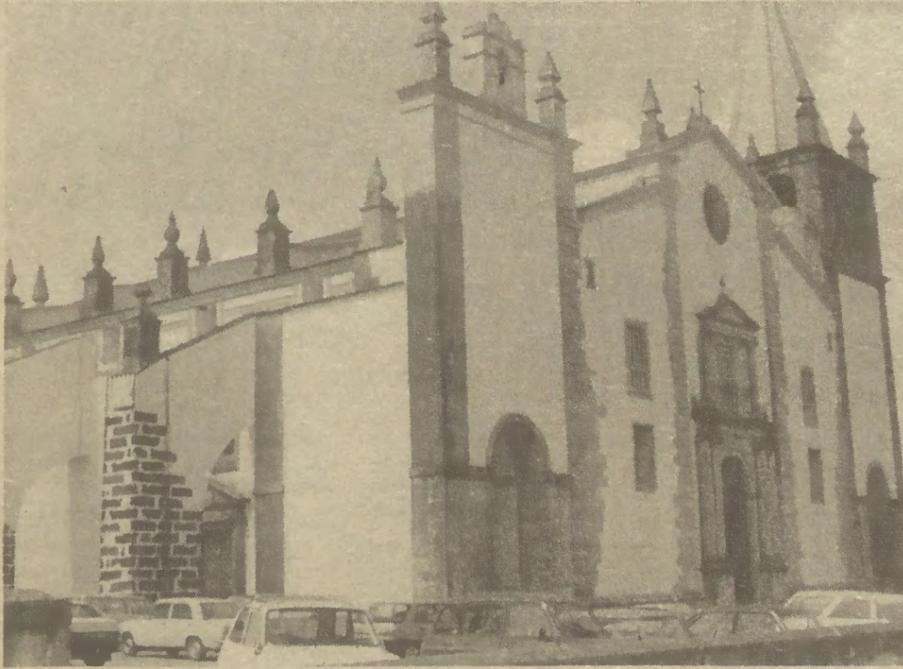
Uma vez que a população do distrito é de perto de 5% da população total a que respeita o OE, e é essa a referência que mais se valoriza,

sublinha-se que, nas intervenções e operações regionais, a parte das verbas que se dirigem a esses 5% é 0%! e que mesmo restringindo a verba total à parcela mais limitada em que, no PIDDAC, se inclui aquele total (o PIDDAC sectorial), a quota parte dirigida ao distrito é de cerca de metade da quota parte da sua população.

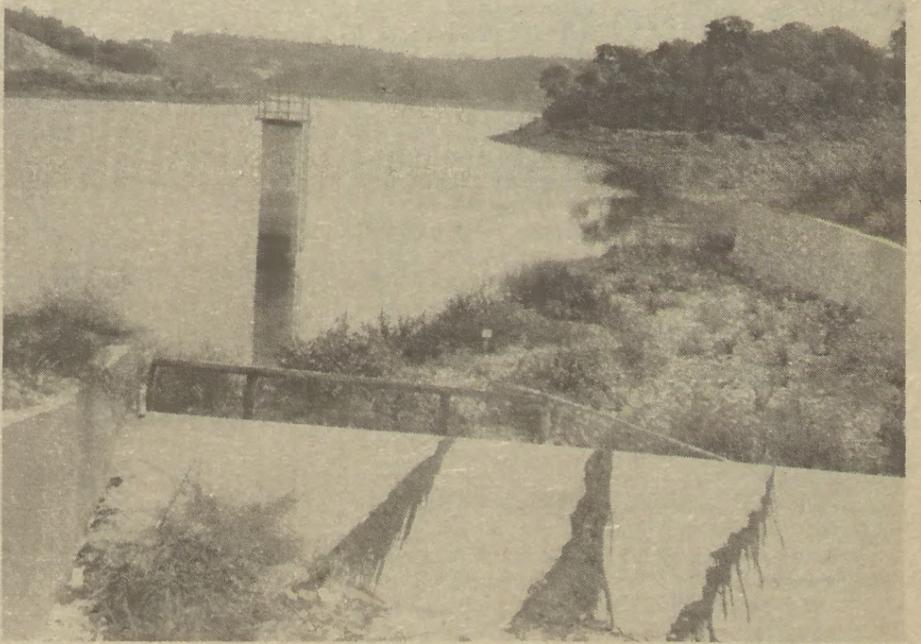
Esta situação revelará, inclusive, que se agrava, no tempo, a posição relativa do distrito pois, se os cálculos que aqui se trazem tivessem sido feitos não relativamente ao orçamento para 1989 mas ao executado do 1988, as percentagens do distrito no que respeita ao PIDDAC sectorial seriam ligeiramente mais favoráveis.



Chamusca: um concelho lançado no trabalho



Igreja de São Vicente em Abrantes



Albufeira em Alpiarça: um esforço meritório a pensar no desenvolvimento turístico dum concelho

## Regionalização

Tal como no OE anterior, o distrito de Santarém é, no OE para 1989, região evidentemente desfavorecida, o que é tanto mais grave quanto a região tem sido das mais atingidas pelo impacto negativo da adesão de Portugal à CEE, com alguns dos seus produtos a sofrerem situações de adaptação e de concorrência muito difíceis — sublinha a DORSA do PCP

# Há que ultrapassar as indefinições

**C**onsidera-se cada vez mais imperioso, até por imperativo constitucional, que o processo de regionalização avance e deixe de ser uma questão em permanente adiamento através de artifícios e expedientes.

No documento-base de discussão da 2.ª secção da iniciativa já referida **Debates com o PCP - Distrito de Santarém - que futuro?**, escrevia-se que o reforço de meios das CCRs (!) era tanto mais preocupante quanto, além dos poderes de que já dispunham, tendo papel decisivo na selecção e coordenação da aplicação dos fundos da CEE, se colocava a sua concentração casuística ao sabor da vontade centralizadora dos governos de então, não se tendo em conta o planeamento das autarquias.

Nesse documento se sublinhava, também, que, em Abril de 1986, o PCP apresentara na Assembleia da República um «Projecto de Lei-Quadro das Regiões Administrativas, tendo mais tarde sido fixada a data de 15 de Janeiro de 1987 para apresentação de outros projectos, o que aconteceu tendo todos os partidos representados na Assembleia da República os seus projectos.

Nas conclusões desse encontro/debate, como «propostas do PCP para o distrito de Santarém», apresentavam-se as seguintes medidas necessárias:

- Respeito pelo Poder Local de acordo com o quadro constitucional;
- Fim à política centralizadora dos governos (retirada de verbas, transferência de novas responsabilidades sem a contrapartida financeira) e de ingerência na vida das autarquias por meio das CCRs;
- A regionalização está na ordem do dia (o PCP tomou a iniciativa ao apresentar em Abril de 1986 o seu projecto). Impõe-se que se faça a discussão nas Assembleias Municipais dos projectos entregues na Assembleia da República. A regionalização deverá ser concretizada na base da vontade popular e não por imposição centralizadora de qualquer governo. As atribuições e competências das regiões deverão ser retiradas às da Administração Central e nunca aos municípios.

Num distrito formado por 21 concelhos, com a diversidade que se conhece e se tem caracterizado, a questão da regionalização impõe-se — pela necessidade de se definirem os limites da região e, depois, de se avançar decididamente pelos domínios que o projecto do PCP atribui às regiões: planeamento; desenvol-

vimento económico e social; equipamento social e ambiente; educação e ensino; cultura; cultura física e desporto; protecção civil; apoio à acção dos municípios.

E se muito se tem apresentado como indicadores da diversidade que caracteriza o distrito, poder-se-ão, agora, juntar outros dois indica-

trial no distrito é de 65 contos por cabeça mas varia entre uma capitação de 3 contos no concelho de Alpiarça e uma capitação de 382 contos no concelho de Alcanena, podendo bem definir-se áreas de concentração industrial, com os problemas regionais conhecidos, e áreas de verdadeiro vazio industrial, com os (outros) problemas regionais conhecidos. Problemas que urge confrontar numa perspectiva global, de planeamento e em estreita ligação com o poder local, as autarquias.

Tem de se ultrapassar a actual

madras áreas metropolitanas, assim se consagrando ou cristalizando como periféricas.

A nosso ver, a divisão que, em vários domínios sectoriais e organismos com implantação regional, adopta a região «Lisboa e Vale do Tejo» não pode servir as populações e os interesses regionais e nacionais, habitando ou com sede no distrito de Santarém. Por exemplo, a Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional, como aparece numa análise muito recente da «situação do mercado do emprego a nível regional», pode ilustrar como o distrito de Santarém (ou o Ribatejo) é subalternizado, perdendo toda a sua identidade.

Nessa divisão regional, os quatro centros de emprego do distrito (Abrantes, Santarém, Tomar e Torres Novas) ficam submergidos por mais 12 (e eles são os de Almada, Amadora, Barreiro, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Montijo, Moscavide, Setúbal, Torres Vedras e Vila Franca de Xira).

A situação do emprego no distrito, que tem particularidades como as derivadas do trabalho sazonal, aparece, deste modo, completamente diluída e na condição inegável de secundária, tanto assim se pode ler que, na «região», «a população activa a exercer uma profissão encontra-se na sua grande maioria nos Serviços (55,4%), enquanto na Indústria estão (35,7%) e na Agricultura (8,9%)».

Ora, no distrito, a parte da população activa no sector primário, segundo os dados já referidos relativos ao OE-89, será superior a 1/3 do total em 11 dos 21 concelhos (Alpiarça, Chamusca, Ferreira do Zêzere, Coruche, Almeirim, Mação e Vila Nova de Ourém terão mais de 40%), e o distrito, no seu conjunto, terá perto de 25%, isto é, quase 1/4, bem longe dos 8,9% da região onde o querem integrar.

Sem prejuízo, antes reforçando a participação dos órgãos do Poder Local (e das populações) na definição das Regiões, recusa-se o facto consumado que faça do distrito de Santarém (e do Ribatejo) uma recordação ou uma referência mais ou menos folclórica. No entanto, o esvaziamento e o «esquecimento» a que tem sido votada a região (assim lhe chamamos com propriedade) justificam sérias apreensões. ■

(!) Comissões Coordenadoras Regionais, órgãos dependentes do Governo



CM de Abrantes

dores. Um, relativo à densidade de população, que oscila entre os 23 habitantes por quilómetro quadrado no concelho de Coruche e os 864 habitantes por quilómetro quadrado no concelho do Entroncamento; outro, pode retirar-se dos actuais dados que serviram para o cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Orçamento do Estado para 1989, em que se colhe que o VAB indus-

trial no que respeita à regionalização do País. Por outro lado, tem de se evitar que essa indefinição seja ultrapassada através de uma política de actos consumados, impondo-se determinada divisão do País, a esquadro e compasso ou por necessidades da estatística, servindo interesses que não são os de algumas regiões, e particularmente das que vivem na periferia das cha-

A análise dessas verbas, na sua desagregação, não melhoraria esta clara situação de desfavor. Bastará ver que, para os 3 699,4 mil contos, contribuem, por exemplo, 507,9 mil contos que são verbas destinadas às «variantes em Asseiceira e Alto da Serra» (concelho de Rio Maior) que não se podem considerar de âmbito regional.

## Verbas desequilibradas?

Por outro lado, as verbas destinadas à Escola Superior de Educação e aos Centros de Formação Profissional, nos concelhos de Santarém e de Tomar, têm tal peso que merecem referência à parte pelo modo como desequilibram o total: estão orçamentadas para essas acções 1 231,0 mil contos. Quer isto dizer que, para todas as outras acções, em todos os concelhos do distrito, não ficam mais do que 1 920,5 mil contos, menos de 1% do PIDDAC total!

O PCP tem procurado, na Assembleia da República e fora dela, denunciar esta situação e tem feito propostas para minimamente a corrigir. Tem estado praticamente sozinho nesses esforços, e tem mesmo tido contra as suas propostas os votos dos outros partidos. Mas continuará esses esforços, como a acção do seu deputado eleito pelo distrito o vai confirmando e comprovando. ■

**Quando é a sério...**

Não temos uma indústria de brinquedos nacional. Esta opinião foi dada ao «DN» por três dos maiores armazenistas e fabricantes de brinquedos do País; o jornal, no seu suplemento de economia, acompanha a opinião com dados estatísticos oficiais e fidedignos, ao gosto da casa: em 1986 Portugal importou 5 milhões de contos destes produtos e exportou 1,3 milhões; no primeiro semestre deste ano o quadro é semelhante.

Compramos em Espanha, o nosso maior fornecedor, carrinhos para bonecas e veículos de recreio para crianças (1,5 milhões de contos em 1986); a seguir vêm a Itália, a França, Hong Kong, a RFA, a Grã-Bretanha.

«Mas olhe que em Portugal se consegue fabricar tão bem ou melhor que nesses países» — diz o representante de uma das empresas. Trata-se de brinquedos, é verdade. Mas é verdade também que já ouvimos palavras destas em relação a outros sectores cujo futuro está igualmente ameaçado pelos monopólios internacionais a quem Cavaco e o seu Governo escancaram as portas da economia portuguesa.

O suspeito «Diabo» publicava antontem uma carta de um orizicultor queixando-se que Portugal vai importar arroz numa altura em que há produção nacional por escoar. E, meio

envergonhadas, lá vinham as desculpas de mau pagador de uma responsável: é a CEE, a concorrência, em 1992 ainda vai ser pior... E, a propósito de arroz, de brinquedos e da CEE, recordamos, mesmo sem querer, aquele anúncio televisivo aos desprevenidos: «quando é a sério, é um caso sério!». E ainda mais sério se torna quando o Governo faz que não vê os sinais de perigo e descuida a defesa dos interesses nacionais.

**Apoio político**

A um vereador socialista da Câmara Municipal de Palmela foi retirado o apoio político pela comissão concelhia do seu partido. As notícias que vieram a público diziam que a razão para esta atitude é o facto de Mário Nery votar «sempre em conjunto com a CDU», que detém a maioria.

Mais dizem os jornais: que o processo já chegou à federação partidária do distrito, vai ser entregue à Comissão de Conflitos e pode acabar com a expulsão daquele autarca do PS. Evidentemente, é um processo do PS, tem a ver apenas com os socialistas e só a eles cabe resolver. Mas não podemos deixar de registar que não se conhece nenhum caso em que tenha sido retirado o apoio político a responsáveis socialistas que, em tantas autarquias por esse País fora, votam constantemente com a direita

**Pontos Cardeais**

e se aliam com os partidos reaccionários contra os comunistas e seus aliados e contra os interesses das populações. É, claro, uma questão de apoio. Político, pois então!

**Avestruzes em tempo de circo**

O Primeiro-Ministro foi a Caxias entregar chaves a 40 famílias timorenses que passam do Vale do Jamor para um bairro de habitação social. Compreende-se a tentação: o trabalho não era duro e sempre dava mais um pretexto para propagandear os benefícios do Governo. Mas não chegava entregar as chaves, era preciso um discurso. O professor Cavaco também não era capaz de fugir a tão nobre tarefa, fica bem falar bonito nestas alturas e estavam lá os fabricantes de imagem, havia que lhes dar alguma matéria-prima.

Meteu-se, Cavaco Silva, por uns caminhos muito tortuosos. À força de tanto falar, lá tem que dizer alguma coisa de vez em quando. Nas Laveiras descobriu que

«existem portugueses que ainda têm condições de vida degradantes» e, talvez zangado com algum dos seus próximos, clamou que «não podemos ter comportamentos de avestruz» em relação a estas coisas.

Tão em fala frei Tomás!... Quem conhece os pnalhas, sabe que a avestruz é a tal ave que, face ao perigo, esconde a cabeça na areia. Quem conhece Cavaco Silva, o PSD e o seu Governo, sabe que eles preferem, face à vida difícil de cada vez mais portugueses, enterrar-nos a todos em demagogia e mentira, despejadas às carradas sobre as cabeças dos portugueses pagantes. Não se conhece ainda animal que faça coisas destas; talvez apareça algum bicho desses nos espectáculos que os circos agora apresentam, aproveitando a altura do Natal — quando os felizes portugueses esticam mais um bocado o orçamento familiar para levarem os filhos a ver as palhaçadas giras que lá se fazem.

Agora a avestruz é que não tem culpa. À falta de melhor alegoria, podia o Primeiro-Ministro ter dito: «não podemos ter comportamentos de... Cavaco».

**Gazetilha**  
por Ignotus Sum**A «entrevista»**

- Pois o senhor é acusado de.
  - Bom. Porque nada escondo...
  - Mudemos de assunto. E se...
  - Eu respondo.
  - Não vale a pena. Ora diz-se para aí...
  - Eu digo o que pensamos.
  - Não se incomode. Há uma questão aqui...
  - Ora vejamos.
  - Mas não vejamos nada. É certo que...
  - Eu explico, se me...
  - Outra coisa. O senhor é um malandrim perfeito, refinado?
  - !!!!!?
  - E chegámos ao fim.
- Agradecemos ao nosso convidado...

**A RTP na cova**

Sai ministro, entra ministro no labirinto sinistro da TV em Portugal e lá vão todos a fio no imenso corropio do feio telejornal, Cadilhe, Peneda, agora é o Valente que perora é o Eurico que melora o cerco de toda a hora o da Indústria, o do Turismo do Trabalho do abismo do emprego-desemprego do estrangeiro, do nó cego, também da Educação (da confusão que lá mora) é Cavaco por aí fora de hora a hora, de hora a hora.

Pergunta-se, já se vê, pergunta-se o que é mais lógico vistos os antecedentes: Quando é que deixa a TV de ver no Jardim Zoológico só a cova das serpentes?...

**O Clube dos ricos**

Saem para a CEE uns bons milhões de contos. Entam alguns milhões, pela porta esquiada. E dizem alguns tontos que a coisa é lucrativa.

Ora o que sai, é da gente que sai e o que entra vai para os bolsos de alguns. Esta é a «vantagem» de estar na CEE...

E quando o desemprego, na voragem, crescer ainda mais, isso é vantagem?

Aumentam para o pobre urzes e picos se entra nos sítios onde vão os ricos a encher a bola.

Aí, paga-se caro a espelunca. O povo português andar por lá à esmola? Isso nunca, isso nunca!

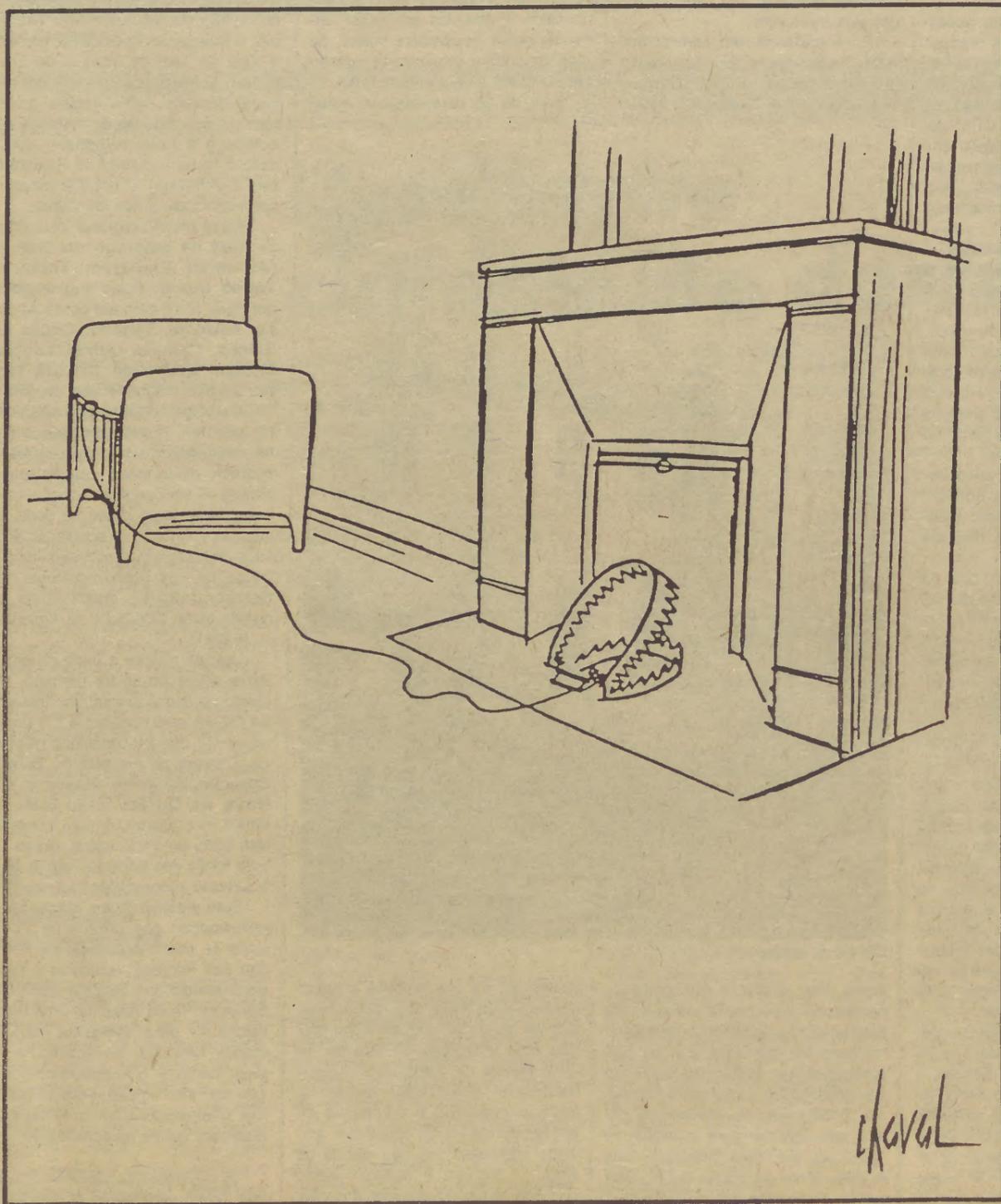
**A lição do poeta**

Estão a privatizar.  
Toca a andar!  
Toca a anda!  
Toca a dar  
a quem mais interesse...

Americanos são da opinião que é grande a lentidão...

Mas que desfaçatez!  
não perdem o ensejo para dar uma ordem de despejo ao povo português...

Não vai ser assim fácil. Pois que tomem a lição que o Poeta traz, ao cabo: «Não se arranca a cabeça a um homem como se arranca um nabo...»



# Agenda /

Avante!

Ano 58 — Série VII  
N.º 782

22 de Dezembro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Fim de ano com o PCP

Convívio, amizade, alegria, boa disposição — este é o convite que as organizações do PCP empenhadas na realização das tradicionais festas de fim de ano lhe fazem a si, leitor do «Avante!». É já no próximo dia 31. Pela noite dentro.

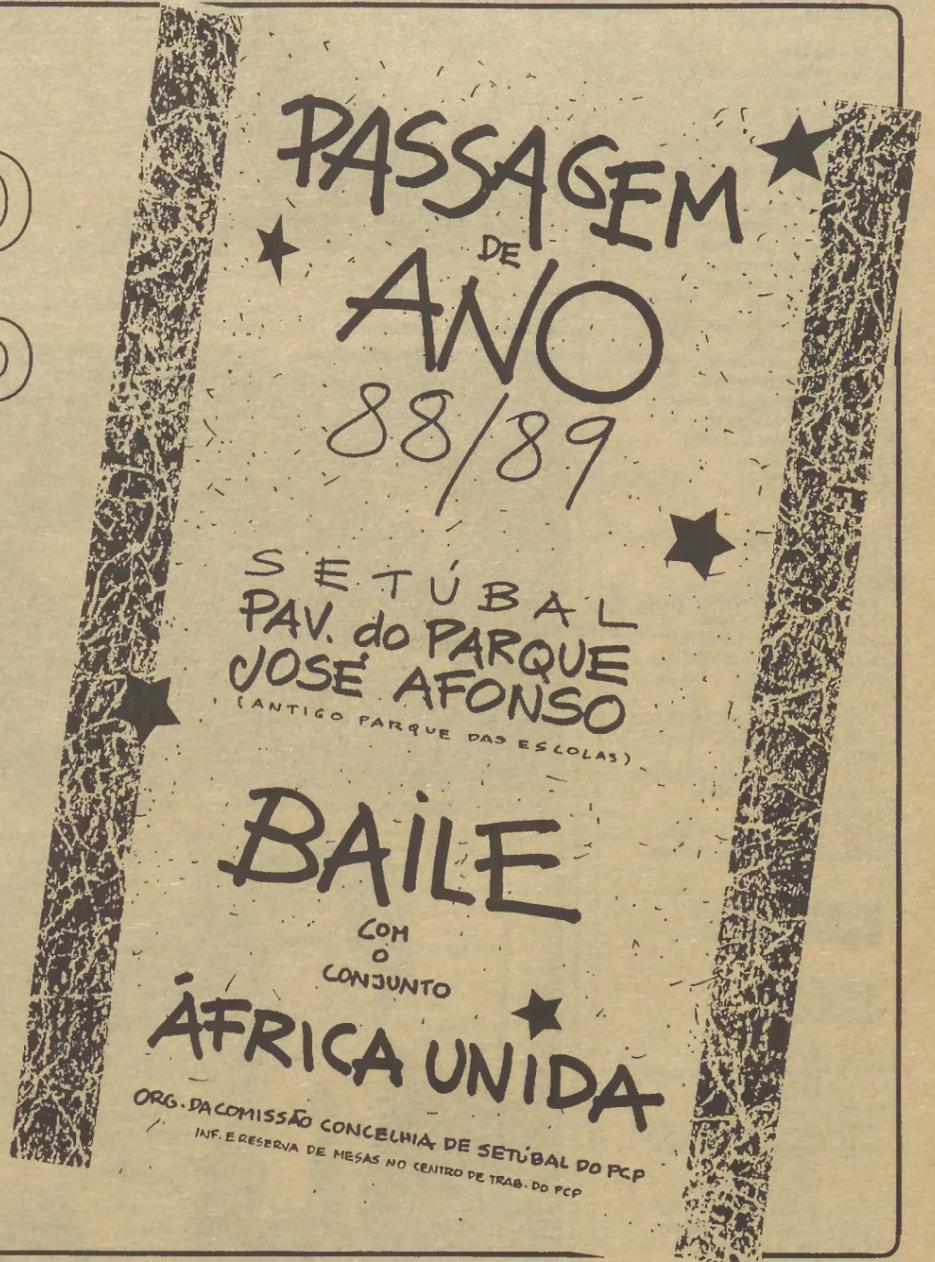
De São Bartolomeu de Messines, no Algarve, à Voz do Operário, em Lisboa, passando por Setúbal, Alpiarça ou Póvoa de Santa Iria, no concelho de Vila Franca de Xira, o espírito é o mesmo: com confiança e alegria, entrar no novo ano de 1989, ano que promete trabalho, luta, responsabilidade e novas batalhas eleitorais em que os comunistas e as forças democráticas se vão empenhar com determinação.

Enquanto os comunistas da cidade de Lisboa estão a preparar uma festa bem completa na Voz do Operário, onde não faltará a música e o cinema, os da capital do Sado, dinamizando a campanha «60 mil contos

para a luta dos trabalhadores» — dirigida para a construção do novo Centro de Trabalho da DORS — anunciam uma festa em grande com lugar de relevo para o baile animado pelo conjunto «África Unida», no pavilhão do Parque José Afonso (antigo parque das escolas), em Setúbal.

Ainda na região de Setúbal teremos outras festas, como no Pinhal Novo, no CT do Partido, com o conjunto musical de Sarilhos Grandes.

Caro leitor: informe-se no Centro de Trabalho mais próximo da sua residência; há certamente um convívio, uma festa que lhe pode interessar, a si, aos seus familiares e amigos. 1989 está aí!



Em qualquer altura do ano ofereça livros!



Estes são livros fundamentais!



Francisco Miguel  
**Das Prisões à Liberdade**

Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses e que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mais difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

Friedrich Engels  
**A Origem da Família,  
da Propriedade Privada  
e do Estado**

Segundo a concepção materialista, o momento em última instância determinante na história é a produção e reprodução da vida imediata. Esta é, no entanto, por sua vez também, de dupla espécie. Por um lado, a produção de meios de vida, de objectos, de alimentação, vestuário, habitação e dos instrumentos necessários para isso; por outro lado, a produção dos próprios homens, a reprodução da espécie.

Friedrich Engels



# TV O Programa

**Quinta** <sup>22</sup>
**RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Telenovela - «Brega e Chique» (19.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Ilha da Fantasia
- 14.15 - Regresso do Antílope
- 14.40 - Desenho Animados
- 15.00 - Série - «O Ano das Bastinhas»
- 15.50 - A Última Fronteira
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela - «Passerelle» (58.º epis.)
- 21.10 - Cântico de Natal (adaptação do conto de Charles Dickens «A Christmas Carol»)
- 23.05 - 24 Horas
- 23.40 - Remate

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - A Casa da Irene
- 15.45 - Magazine Cinema
- 16.10 - Quem Sai aos Seus...
- 16.55 - Telenovela - «Helena» (122.º epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A Malta de Bronx
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - No Limiar da Realidade
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Na Hora da Verdade
- 22.55 - Hitchcock apresenta

**Sexta** <sup>23</sup>
**RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Telenovela - «Brega e Chique»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Série - «Chateauvallon»
- 14.25 - Imagem e Imagens - «Animação Computorizada»
- 15.10 - O Ano das Bestinhas
- 16.05 - A Última Fronteira
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.25 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela - «Passerelle»
- 21.05 - Concerto de Natal
- 22.40 - Teatro - «Ceia de Natal»
- 00.10 - 24 Horas
- 00.40 - Remate
- 00.55 - Pela Noite Dentro - «Natal, Tempo de Recordar», real. Delbert Mann (EUA/1983)

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Telenovela - «Helena»
- 17.30 - Giramundo
- 18.00 - Os Celtas (3.º progr.)
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - No Limiar da Realidade
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Café Central
- 22.50 - Série - «Berlim, Praça Alexandre»
- 23.50 - Rotações

**Sábado** <sup>24</sup>
**RTP1**

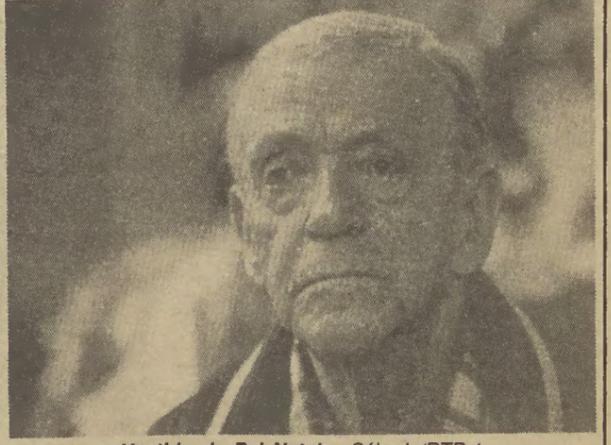
- 09.00 - Juventude e Família
- 12.00 - Canções para o Natal (soprano Aled Jones e Coro de Câmara do Royal College de Londres)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - O Regresso do Antílope (Especial de Natal)
- 14.05 - Sessão da Tarde - «O Homem Vestido de Pai Natal», real. Corey Allen, interpr. Fred Astaire (EUA/1978)
- 15.40 - Preso, Eu?
- 16.30 - Cinderella (versão musicada para televisão)
- 18.15 - O Romance da Raposa
- 18.30 - Silente Mause
- 19.20 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado


**Cinemadois: Nostalgia** - Terça-feira/RTP-2

**Os Amigos de Gaspar** - Domingo/RTP-1

**«Berlim, Praça Alexandre»** (série filmada) - Sexta-feira/RTP-2

**Lotação Esgotada: Ginger e Fred** - Quarta-feira/RTP-1

**Os Celtas** - Sexta-feira/RTP-2

**O Homem Vestido de Pai Natal** - Sábado/RTP-1

**Chateauvallon** - Sexta-feira/RTP-1

**Norte e Sul** - Segunda-Feira/RTP-1

**Bailado: A Dama das Camélias** - Segunda-feira/RTP-2


- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca
- 20.45 - Programa de Natal
- 23.50 - Missa do Galo

**RTP2**

- 09.00 - Music Box
- 11.00 - Circo
- 11.50 - A Prenda de Ziggy
- 12.20 - Os Contos da Avó Natalina
- 12.45 - Novos Horizontes
- 13.05 - Caminhos
- 14.05 - Série - «Veterinário da Província»
- 15.35 - Cantata de Natal de Honegger
- 16.00 - Sonho de uma Noite de Verão (pantomina, de Jiri Trunka)
- 17.15 - A Procura do Pai Natal (canções de Natal por Andy Williams e um grupo de crianças)
- 18.05 - A Bela e o Monstro
- 18.55 - Século XX
- 20.05 - Bailado - «Memória para Edith Piaf», pelo Ballet Gulbenkian
- 20.35 - Artes e Letras
- 21.35 - Cineclube - «O Caminho da Luz», real. Ermanno Olmi (Itália/1983) (Inédito em Portugal)

**RTP2**

- 09.00 - Compacto «Music Box»
- 11.40 - A Nossa Turma
- 12.50 - Compacto «Brega e Chique»
- 16.00 - A Rainha das Neves (adaptação de um conto de H.C. Andersen)
- 17.30 - Circo sobre o Gelo (URSS)
- 18.30 - Jessy Normal Canta o Natal
- 19.30 - Maganize Cinema
- 20.00 - Music Box
- 20.50 - Elogio da Leitura
- 21.15 - Hill Street
- 22.10 - Os Mistérios da Natividade

**Domingo** <sup>25</sup>
**RTP1**

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.00 - Missa de Natal
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Série - «Os Amigos de Gaspar»
- 13.45 - A História de Natal
- 13.55 - Primeira Matinée - «O Feiticeiro de Oz», real. de Victor Fleming, interpr. Judy Garland (EUA/139, 102 min.)
- 15.40 - Clube Amigos Disney
- 17.40 - Bailado: «Quebra Nozes»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - O Tempo
- 20.45 - Cinema - «Música no Coração», real. Roberto Wise, interpr. Julie Andrews, Christopher Plummer (EUA 1965, 163 min.)

**Segunda** <sup>26</sup>
**RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Brega e Chique»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Império de Carson
- 14.15 - Um Amigo Especial
- 15.05 - Dizzie Gillespie
- 16.05 - A Última Fronteira
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.25 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela - «Passerelle»


**Natal, Tempo de Recordar** - Sexta-feira/RTP-1

- 21.05 - Série - «Norte e Sul (12.º e último epis.)»
- 22.50 - 24 Horas
- 23.20 - Remate

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha!
- 16.55 - Telenovela - «Helena»
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - O Segredo Imperdoável
- 19.00 - Music Box Especial
- 19.55 - No Limiar da Realidade
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Série - «O 7.º Direito»
- 22.05 - Bailado - «A Dama das Camélias», música de Frédéric Chopin, coreografia de John Neumeier, com Maria Haydée na protagonista

**Terça** <sup>27</sup>
**RTP1**

- 10.00 - Às Dez

- 12.15 - Telenovela - «Brega e Chique»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Os Super Gatos
- 15.05 - Musical - Marvin Hamlisch
- 16.05 - A Última Fronteira
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.25 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela - «Passerelle»
- 21.05 - Série - «Modelo e Detective»
- 22.05 - Primeira Página
- 23.05 - Tribunal de Polícia
- 23.35 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Elogio da Leitura
- 16.00 - Primeiro Andamento
- 16.30 - Lá em Casa Tudo Bem
- 16.55 - Telenovela - «Helena»
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Music Box

**Quarta** <sup>28</sup>
**RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Brega e Chique»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Fama
- 14.15 - Viagem do Mimi
- 15.05 - Musical - The Beach Boys
- 16.05 - A Última Fronteira
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.25 - Tempos Modernos
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.35 - Telenovela - «Passerelle»
- 21.20 - Lotação Esgotada - «Ginger e Fred», real. Federico Fellini, interpr. Giulietta Masina, Marcello Mastroianni (Itália/1986)
- 23.20 - 24 Horas
- 23.55 - Remate

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha!
- 16.55 - Telenovela - «Helena»
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A Rota da Seda
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - No Limiar da Realidade
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Série - «O Primo Basílio» (8.º epis.)

# Cinema A selecção

# Teatro O Cartaz

		António Durão	David Lopes	M.M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Algemas de Cristal	—	★★★★	★★★	—	★★★★
<b>B</b>	Os Canibais	—	★★★★	★★★★	—	★★★★
<b>C</b>	Milho Vermelho	—	★★★★	★★★★	—	★★★★
<b>D</b>	A Mulher do Próximo	—	★★★	★★★	—	★★★

**Classificação de estrelas**  
 ★ A — Real. Paul Newman — em Lisboa: Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30).  
 ★ B — Real. Manoel de Oliveira — em Lisboa: Amoreiras/8 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15).  
 ★ C — Real. Zhang Yimov — em Lisboa: Quarteto (15.00, 17.00, 19.00, 21.30).  
 ★ D — Real. José Fonseca e Costa — em Lisboa: Las Vegas (15.15, 18.30, 21.30); Londres 14.00, 16.30, 19.00, 21.30; S Jorge/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45).

• LISBOA

**Casa da Comédia**, R. S. Francisco de Borja, 24 (às Janelas Verdes). De 3.ª a sáb., às 21.45, sab. e dom., às 18.00. **Pequeno Rebanho Não Desesperes**, de Christian Giudicelli, enc. António Feio.

**Ritz Clube**, R. Glória. De 3.ª a dom. às 21.30. **O Baile**, adapt. e encen. Helder Costa, pelo Grupo A Barraca.

**Teatro Ibérico**, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Orquídeas à Luz da Lua**, de Carlos

Fuentes, enc. José Blanco Gil.

**Teatro Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23.00, dom. 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz, José Duarte e Mário Zambujal, enc. Rui Mendes.

**Teatro Variedades** (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

• PORTO

**Teatro do Campo Alegre**. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **Henrique IV**, de Luigi Pirandello, enc. Ulysses Cruz, pelo Seiva Trupe.

**Teatro dos Modestos**, R. Gonçalo Cristóvão, 190. De 5.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Sonhos de Uma Noite de Verão**, de William Shakespeare, encenação Isabel Alves, pelo Grupo Os Comediantes.

**Teatro**, R. Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Cerimónia Para um Negro Assassinado**, de Arabal, enc. Moura Pinheiro, pelo TEAR.

R. Santos Matos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Príncipe Perfeito**, de António Borges Coelho, enc. José Martins e José Peixoto, pelo Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett.

• ESTORIL

**Teatro Mirita Casimiro**, Av. Fausto Figueiredo. De 3.ª a dom. 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **S. João no Jardim das Delícias**, de Norberto Ávila, enc. Carlos Avilez, pelo TEC.

• Para Crianças

**TIL** (R. Leão de Oliveira, 1 — ao Calvário). Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Quer Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

• AMADORA

**Recreios da Amadora** (ex-Cine Plaza),

Aicântara, R. Galeria Paris, 67 (até 30/12).

**Ruth Rosengarten** — Pintura. Módulo — Centro Difusor de Arte, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 7/1).

• OUTRAS LOCALIDADES

**Sérgio Pombo** — Pintura. Gal. Vértice. Av. Amaro da Costa, 71-A. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00 (até 30/12). **CASCAIS**.

**José Joaquim Ramos** — Pintura, desenho e escultura, 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30, até 8/1. Galeria de Colares, R. Fria, 2. **COLARES**.

**IX Salão de Outono** — Colectiva de pintura. Gal. de Arte do Casino Estoril. Das 15.00 às 24.00 (até 2/1). **ESTORIL**.

**Maria do Rosário Caldeira Cabral** — Escultura em madeira. Espaço 43, R. Elias Garcia, 43 (até 24/12). **PAREDE**.

**Mostra do Brinquedo Artesanal e Antiq.** O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14-16. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 14.00 e das 15.00 às 19.00 (até 31/12). **SINTRA**.

**Colectiva de Pintura** — Gal. Neupargama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 16.00 às 19.00. **TORRES VEDRAS**.

## Bancas de Natal

Em numerosos Centros de Trabalho do Partido continuam em funcionamento até ao fim do mês bancas onde é possível fazer, com vantagem para todos, as últimas (talvez as primeiras...) compras de Natal.

Recordemos:  
 — no **Porto** a grande banca do Centro de Trabalho da Boavista;  
 — em **Braga** no Centro de Trabalho  
 — em **Lisboa** no Centro de Trabalho **Vitória** mas também no da 6.ª Zona (Rua Comandante Fontoura da Costa)

**Vieira da Silva** — Tapeçaria. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 28/2).

• PORTO

**João Vasconcelos** — Pintura. Gal. Zen. R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 22/12).  
**Julião Sarmento** — Pintura 81/86. Galeria

# Exposições

• LISBOA

**Alberto Gordillo** — Joalheria moderna. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. até às 13.00 (até 30/12).

**Ana Galvão** — Gravura. Clube Cinquenta, R. S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª. De 2.ª a sáb. das 17.00 às 20.00 (até 11/1).

**Angela Vimonte** — Pintura. Galeria da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade. Todos os dias das 16.00 às 24.00 (até 8/1).

**A Arte e o Sagrado** — Escultura e ourivesaria sacras (séc. XVI a XVII/Brasil). Fundação Gulbenkian.

**Artur Bual** — Pintura. Icaro-Galeria de Arte, R. Presidente Arriaga, 70. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 19.30 (até 15/1).

**Bartolomeu dos Santos** — Gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30, sáb. até às 13.00 (até 14/1).

**Bernardo Plossu e Keiichi Tahara** — «A Obscuridade e as Luzes da Noite de Lisboa», fotografia. Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian (até 24/12).

**Colectiva** — Tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

**Colectiva** — Pintura de Álvaro Lapa, Ângelo de Sousa, António Sena, Joaquim Bravo, Jorge Martins. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 14/1).

**Colectiva** — Pintura de Marília Viegas, Rogério Amaral, Rogério de Freitas, Silva Palmeira e Paulo Ossião.



Gravuras recentes de Bartolomeu dos Santos na Galeria 111

**Ditec-Espaço Arte**, Av. da Igreja, 46-a. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 31/12).

**Colectiva de Escultura e Instalação**. Centro Comercial Libersil e passeios frondeiros, na Avenida da Liberdade.

**«Companhia Rey Colaço/Robles Montelero»** — Museu Nacional do Teatro. Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**Emília Matos e Silva** — Desenho e Pintura. Gal. Espaço do Pintor, R. S. Nicolau, 119, 2.º D. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.00. (até 23/12).

**Felippa Lobato** — Pintura. Gal. Triângulo, 48, Av. Vasco da Gama, 48-A (Algés). De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00 (até 29/12).

**Fernando Ança** — Guaches. Gal. Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 16 (até 2/1).

**Fernando Curado Matos** — Fotografia. Gal. das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian.

**Francisco Gala** — Pintura. Gal. Página 75, Centro Com. da Portela (até 10/1).

**Helena Pinto** — Pintura. Gal. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15.00 às 20.00 (até 22/12).

**Imagens do Tempo** — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga, R. Janelas Verdes (até Março).

**Jean-Claude Remy** — «O Carro Eléctrico, Personagem de Lisboa», fotografia. Institut Franco-Portugais, Av. Luís Bivar, 91. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00 (até 30/12).

**John Thompson** — Pintura. Ether/Vale Tudo..., R. Rodrigo da Fonseca, 25. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 7/1).

**Jorge Albuquerque** — Fotografia subaquática. Centro Port. Actividades Subaquáticas, R. Alto do Duque, 45. De 2.ª a 6.ª das 16.00 às 20.00 e das 21.30 às 24.00 (até 7/1).

**Laça Semedo** — Pintura. Gal. Miron, R. do Mirante, 14, r/c. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 9/1).

**Manuel Gantes** — Pintura. Gal. S. Bento, R. do Machado, 1. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00, 2.ª só de tarde (até 3/1).

**Maria Manuela Madsen** — Escultura (em pedra e madeira). Jardins da Fundação Gulbenkian.

**Mário Botas** — Pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 13/2).

**Michael Biberstein** — Pintura. Gal. Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 31/12).

**Pedro Portugal** — Pintura. Gal. Módulo, Cç. dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 23/12).

**Pedro Prouença** — Desenho. Gal. Diferença, B. S. Filipe Nery, 42. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 8/1).

**Rodrigo Ferreira** — Fotografia (dança-coreografias de Olga Roriz). Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian.

**Sarah Afonso** — Azulejos. Raton-Cerâmicas, R. Academia das Ciências, 2-C. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 30/1).

**Serrão de Faria** — Aquarelas, desenho e gravura. Gal. Gravura, Tr. do Sequeiro, 4. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 19.00 (até fim de Dezembro).

**Vieira da Silva** — Tapeçaria. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 28/2).

# ...e ainda Música, debates, etc.

## Mais Teatro

De 26 a 31 de Dezembro o Teatro Experimental de Cascais transfere-se para o Forum Picoas em Lisboa para retomar a apresentação de **Macbeth**, que recentemente levou à cena em Cascais. Os espectáculos realizam-se todas as noites às 21.30.

Previstas para ontem estavam duas estórias em salas de Lisboa: no Teatro Alberto **Romeu e Julieta**, de Shakespeare, pelo Novo Grupo; no Teatro Vasco Santana **Habeas Corpus**, de Alan Bennett, pelo Teatro Estúdio de Lisboa.

## Cinema

Na **Cinemateca Portuguesa** prossegue o ciclo **Manoel de Oliveira em Contexto**, esta semana derivando para cineastas tão diferentes entre si como o sejam Ford de Bergman ou de Dreyer.

No dia 22: às 18.30, **Luz de Inverno**, de Ingmar Bergman; às 18.30, **Gertrud**, de Carl Theodore Dreyer.

No dia 27: às 18.30, **Sete Mulheres**, de John Ford; às 21.30, **Moses and Aaron** (versão original), de Jean-Marie Straub e Danielle Huillet.

Os bilhetes custam na **Cinemateca** 150\$00.

Quanto ao **ABC Cineclub de Lisboa**: programada para a próxima 3.ª-feira está a exibição de **Os Últimos Cinco Dias**, do alemão-federal Percy Adlon, que conta a história dos últimos cinco dias de uma estudante condenada à morte pelo III Reich.

Na Sociedade Portuguesa de Autores (Av. Duque de Loulé) às 18.45.

Para Janeiro o ABC anuncia a realização de um ciclo Ingmar Bergman no Quarteto.

no Espaço CESL (R. Almirante Barroso, 3) uma Feira do Livro que proporciona descontos de 20% a 30%.

Paralelamente realizam-se no mesmo espaço, ao fim da tarde, encontros com escritores — e, por exemplo, amanhã com Natália Correia.

## Concerto no Seixal

Penúltimo concerto de uma série promovida pela Câmara Municipal do Seixal para festejar o Natal e o Ano Novo, realiza-se amanhã às 21.30 na **Igreja Paroquial de Paio Pires** um concerto pelo Coro de Câmara de Lisboa, com apresentação e comentários do maestro José Atalaya.

## FIL

Para hoje, último dia da Feira das Indústrias da Cultura que tem estado a decorrer na FIL (agora com entrada livre), estão programados os seguintes espectáculos e concertos: às 16.00, no Auditório 2, concerto-demonstração **A Electrónica e a Música**; à mesma hora, no palco, **Silva Vicentina**, peça de teatro pela Companhia Vicentina; às 19.00, no palco, **Concerto audiovisual com o prof. Cândido Lima**; às 21.30, no Auditório 1, **Os Canibais**, de Manoel de Oliveira; no palco, espectáculo com **Os Dias da Mãe de Deus**, e no Auditório 2 recital de piano por **Maria João Pires e Husseyn Fermet**.

## Convívio na Póvoa de S.ª Iria

Um convívio comemorativo da compra do Centro de Trabalho do PCP vai reunir amanhã à noite os comunistas e simpatizantes do Partido na Póvoa de Santa Iria, concelho de Vila Franca de Xira. E o motivo não é para menos: é que ontem, no 2.º Cartório da sede do concelho, foi celebrada a escritura relativa à compra do CT, localizada na Rua 28 de Setembro, uma das artérias de acesso à estação ferroviária. Depois de 20 meses, em que conseguiu reunir cerca de 2 mil contos, a organização local do PCP vira agora a campanha de fundos para as obras de adaptação e melhoramentos desta nova casa do Partido, criando assim as condições de trabalho fundamentais. Em 25 de Abril próximo tudo estará a cem por cento!

## Livro no CESL

Com um horário ininterrupto das 10.00 às 20.00 todos os dias úteis até 30 de Dezembro, está aberta

# Tempo Fim de Semana



Tempo frio, com céu pouco nublado ou limpo. Aumento de nebulosidade no domingo, chuva fraca, pequena subida de temperatura.



Nadir Afonso entre meia centena de pintores no Salão de Outono no Estoril

# a TV

## Os sinais

É conhecida a arrogância da gente do PSD. A modalidade do «quero, posso e mando» generalizou-se. Doença grave e contagiosa. Que lhes vai do topo até à base...

Um dos exemplos mais desagradáveis dessa arrogância vimo-lo na rubrica «Parlamento», em que o partido do governo era representado pelo deputado Silva Marques. Da discussão participava igualmente o deputado da ID, João Corregedor da Fonseca, que teve duras críticas à acção governativa.

Duras, sim, mas esclarecidas, lúcidas e calmas. Eis senão quando Silva Marques desata num ataque histórico que nada tinha a ver com a matéria em causa. Ainda aqui, João Corregedor da Fonseca foi de um extraordinário sangue frio, ao recusar-se a entrar na via aberta da provocação pessoal. Limitou-se a dizer que, se aquele deputado continuasse a usar os mesmos processos, ele se veria obrigado a abandonar a discussão, em que estavam envolvidos a dignidade e o prestígio da Assembleia da República.

Tinha razão João Corregedor da Fonseca. Foi lamentável. A intervenção do deputado do PSD não beneficiou nem a sua imagem, nem a imagem do seu partido, nem do governo, nem da Assembleia. Um desastre.

Se é verdade que Deus enlouquece a quem quer perder, a vida dá-nos sinais quotidianos de que Cavaco Silva pode começar a fazer a trouxa...

## Em que se fala da Feira Popular...

Continuemos ainda por alguns instantes na rubrica «Parlamento». Desta vez em discussão a Lei de Bases dos Transportes, com Hilário Duarte, em representação da ANTRAM; Nogueira de Brito, do CDS; e Herculano Pombo, de «Os Verdes».

De sublinhar a intervenção de Herculano Pombo que chamou a atenção para alguns pontos da Lei, em particular, e da situação dos transportes, em geral. Curiosamente, nenhuma das suas observações foi contestada, o que prova bem o isolamento do Governo, nesta como noutras matérias. Algumas das suas observações vinham apimentadas por aquele «quanto basta» de ironia de tão grande efeito na comunicação social. Por exemplo: ao comentar a ausência de um plano global para o sector, disse que este diploma mais parecia «um regulamento para o trânsito na Feira Popular»...

Igualmente não contestada foi a sua crítica ao esquecimento a que o desenvolvimento ferroviário aparecia votado.

Com absoluta razão, quer-me parecer a mim. A experiência de certos países (a do Brasil, por exemplo) prova que o devorismo, a gula, a atracção luxuosa das auto-estradas conduziriam a situações de grandes prejuízos sociais e económicos.

Claro, ninguém põe de lado a atenção que deve ser dado às rodovias — mas esquecer, até ao abandono puro e simples, a via férrea, pode revelar-se altamente prejudicial.

Herculano Pombo pôs o dedo na ferida ao vincar bem que esta lei, visa, pura e simplesmente, «escancarar as portas dos transportes ao capital privado».

E depois vem o Prof. Freitas do Amaral a dizer-nos, no «Jornal de Sábado», que Cavaco Silva «pratica uma política de esquerda», afirmação perante a qual uma pessoa não sabe se há-de rir, se chorar...

## Um símbolo

É cada vez maior a influência da União Soviética nos destinos da Paz e do Desenvolvimento. Há um comentador político na televisão que é do parecer seguinte: os Estados Unidos vêm-se obrigados a seguir a via do entendimento e da pacificação (tratava-se da evolução da política americana no Médio Oriente) para não se isolarem face à aceitação que a política da URSS encontra em todo o mundo.

A imagem mais impressiva da simpatia e da popularidade de Mikhail Gorbachov chegou-nos exactamente dos Estados Unidos via **Telejornal**: a multidão nova-iorquina veio para a rua saudá-lo, o carro ficou imobilizado por um cordão humano impressionante. Cartazes nos teatros e estabelecimentos davam calorosas boas-vindas a Gorbachov.

Sim. O mundo começa a respirar com alívio. Pela primeira vez, desde o fim da última guerra, se começa a acreditar que essa guerra foi, realmente, a última. A vida começa de novo a ter sentido...

A imagem da população nova-iorquina recebendo festivamente Mikhail Gorbachov é o símbolo da esperança que sopra na Terra. Os falcões estão a perder o jogo.

■ **Ulisses**

## Síntese semanal da IMPRENSA

### Os preços que pagamos por este Governo

Há poucas semanas o Governo inundou o País com propaganda sobre o aumento das pensões, considerando a esmola de mais umas centenas de escudos como a fina flor da «justiça social». Gabou-se quanto quis, gastou milhões em publicidade, sobretudo na televisão, e agora aí está a cobrar tudo numa vez através de uma onda de aumentos que só surpreende quem anda mesmo, mesmo, a dormir. Paralelamente a maioria governamental faz aprovar na Assembleia da República um Orçamento de Estado que põs contra ambos a totalidade da oposição, enquanto o Primeiro-Ministro exhibe sem pudor o seu conceito de respeito pelo povo que diz «representar», açulando a polícia contra os trabalhadores da Função Pública que, nas galerias da AR, «ousaram» lançar uns papéis de protesto para o hemiciclo.

### Só para «abrandar o ritmo»...

O pão, a água, o gás butano, propano e de cidade, os transportes públicos e algumas tarifas dos Correios e Telefones vão subir em média 4 por cento, a partir de 1 de Janeiro.

Este aumento do preço administrativo de alguns bens de consumos e serviços, segundo uma fonte do Conselho de Ministros hoje reunido na Gomes Teixeira, sob a presidência do professor Cavaco Silva, «tem como principal objectivo abrandar o ritmo da inflação». A actualização visa também, à semelhança de anos anteriores, «manter por um ano os novos preços, a menos que ocorra qualquer situação anormal», que obrigue a uma revisão da matéria.

Na reunião, que ainda não tinha terminado à hora de encerrarmos esta edição, o plenário de ministros aprovava já uma proposta que prorroga por mais 90 dias, a contar deste mês, os subsídios para os trabalhadores que viram os seus postos de trabalho afectados pelo incêndio que deflagrou na zona do Chiado, no último Verão.

«A Capital», 15/12/88

### Alguns «desagravam», coitadinhos!

O Conselho de Ministros aprovou, ontem, quinta-feira, a actualização de alguns preços fixados administrativamente, o que se traduzirá num aumento médio ponderado na ordem dos quatro por cento.

Merecem particular saliência os aumentos de produtos como o pão (3,6%), o gás (8,4%) e a água (5,1%), enquanto as empresas de transportes públicos irão cobrar aos utentes mais 6 por cento do que actualmente.

Fernando Nogueira, no habitual «briefing» com os jornalistas, após a reunião dos ministros, atribuiu particular significado ao facto de alguns preços sofrerem desagravamentos, como nos casos das taxas de televisão (-22%) e de radiodifusão (5,9%). Também as comunicações telefónicas internacionais sofrerão uma redução média de 15 por cento.

A medida do Conselho de Ministros abrange apenas os produtos e serviços cujos

preços são fixados administrativamente, ficando de fora alguns bens que influem de forma decisiva no regime global de preços: combustíveis, leite, ovos e tabaco, entre outros.

Quanto às tarifas de electricidade, o Governo irá rever proximamente o actual sistema, de modo a «alargar as opções, permitindo aos consumidores uma escolha mais ajustada ao seu perfil de consumo».

Segundo Fernando Nogueira, os aumentos ontem anunciados constituem «a garantia segura de que as metas de inflação fixadas para o próximo ano serão cumpridas», uma vez que, em termos médios, não irão além de quatro por cento, para uma inflação esperada de 5-6 por cento.

Quanto à garantia de que os preços não sofrerão novos aumentos, o ministro foi mais prudente: «Ninguém é dono do futuro, mas a experiência dos últimos três anos demonstra que muito dificilmente isso acontecerá» — afirmou.

O porta-voz do Conselho de Ministros negou ainda que por detrás dos aumentos aprovados haja quaisquer intenções de cobrir eventuais buracos orçamentais, assegurando que «as receitas são para as empresas».

No entanto, não é apenas isso que vem expresso no comunicado oficial, onde se refere também a preocupação em «atenuar o esforço de subsidiação dos preços, por forma a torná-lo compatível com o gradual equilíbrio e a sólida disciplina das finanças públicas».

«O Jornal», 16/12/88

### A mistificação da realidade

Enquanto, na Assembleia da República, os deputados da maioria PSD impediam as correcções legítimas que a oposição pretendeu introduzir numa proposta de Orçamento de Estado vigorosamente contestada, o Governo decidia um aumento generalizado dos preços dos bens essenciais. Pouco antes, fora a apresentação pública de uma nova fachada do chamado «pacote laboral», ao mesmo tempo que se acentua a confusão e se descobrem os malefícios da nova ordem fiscal que o Executivo quer instituir em Janeiro próximo.

O Orçamento de Estado baseia-se, como é norma deste Governo, numas tantas mistificações de realidade e

pressupostos demagógicos que não têm tradução nos factos. Nem terão. É assim como a teoria da inflação para 1987, em que o Governo baseou uma política de rendimentos e preços altamente lesiva, como lhe é habitual, para os trabalhadores. A questão dos impostos, que desenvolvemos nesta edição de «Fim de Semana», constitui, por um lado, a trave mestra do Orçamento, e, por outro, é bem definidora dos critérios de (in)justiça social perfilhados pelo PSD no Governo, para além de ser mais um exemplo da sem vergonha com que se recorre aos artificios da propaganda. Nunca, como antes, nos últimos 13 anos, um Governo assumiu tão plenamente a defesa do grande capitalismo à custa de quem trabalha. A forte penalização fiscal, que assume por vezes requintes subtis que só a prática irá revelar a cada cidadão contribuinte, não escapa sequer a classe média que vive do trabalho dependente, fortemente atingida pelas medidas anunciadas para o ano fiscal seguinte. Só o grande capital, incluindo o que se dedica à especulação bolsista, e os grandes rendimentos, são poupados e, por regra, beneficiados. Daí a conclusão de que, com a reforma fiscal encabeçada como bandeira pelo ministro das Finanças e seu secretário de Estado, o trabalho vai pagar os impostos do capital (...)

«o diário», 17/12/88

### Inconstitucionalidade

À hora de encerramento da presente edição do Europeu, o plenário da Assembleia da República continuava reunido, na tentativa de votar globalmente o Orçamento de Estado e as Grandes Opções do Plano para 1989. A sessão de ontem foi, sem dúvida, a mais agitada deste debate, com a oposição, em força e em bloco, a acusar a proposta governamental de «inconstitucionalidade» e ainda de agravar os impostos directos e indirectos.

E se tudo quanto se passou no plenário não merece qualquer destaque, os movimentos de bastidores foram intensos, tendo o orçamento como objectivo, mas não só.

Por duas vezes os trabalhos foram interrompidos. Uma delas, às 17 e 30, para que os partidos da oposição

dessem uma conferência de imprensa, na qual repetiram as críticas já conhecidas, à proposta do Governo. João Cravinho pelo PS, Octávio Teixeira pelo PCP, Silva Lopes pelo PRD e Nogueira de Brito pelo CDS acusaram a maioria social-democrata de se recusar a discutir todas as propostas de emenda, apresentadas pela oposição.

João Cravinho salientou que, aquando da apresentação do Orçamento, «o Governo e a maioria disseram que não havia oposição. Neste momento devem estar a lamentar a existência de oposição de mais».

Tal como o seu partido já havia dito há dois dias, a maioria PSD apresentou um conjunto que «mais não visam que limpar o Orçamento das várias inconstitucionalidades». Mas mesmo assim, subsistem normas que a oposição considera que violam a lei fundamental. Por exemplo, os fundos e serviços autónomos, as receitas previstas para a segurança social, as receitas provenientes das privatizações, o imposto sobre automóveis, o imposto sobre rectos de diversão nocturna e, claro, a reforma fiscal que consta de um diploma publicado depois de caducada a respectiva autorização legislativa (...)

«Europeu», 16/12/88

### A zanga do nosso Primeiro

O primeiro-ministro ficou «irritado» com a brandura com que o deputado Marques Júnior do PRD — ontem a presidir aos trabalhos — tratou os trabalhadores da Função Pública que, a partir das galerias, lançaram um planfletto, no qual protestavam contra a sua situação salarial.

A PSP interveio de imediato e Marques Júnior, depois de chamar a atenção para a proibição de manifestações no hemiciclo, recomendou aos polícias que só deviam intervir, se houvesse reincidência. Cavaco Silva não gostou e, de imediato, o ministro dos Assuntos Parlamentares pediu uma conferência de líderes, com o objectivo de verberar a actuação do presidente. A maioria dos líderes recusou a crítica à actuação de Marques Júnior.

«Europeu», 16/12/88

## A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL NO MUNDO

AS SUAS REPERCUSSÕES NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS, AS SUAS PERSPECTIVAS SOMBRIAS E AS NECESSIDADES DE LUTAR SE QUEREMOS SOBREVIVER

**Fidel Castro**

